



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

MARY VÂNIA NOGUEIRA FERREIRA

**“RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UMA
ABORDAGEM SOBRE A OBRA DE CLOVIS MOURA**

Maceió/AL

2013

MARY VÂNIA NOGUEIRA FERREIRA

**“RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UMA
ABORDAGEM SOBRE A OBRA DE CLOVIS MOURA**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais – ICS da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, sob orientação do Prof. Dr. Arim Soares do Bem.

Orientador: Prof. Dr. Arim Soares do Bem

Maceió/AL

2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

F383r Ferreira, Mary Vânia Nogueira.
“Raça” e classe no pensamento social brasileiro : uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura / Mary Vânia Nogueira Ferreira. – 2013.
160 f.

Orientador: Arim Soares do Bem.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 153-160.

1. Sociologia brasileira. 2. Negros – História. 3. Classes sociais – Brasil. 4. Raça e classe. 5. Desigualdade social. I. Título.

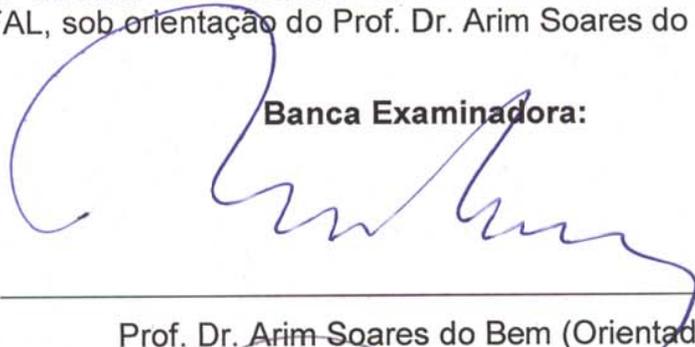
CDU: 316.344

MARY VÂNIA NOGUEIRA FERREIRA

**“RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UMA
ABORDAGEM SOBRE A OBRA DE CLOVIS MOURA**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais – ICS da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, sob orientação do Prof. Dr. Arim Soares do Bem.

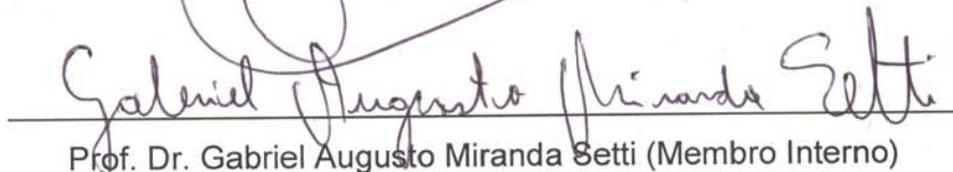
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Arim Soares do Bem (Orientador)



Prof. Dr. João Vicente Ribeiro B. da Costa Lima (Membro Interno)



Prof. Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti (Membro Interno)

Conceito: Aprovada

Maceió, 15 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos e respeito ao grande mestre, Professor Dr. Arim Soares do Bem que, ao longo desse caminho, ensinou-me a importância da disciplina, dedicação e rigor, tão necessários ao processo de amadurecimento acadêmico e à conquista de autonomia intelectual.

Agradeço também a oportunidade que tive de conhecer outro grande mestre, o Professor Dr. Paulo Décio (in Memoriam), que com sua simplicidade participou de minha banca de qualificação, sendo fundamental para a concretização desse trabalho. Embora não esteja mais entre nós, seu legado será sempre lembrado por todos aqueles que tiveram a oportunidade de desfrutar da companhia desse grande intelectual.

Agradeço ao nosso eterno e querido funcionário Gilnison, anjo da guarda de todos os mestrandos, que com zelo e dedicação nos advertia do compromisso que tínhamos frente a um mestrado e do quanto ele seria decisivo para nossa vida profissional.

Agradeço a todos os professores pela dedicação, comprometimento e responsabilidade pelo trabalho realizado. Foram verdadeiros mestres na arte de ensinar.

Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra (Bob Marley).

RESUMO

A presente dissertação, resultante de pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, sintetiza o esforço de compreender como se articulam “raça” e classe no pensamento social brasileiro e coloca em relevo as especificidades do pensamento de Clovis Moura. A análise desenvolvida demonstra os vínculos entre exclusão social, “raça” e luta de classes no pensamento do autor, focalizando tanto aspectos teóricos como metodológicos e aqueles centrados em sua análise histórica da formação social brasileira.

Palavras-chaves: Sociologia brasileira. O negro na história. “Raça” e classe no Brasil.

ABSTRACT

This dissertation results from bibliographical and qualitative research, summarizing the effort to understand how the concepts of “race” and class articulate themselves in Brazilian social thought, and emphasizing the specifics of the Clovis Moura's thinking. The analysis demonstrates the links between social exclusion, “race” and class struggle in the author's thinking, focusing on both theoretical and methodological aspects, and those centered on his historical analysis of the Brazilian social formation.

Keywords: Brazilian sociology. The Negro in history. “Race” and class in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 RELAÇÕES “RACIAIS” E A QUESTÃO DA TERRA NA HISTÓRIA DO BRASIL	11
1.1 A expansão Europeia	11
1.2 Brasil Colonial (1500 – 1822)	17
1.3 Crise no sistema colonial	38
1.4 A questão da terra no período monárquico (1822 – 1889)	42
1.5 A questão da terra no período republicano (1889 – 1930)	50
1.6 A instabilidade política na década de 1930 e suas consequências.....	52
1.7 Os reflexos nos aspectos políticos, econômicos e sociais no governo dos militares.....	57
1.8 A desigualdade social brasileira e o problema “racial”.....	63
2 DESIGUALDADE SOCIAL, “RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	65
2.1 O debate sobre a miscigenação no pensamento social do século XIX	65
2.2 Gilberto Freyre e o mito da democracia “racial”	72
2.3 “Raça” e classe no pensamento de Florestan Fernandes	75
2.4 “Raça” e classe no pensamento de Octávio Ianni	87
2.5 “Raça” e classe no pensamento de Caio Prado Júnior	97
3 “RAÇA E CLASSE NO PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA	104
3.1 Elementos da biografia pessoal e intelectual	104
3.2 Dominação, Imaginário e legitimação da desigualdade	112
3.2.1 Dominação e trocas culturais assimétricas	112
3.2.2 Representações negativas sobre os negros e fragmentação da consciência étnica	116
3.2.3 Estereótipos sobre os negros na literatura brasileira	119
3.3 Estratificação Social, resistência negra e mobilidade social	121
3.3.1 O negro na sociedade de classes	122

3.3.2 A sociologia política da guerra camponesa de Canudos	124
3.3.3 Resistência e mobilidade social dos negros	128
3.4 História e transformação social: passado e futuro	132
3.4.1 O negro como agente dinamizador do processo histórico	133
3.4.2 A negação do negro como agente ativo do processo de transformação histórica histórico-social	138
3.4.3 As propostas de transformação histórica de Clóvis Moura	146
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
 REFERÊNCIAS	151

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o modo como o negro se apresenta no pensamento social brasileiro e, em especial, na obra de Clóvis Moura. Clóvis Moura destacou-se entre os intelectuais brasileiros do século XX por ter desenvolvido reflexão original sobre a complexa articulação entre “raça” e classe social na formação da sociedade brasileira. Suas reflexões, fortemente ancoradas na análise histórica e no papel dos movimentos sociais negros, evidenciam a necessidade de ampliar o arcabouço teórico da análise clássica da estratificação social no Brasil, de modo a compreender o viés “racial” da desigualdade social. Historicamente esta desigualdade materializa-se, desde os primórdios da colonização, na extrema concentração da riqueza e no acesso diferenciado à terra, que levaram à exclusão de amplos segmentos populacionais, entre os quais os negros e afrodescendentes apresentam-se como grupos especialmente vitimados.

A questão da terra no Brasil ganha destaque, na atualidade, não só por ser o Brasil um país possuidor de grandes latifúndios, com cerca de 353,6 milhões de hectares ocupados, e uma concentração de renda - considerada uma das maiores do mundo -, mas também, pelo quadro de exclusão social vivida nas zonas rurais e urbanas, em que a desigualdade social configura-se, ainda, como uma das principais características da estrutura social no Brasil.

Do trabalho constam três capítulos fundamentais:

O primeiro capítulo procura reconstruir aspectos históricos relacionados à questão da terra no Brasil e evidencia tanto os modos de organização das relações sociais em momentos cruciais da história brasileira como os modos específicos de inserção do negro na complexa estrutura de estratificação social.

O segundo capítulo trata de uma reconstrução da temática relacionada à articulação das categorias “raça” e classe no pensamento social brasileiro, bem como ao relevo dado à questão da terra, da modernização e da democracia em Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Caio Prado Júnior. A partir desses autores foi possível, levando-se em consideração as influências por eles apropriadas da sociologia europeia no que tange à análise de classes, estabelecer pontos de inflexão com as obras selecionadas de Clóvis Moura, de modo a tornar possível a identificação das especificidades e dos contornos de suas análises.

O terceiro capítulo é dedicado especialmente à reconstrução e análise das principais contribuições de Clóvis Moura para o debate proposto. As obras, incluindo livros e artigos do e sobre o autor, foram criteriosamente selecionadas e, para os fins da análise proposta, foram abordadas do ponto de vista temático, em torno de três eixos fundamentais de enquadramento: a) Dominação, Imaginário e legitimação da desigualdade; b) Estratificação Social, resistência negra e mobilidade social e c) História e transformação social: passado e futuro.

Procedimentos Metodológicos

A investigação proposta é de natureza qualitativa e envolve pesquisa bibliográfica (FROTA HAGUETTE, 2001) para desenvolver as questões teóricas, bem como a análise histórica (GIL, 2006; TRIVINOS, N. S. A., 1987) com o objetivo de situar os elementos empíricos essenciais para a ampla compreensão do objeto. Neste sentido, desenvolvemos uma discussão, a propósito da sociedade brasileira, sobre a relação entre teoria social e história. Esta discussão foi especialmente iluminada através da identificação do modo específico como os pensadores sociais selecionados para a discussão do segundo capítulo privilegiam, em suas análises, em maior ou menor medida, aspectos teóricos e históricos. O objetivo da análise histórica foi demonstrar o papel e o lugar da categoria “raça” para a compreensão das particularidades da desigualdade social no Brasil e evidenciar o modo como esta categoria se articula, no pensamento social brasileiro e em especial na obra de Clovis Moura, com a análise de classe.

Diante do exposto, evidencia-se que o trabalho objetiva contribuir para ampliar o debate sobre a desigualdade social brasileira, demonstrando como se articulam no pensamento social de Clovis Moura as categorias “raça” e classe social. Objetiva também contribuir para a sistematização do pensamento social de Clovis Moura, dando visibilidade às análises (históricas e teóricas) por ele desenvolvidas sobre o negro e a questão da terra na sociedade brasileira e facilitando, ao mesmo tempo, o acesso e a valorização de sua obra. E, finalmente, o trabalho objetiva também contribuir para o aprofundamento da discussão teórica sobre a relação entre teoria social e história, tendo como base empírica a realidade da sociedade brasileira em seus vários momentos constitutivos.

1 RELAÇÕES “RACIAIS” E A QUESTÃO DA TERRA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Antes de desenvolver a reflexão proposta sobre a questão da terra no contexto do Brasil Colonial, iremos fazer uma rápida discussão sobre a questão da terra no contexto europeu. E para tanto, iremos explicitar o quadro político-institucional e o clima intelectual europeu a partir do século XIII com relação a essa temática.

1.1 A expansão Europeia

O século XIII foi marcado pela ambição portuguesa ao comércio marítimo, entretanto, as cidades de Gênova e Veneza já dominavam de forma exclusiva o comércio das especiarias¹ (cravo, pimenta, noz-moscada, canela, gengibre), bem como os artigos de luxo vindo da Ásia e África. Portugal intencionava participar desse comércio, mas tinha à sua frente o monopólio genovês e veneziano e o tráfico comercial marítimo sob domínio dos italianos que navegavam pelo Mediterrâneo. A necessidade de encontrar uma alternativa para o lucrativo comércio foi navegar pelo oceano Atlântico com o objetivo de encontrar um caminho que os levasse ao mercado oriental, localizado nas Índias. Segundo Arruda e Piletti (2003, p. 173),

[...] para obter sucesso nos mares, era preciso dispor de condições técnicas, como barcos adequados e conhecimentos náuticos. Foram importantes nesse processo o desenvolvimento da cartografia, com a elaboração de mapas, principalmente os portulanos, que eram registros das rotas percorridas; o uso da bússola e do astrolábio; e, sobretudo, o aperfeiçoamento das técnicas de construção de embarcações: surgiu a caravela, cujo sistema de velas móveis permitia a navegação sem o uso dos remos.

Sabe-se que no século XV não se tinha a ideia do formato do planeta e todos tinham receio de aventurar-se por longas viagens marítimas, principalmente por que alguns acreditavam que o mar era habitado por monstros e a linha do horizonte era o limite, depois dela o que existia era um grande abismo e isso apavorava os

¹ A palavra especiaria deriva do latim *especia*, que significa “substância ativa e valiosa”. As especiarias eram utilizadas principalmente em remédios, perfumes, temperos e na conservação de alimentos. Muitas regiões agropastoris da Europa sofriam com a falta de **forragem de inverno** (folhas e grãos) para alimentar o gado. Assim, grande quantidade de animais era abatida no outono, e sua carne tinha de ser conservada para o consumo até o inverno. Disso decorria a valorização dos condimentos, pois conservavam a carne e melhoravam o seu sabor. Além das especiarias, usava-se o sal, que era o conservante mais barato e comum (COTRIM, 2005, p. 168).

marinheiros, provocando uma onda de insegurança entre os mesmos. As inovações nas técnicas de navegação permitiu a ousadia de vários indivíduos se aventurarem por mar adentro a procura do caminho para as Índias. Enfrentar o perigo rumo ao desconhecido valeria a pena, já que a ânsia pela riqueza era mais forte, além do mais, o ouro e as especiarias eram considerados fontes de riquezas.

O ouro serviu como moeda de troca e os condimentos como o sal, por exemplo, permitiam conservar os alimentos e dar um sabor agradável, já que a conservação era feita com a exposição do produto ao sol e a pimenta disfarçava o gosto ruim causado pela deterioração. O surgimento da caravela, criação portuguesa, sem dúvida, permitiu maior agilidade nos mares, pois o fato de ser leve evitava muitas vezes o encalhamento.

O pioneirismo de Portugal nas grandes navegações, ocorridas a partir do século XV, deve-se à centralização administrativa, permitindo que Portugal se tornasse um Estado absolutista com uma política econômica mercantilista. Esse modelo econômico tanto atendia às necessidades da monarquia que almejava aumentar seu poder, como da emergente burguesia que ansiava não só aumentar os lucros, mas acumular de forma ampliada seus capitais.

A revolução de 1383 que ocorreu, segundo Fausto (2010, p. 10), “a partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português [em que] a burguesia comercial de Lisboa se revoltou”, teve como resultado uma política que buscou concentrar ainda mais todo o poder na monarquia. Referindo-se a este poder, Fausto (Idem, Ibidem) salienta que

em torno dele foram-se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Este é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa, porque nas condições da época era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

Portugal, nesse período, era um país isento de guerras, diferente dos demais países europeus como a França, a Espanha e a Inglaterra, envolvidos em conflitos militares, que por sua vez retardaram suas entradas na expansão marítima. Outro fator importante era o fato de Portugal ser “banhado em toda a sua costa pelo oceano Atlântico, o que facilitou a expansão portuguesa por mares nunca dantes navegados” (COTRIM, 2005, p. 170).

Portugal iniciou sua expansão em 1415, quando os navegadores, contornando o sul da África, conquistaram Ceuta, centro comercial dominado pelos muçulmanos. O Infante D. Henrique, que participou dessa conquista, ao voltar fundou a chamada Escola de Sagres – Centro de estudos náuticos, reunindo astrônomos, geógrafos, cartógrafos, matemáticos e construtores de instrumentos de navegação. Segundo Boris Fausto (2010, p. 20),

[...] sem ignorar o papel do Infante Dom Henrique (1394-1460) e sua lendária Escola de Sagres no incentivo à expansão, hoje não se acredita que esses fatos tenham sido tão relevantes quanto se pensava até alguns anos.

Acredita-se que a escola de Sagres não existiu de fato, essa denominação deve-se a um conjunto de ideias formuladas por estudiosos da época reunidos por D. Henrique, mas não configura uma escola de fato constituída por docentes e discentes.

O aperfeiçoamento das técnicas de navegação permitiu que Portugal avançasse cada vez mais em direção às Índias. O contorno pelo continente africano permitiu aos portugueses estabelecer feitorias² e participar do tráfico negreiro comercializado entre a África, a América e a Europa, que permitia lucros suficientes para continuar com o processo de expansão.

Vasco da Gama proporcionou a realização do sonho de Portugal, que foi encontrar um novo caminho rumo às Índias, ocorrido em 22 de maio de 1498 e que marca, segundo Bueno (apud ARRUDA; PELETTI, 2003, p.174), o “início da era da dominação europeia na História”. O sucesso da viagem de Vasco da Gama, que voltou com uma diversidade de produtos, superando 60 vezes o custo da viagem financiada por Portugal, estimulou o rei D. Manuel a enviar à Índia uma esquadra composta de 13 navios com o objetivo de firmar comércio com o Oriente. Com uma tripulação de quase 1500 pessoas, composta por padres, navegadores, soldados, intérpretes e comerciantes, o comando dessa esquadra ficou a cargo do experiente Pedro Álvares Cabral, que partiu de Lisboa em 09 de março de 1500.

O destino seria a cidade de Calicute, entretanto, não se sabe os verdadeiros motivos, se proposital ou acidental, a esquadra de Cabral se desviou do curso, afastando-se da costa africana e indo mais para o oeste. Esse desvio conduziu a

² Feitorias – entrepostos comerciais, geralmente fortificados, que os portugueses iam estabelecendo pelo litoral e onde recebiam e armazenavam os produtos que seriam transportados para a metrópole.

esquadra a uma terra desconhecida, que fora batizada de Vera Cruz, hoje Brasil, cujo nome só foi adotado em 1503 em função da grande quantidade de pau-brasil existente no litoral.

Cabral segue viagem para as Índias para dar continuidade ao objetivo proposto da viagem, mas, encarregara o escrivão Pero Vaz de Caminha a escrever uma carta ao rei de Portugal noticiando a descoberta e as possibilidades de encontrar riquezas no novo espaço:

Esta terra, senhor, é muito chã e muito formosa. Nela até agora não podemos saber se haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal [...], porém a terra em si é de muito bons ares; as águas são muitas, infindas; em tal maneira é grandiosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela de tudo; porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar essa gente (COTRIM, 2005, p. 172).

Pelos relatos da carta, a preocupação com os habitantes da terra recém “descoberta” parece enaltecer a ânsia dos portugueses de conhecer melhor os povos que nela habitavam, no caso, os índios, verdadeiros donos da terra. Mas, as coisas não aconteceram dessa forma e os conquistadores provocaram confrontos que levaram, como salienta Gilberto Freyre (1961, p. 125), à desorganização da vida social e econômica dos indígenas e ao rompimento do equilíbrio na relação destes para com o meio ambiente.

A Espanha tardou um pouco para entrar no ritmo das grandes navegações, isso só aconteceu em 1492, quando o projeto de navegação do genovês Cristovão Colombo para atingir a Índia partindo da Europa no sentido oeste foi aceito. Com uma tripulação dividida em três caravelas (Santa Maria, Pinta e Nina), Colombo parte do Porto de Palos em 03 de agosto de 1492, chegando a outubro do mesmo ano a uma terra até então desconhecida pelos europeus. Pensando ter chegado às Índias, Colombo batiza o povo dessas terras de índios. O engano foi desfeito por Américo Vespúcio que observou que o que se descobriu na realidade foi outro continente localizado entre a Europa e a Ásia, denominado em sua homenagem de América.

Essa descoberta provocou rivalidades entre Portugal e Espanha, que passaram a disputar as terras encontradas fora da Europa. O rei da Espanha solicitou a interferência do papa Alexandre VI para a solução do conflito, decidindo em 1493, através da bula *inter coetera*, passar uma linha imaginária a 100 léguas do

arquipélago de Açores, estabelecendo que as terras localizadas a oeste pertenceriam à Espanha e as terras localizadas a leste, pertenceriam a Portugal.

Portugal não gostou dessa divisão e o rei D. João II deixou claro que não respeitaria tal decisão:

Para evitar o conflito, o papa instituiu o Tratado de Tordesilhas, assinado pelos dois países em junho de 1494. O novo acordo mudou a linha demarcatória para um meridiano situado a 370 léguas (cerca de 2500 quilômetros) a oeste de Cabo Verde. As terras a oeste da linha seriam da Espanha; as que estivessem a leste pertenceriam a Portugal. Pelo tratado Portugal passava a ter direitos sobre parte das terras do Brasil atual, que ainda nem havia sido oficialmente anexado (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 176).

O Tratado provocou indignação por parte de outros países, como a França e a Inglaterra, que não concordavam com essa divisão. Passaram então a entrar na disputa pelas novas terras desrespeitando o Tratado de Tordesilhas e provocando conflitos internacionais. Implantaram a pirataria como forma de ter acesso ao novo mundo em busca de riquezas. Somente no início do século XVII é que esses países deram início à colonização.

Portugal ocupou e explorou as terras americanas dentro de uma política econômica dominante na Europa denominada mercantilismo³. Este foi o ponto principal do sistema colonial, que supriu as necessidades da metrópole e manteve a balança comercial favorável com lucros para a burguesia mercantil e o Estado. Esse sistema foi constituído por meio de monopólios e a colônia servia apenas para complementar a riqueza, sem nenhuma chance de concorrência com a metrópole, à qual estava econômica e politicamente subordinada.

A colonização nas terras americanas só começou de fato após 30 anos da “descoberta”. O descaso de Portugal relaciona-se ao fato de não haver comércio a ser estabelecido de imediato que trouxesse lucros, o que havia era uma enorme quantidade de terras por nativos que, aos olhos dos colonizadores, pouco tinha a oferecer, diferentemente do comércio com o oriente.

As expedições enviadas por Portugal, nos primeiros anos, ao Brasil, tinham como único objetivo garantir a posse, buscando combater os traficantes vindos de outros países e investigar o litoral. A única riqueza nessas terras, de acordo com os interesses mercantis de Portugal, era o pau-brasil, madeira da qual se extraía uma

³ Mercantilismo: conjunto de ideais e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XIV e XVIII.

tinta que servia para tingir tecidos, entretanto, o lucro era bem inferior ao comércio do oriente. Mas Portugal estabeleceu o Monopólio sobre sua exploração, ou seja, seria necessária a concessão da coroa para a realização dessa atividade. Segundo Fausto (2010, p. 17),

o Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernando de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 21 mil quilômetros) da costa e a construir aí uma feitoria. O consórcio realizou algumas viagens, mas aparentemente, quando, em 1505, o arrendamento terminou, a Coroa portuguesa tomou a exploração da nova terra em suas mãos.

A maneira rudimentar de extrair a madeira provocava a destruição das florestas. Os índios eram o alicerce dos traficantes que trocavam a madeira por quinquilharias, já que os índios conheciam bem as terras e sabiam onde se encontravam as melhores toras. Os franceses eram os principais consumidores e através do tráfico construía feitorias que serviam como verdadeiros depósitos e fortalezas contra aqueles que disputavam a madeira.

O desrespeito ao Tratado de Tordesilhas pelos Franceses provocou diversos conflitos, ao ponto de Portugal encaminhar expedições punitivas para impedir o contrabando, mas não foi o suficiente. Somente com o esgotamento do solo e a escassez do pau-brasil é que o negócio diminuiu sua importância. O resultado dessa forma predatória de exploração foi a improdutividade de grandes áreas, provocando a extinção de várias espécies de animais e vegetais.

Os índios, dependentes dessa terra não entendiam a ambição do homem branco, para eles a terra era sua maior riqueza, pois dela tiravam tudo o que necessitavam, não acumulavam riquezas e nem se preocupavam em deixar nada para seus descendentes, já que a morte dos mais velhos não significava o fim dos mais novos, pois a terra os nutria.

A população indígena era heterogênea, com cerca de 5 milhões de pessoas, e encontravam-se divididos em vários grupos, entre tupinambás, potiguaras, guaranis, entre outros, com línguas e costumes diversos. Diferentemente dos europeus, esses povos não tinham um Estado organizado, vivam em tribos, sobreviviam da caça, da coleta de frutas e raízes, da pesca e da agricultura. Migravam de um lugar para outro à medida que os recursos naturais se tornavam escassos.

Sofreram violência física pela superioridade das armas dos europeus, que a princípio pareceram pacíficos e depois se tornaram seus maiores algozes. O número de índios era superior ao número de europeus, no entanto era fácil de serem combatidos. Seu maior inimigo estava nas doenças trazidas pelos europeus, que sem nenhuma resistência imunológica se tornaram letais para esse povo. Foram violentados na sua cultura, retirados de suas terras para servirem aos propósitos dos conquistadores em suas várias tentativas de escravizá-los.

1.2 Brasil colonial (1500-1822)

A chegada dos portugueses em terras brasileiras é considerada uma invasão, já que essas terras eram habitadas e cada povo tinha seus costumes e cultura próprios, que foram aos poucos sendo destruídos pela imposição de um povo estranho a tudo e a todos, que por força de uma política desordenada da Monarquia Portuguesa impôs suas regras sem respeito algum aos que ali habitavam.

De início (1500-1535), o pau-brasil foi a principal atividade econômica, obtida pelos europeus através do escambo. Essa atividade de derrubada da madeira era comum aos índios que trabalhavam em coletividade, tornando-se fácil sua negociação.

Segundo Cristina Strazzacappa (2006, p. 20), “Portugal era um país pequeno, e a terra sempre foi um bem precioso. Ela deveria significar alimento e não poder.” O Brasil, como colônia de Portugal, à primeira vista não despertava interesses, ou seja, não se vislumbrava lucros imediatos se comparado com o comércio promissor das Índias. O Brasil, de fato, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia a Portugal, entretanto, a falta de organização, de comunicação e de interesses diante das terras conquistadas permitia o contrabando constante do pau-brasil por parte dos franceses e espanhóis.

As terras conquistadas “pertenciam” ao Brasil e os franceses e espanhóis tinham posse dessa informação, o que significava que consenso e dissenso pouco faria diferença naquele momento. Entretanto, Portugal vislumbrou o perigo iminente e a necessidade de manter a comunicação contínua com a colônia. Na eminência de perder as terras, a solução encontrada foi implantar no Brasil o sistema de Capitânicas Hereditárias. Segundo Borges (2011, p. 259), “a coroa portuguesa

alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa colonização, ao mesmo tempo em que se lançavam as bases de nova fonte de renda”.

As capitânicas Hereditárias carregavam em sua estrutura características feudais, se analisadas as cartas de doação expedidas por D. João III, rei de Portugal à época, na qual aos donatários eram facultados poderes absolutos sobre a terra, estando subordinados apenas aos interesses da Coroa portuguesa. Podemos citar como exemplo a Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, expedida em 10 de março de 1534, cujo donatário beneficiado foi Duarte Coelho. Segundo Borges (2011), os poderes dados aos donatários chegavam em alguns pontos a se igualar aos poderes reais e a coroa teve de abrir exceções nesse sentido, “afim de que o povoamento e a exploração das terras do Brasil se tornassem uma realidade” (Idem *Ibidem*).

A autoridade de dar sesmarias, expressa na carta de doação e do foral da capitania, era de competência do donatário e este poderia escolher qualquer pessoa sem a interferência da coroa. Aquele que recebia uma porção de terra chamava-se de sesmeiro, tinha como obrigação cultivar a terra. No caso da capitania de Pernambuco, o tipo de cultura obrigatória, imposta por Duarte Coelho, seria o plantio da cana-de-açúcar e do algodão, além de se organizarem sob a forma de engenhos ou fundarem vilas dentro de um prazo previsto de até 6 anos. O que se observa com a fixação de prazos é o interesse do donatário em manter a terra produtiva, evitando a ociosidade da mesma.

Povoar as terras do Brasil era uma das condições impostas e urgentes. Entretanto,

Em geral, os sesmeiros não as povoavam, e quando o faziam limitavam-se a uma parcela ínfima das terras recebidas. Daí, com o passar dos anos, a existência de dezenas e dezenas de léguas de terras que, embora doadas, continuavam despovoadas e, conseqüentemente, incultas. Essa situação preocupava os governadores e o rei, uma vez que constituía sério obstáculo à colonização (povoamento e cultura) do interior da capitania (BORGES, 2011, p. 273-274).

Portugal, diante dessa situação, em 1699, através de carta régia, determinou que as terras dadas em sesmarias que não estivessem povoadas, nem cultivadas, seriam retomadas pela coroa e redistribuídas, pelo sistema de sesmarias, para aqueles que denunciasses a existência das mesmas. Além dessa medida, até

então, as sesmarias estavam isentas de tributos, pagando apenas um dízimo à ordem de Cristo. Com a carta régia de 1699, além da obrigatoriedade do dízimo, seria imposto um tributo que variava de acordo com a localização da terra, cuja distância seria de 30 léguas da marinha, ou seja, as terras mais próximas pagariam maior tributo.

Essas medidas não surtiram efeitos positivos, pois os sesmeiros se esquivavam de pagar o tributo (foro), o que resultava em prejuízo para a fazenda real, além de várias terras doadas continuarem inertes, sem nenhuma perspectiva de povoamento ou de cultivo da terra. Em virtude disso, a coroa toma como devolutas as terras nessas condições e impõe o pagamento de uma multa de mil réis e o foro (tributo) vencido ao sesmeiro que não cumpriu com a obrigação estabelecida. Para garantir o pagamento do foro, a Coroa estabeleceu que aquele que pretendesse se candidatar às sesmarias deveria apresentar um fiador que se responsabilizaria pelo pagamento do tributo imposto, caso o sesmeiro não cumprisse com sua obrigação.

Em 1780, a Coroa estabelece que as terras dadas em sesmarias não poderiam ser divididas, o que segundo Borges (2011, p. 277), tinha como objetivo “impedir ou pelo menos dificultar o fracionamento das grandes propriedades latifundiárias [...] tal imposição dificultou ainda mais, por muitos anos, o surgimento da pequena propriedade territorial”.

A falta de organização e o controle de um registro com relação às terras doadas, além do agravante de que estas eram demarcadas conforme informações, na maioria das vezes falsas, passadas por seus pretendentes, que alegavam estarem estas ociosas, resultava em duas ou mais pessoas terem a posse da mesma terra. Outro fator agravante era a ganância dos latifundiários, que não se contentando com as terras que possuíam, avançavam nas terras vizinhas, o que gerava desavenças entre famílias, desembocando em lutas armadas. Apesar das diversas medidas tomadas pela Coroa, o problema se arrastaria por séculos, até os dias atuais.

A implantação das capitânicas hereditárias na colônia permitiu que cada uma utilizasse de uma percepção contrária às expectativas previstas. Os arranjos estruturais que permitiriam o compartilhamento, servindo como catalizadores para a comunicação entre as capitânicas, não ocorreu e o resultado foi o fracasso. Alguns

donatários não chegaram nem a pisar em terras brasileiras e outros fracassaram em suas primeiras tentativas abandonando as terras por entenderem que o empreendimento era muito arriscado. Nesse contexto, apenas duas capitanias conseguiram alcançar seus objetivos: Pernambuco e São Vicente.

Outro fator que contribuiu para que as mesmas não prosperassem foi o imenso tamanho das terras. Os donatários, desprovidos de recursos suficientes para investir na terra, perdiam de imediato o interesse pelas capitanias, acreditando que o investimento não compensaria o capital aplicado. A hostilidade das tribos indígenas também foi um fator importante e a única forma de se livrarem da dominação portuguesa e da invasão de suas terras seria através de diferentes formas de resistência.

A cana-de-açúcar era o produto que mais interessava à coroa e comerciantes inseridos no comércio da colônia, e nem todas as capitanias tinham o solo adequado para o plantio da cana, o que também contribuiu para a perda de interesse por parte de alguns donatários. Não sendo o solo propício para a cana de açúcar, só restava o comércio do pau-brasil que tinha com sua exploração um retorno muito pequeno. Daí o motivo das capitanias de São Vicente e Pernambuco terem prosperado, em virtude da fertilidade do solo para o plantio da cana.

Fatores internos, como o problema das capitanias, forçaram Portugal a encontrar outros meios de administrar a colônia. A implantação do governo-geral, com sede na capitania da Bahia, que passou a existir simultaneamente com as capitanias, foi a solução encontrada. Com o fracasso da concessão de terras a particulares, as capitanias foram aos poucos sendo retomadas pela Coroa, que passou a administrar a colônia.

O primeiro governador-geral do Brasil foi Tomé de Souza, cujo governo funcionou entre 1548 e 1553. Segundo Fausto (2010, p. 20),

Tomé de Souza – um Fidalgo com experiência na África e na Índia – chegou acompanhado de mais de mil pessoas, inclusive quatrocentos degredados, trazendo com ele longas instruções por escrito. As instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Com Tomé de Souza vieram também alguns jesuítas, sob o comando do padre Português Manoel da Nóbrega, cuja missão era catequizar os índios. Totalmente alheio à cultura indígena e mesclado de regras advindas do catolicismo europeu, os jesuítas não conseguiram ou não quiseram assimilar a cultura daquele povo e em vez de buscar entendê-los impôs os seus valores e a sua cultura. De acordo com Puentes (2010), a cultura brasileira tem como uma de suas características fundamentais o catolicismo, devido à influência europeia que tinha por base o mundo centrado no *Orbis Christianus*, em que a fé em Deus era a única verdade e, fora dela, tudo era considerado aberração e injúria.

De acordo com os escritos das Ordenações do Reino, as doações de sesmarias deveriam ter como critério a capacidade do concessionário de ter recursos suficientes para explorá-la, daí limitar as doações de terras de acordo com a situação de cada um. Entretanto, no governo de Tomé de Souza, o “espírito latifundiário (influenciou) as datas de terras” (GUIMARÃES, 2011, p. 69), tornando-se ineficaz a lei, de modo que, aos poderosos as concessões eram ilimitadas, ou seja, “a condição social do concessionário era, em última instância, o fator decisivo no regime de doações” (Idem Ibidem). Isso gerou uma desigualdade com relação aos pequenos sesmeiros, que se viram sem condições de serem favorecidos com o mínimo legal estabelecido pelas ordenações, que era de três a quatro léguas de terras. Segundo Guimarães,

Não chegaria a distribuição das sesmarias, por mais desigual e injusta que fosse, a se afastar dos limites da classe dos senhores. Apenas a injustiça consistia, para à época, em criar a desigualdade dentro da classe dominante, composta de nobres e plebeus ricos ou remediados, os “homens bons” de qualidades ou de posses, únicos, por sua condição, a merecerem o dignificante título de senhores da terra (GUIMARAES, 2011, p. 70).

Com o crescimento econômico no campo e na cidade, o século XVIII desponta favoravelmente ao monopólio da terra e a massa popular desprovida de recursos se depararia com dificuldades ainda maiores, que levariam mais tarde, a rivalidade e conflitos de classes. Dentro dessas circunstâncias, a população rural foi ocupando cada vez mais as terras não cultivadas ou devolutas, o que representava uma ameaça à propriedade latifundiária. Esses posseiros ou intrusos, como passaram a ser chamados, aceleraram o processo de extinção das sesmarias que tiveram seu fim com a Resolução de 17 de julho de 1822, em que “as autoridades do

Brasil Colonial (decidiram buscar) outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária” (GUIMRÃES, 2012, p. 77).

O primeiro governador-geral impulsionou o início da colonização, fundando a primeira cidade do Brasil, Salvador, e o primeiro bispado. O incentivo do plantio da cana-de-açúcar e o início da pecuária mostra a preocupação e o esforço de colonizar a terra recém-descoberta. Segundo Bosi (1992, p. 14), “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se ao nível do colo: ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter aos recursos naturais”.

Colonizar traz no seu bojo algum objetivo e no Brasil um deles seria a produção de gêneros alimentícios ou minérios para serem comercializados com o mercado europeu. A política utilizada pela metrópole assentava-se na grande propriedade ligada a produção em larga escala. Mas, a colonização não depende apenas do setor econômico, o social traz pontos essenciais para a continuidade do objetivo proposto, o que segundo Bosi (1992, p. 16): “A cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo”.

A educação, sem dúvida, deve ser parte constituinte de todo processo de construção do social, entretanto, os europeus buscaram construir uma nova cultura desprezando a identidade própria dos povos que ali habitavam. A educação ministrada pelos jesuítas era eminentemente elitista e só era garantida aos *gentios* para prepará-los para as atividades que garantiam a reprodução da riqueza dos colonizadores.

Segundo Mota e Braick (2008, p. 207): “a economia colonial caracteriza-se pela mão-de-obra escrava, pelo latifúndio, pela cultura de produtos tropicais e pela exploração de metais e pedras preciosas.” Dentro da política mercantilista metropolitana, a agroindústria do açúcar serviu e muito na exploração de mão-de-obra, principalmente a escrava, cujo fornecedores eram a América e a África.

Como Portugal precisava garantir a posse da terra, diante de ameaças estrangeiras, decidiu colonizar o Brasil. Mas era necessário desenvolver uma atividade econômica que desse lucro, compensando o investimento que naquele momento era necessário. Como o açúcar era um produto já conhecido e bastante consumido, Portugal decidiu implantá-lo no Brasil. O risco de não dar certo era

pequeno, visto que o Brasil era possuidor de áreas com condições naturais favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. A organização do cultivo do solo permitiria, segundo Cotrim (2005), o povoamento sistemático da colônia.

Para Caio Prado Jr. (1947, p. 26), “A economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural”. A pequena propriedade não teve espaço neste começo, e é fácil entender porque, o Brasil recém descoberto necessitava de investimento para atingir o objetivo que era povoar, além do mais, o comércio das especiarias na Índia estava em decadência, a metrópole precisava de recursos, como a principal riqueza era o plantio da cana, este se voltou para o mercado externo, montar um engenho necessitava de recursos, e o pequeno lavrador não tinha condições para esse tipo de investimento.

Segundo Cotrim (2005, p. 210), “o engenho de açúcar é a unidade produtiva que melhor caracteriza as condições de riqueza, poder, prestígio e nobreza do Brasil colonial”. O *status* social era garantido por esses proprietários considerados senhores de engenhos cuja autoridade era respeitada e temida. Essa espécie de sociedade formada hierarquicamente era composta de senhores, escravos e trabalhadores assalariados, daí a impossibilidade de o pequeno agricultor ter êxito. O mercado interno era muito pequeno, já que os grandes produtores tiravam de suas terras tudo o que precisavam para a sua subsistência.

No Brasil, em especial no Nordeste, implantou-se o sistema de *plantation*, em que a mão de obra escrava tornou-se instrumento principal para o desenvolvimento de grandes propriedades monocultoras, cuja produção era destinada ao mercado europeu. Outros produtos também faziam parte da organização econômica, como o algodão e o tabaco, que cultivados em pequenas quantidades, eram vantajosos para os colonos.

A cachaça e a rapadura extraídos da cana-de-açúcar, como tinham um custo menor de matérias primas, adaptaram-se rapidamente ao modelo de exploração. Já com relação ao algodão,

já era um produto conhecido pelos índios, que utilizavam seus fios para tecer as redes. Seu cultivo destinava-se ao consumo interno, principalmente à manufatura de tecidos para as vestimentas dos escravos. Já o tabaco, algumas vezes também produzido nas grandes propriedades, serviu como “moeda” de tráfico negreiro (MOTA E BRAICK, 2008. p. 209).

A colônia também produzia a farinha de mandioca, de milho, de trigo, feijão, charque e carne fresca, fumo, couro, peixe seco e fresco e sal, que eram comercializados nos mercados locais. Segundo Stedile (2011, p. 21): “Havia também, nessas unidades, a produção de bens para subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir o custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumento de trabalho.”

A produção açucareira para dar resultados favoráveis necessitava de mão-de-obra e a solução encontrada de início foi subjugar os nativos ao trabalho escravo, logo se percebendo que a cultura dos índios era incompatível com o trabalho intensivo, pois os mesmos só tiravam da terra o necessário para sobreviverem, sendo alheia a eles a noção de produtividade.

Os índios passaram por duas situações de submissão: a primeira foi imposta pelos colonos, que buscando lucros imediatos e necessitando de mão-de-obra, escravizou o índio; a segunda veio com os religiosos, que buscaram reunir os índios em aldeias com o objetivo de aliená-los à religião cristã. Na realidade, segundo Fausto (2010), o que se pretendia era transformar o índio no “bom cristão”, ou seja, ensiná-lo os hábitos europeus e transformá-los em cultivadores obedientes que atendessem às necessidades da colônia.

O respeito pelos índios e sua cultura estava distante, ao ponto de existir uma discrepância da ordem religiosa com o caráter missionário, já que alguns padres, como por exemplo, Padre Manoel da Nóbrega, colocava em dúvida se o índio poderia ser enquadrado na categoria de pessoa. A resistência foi uma das maneiras que os índios encontraram para refutar a situação de submissão.

Outra causa que tornou inviável a escravização do índio foi a considerável redução desse povo a partir do século XVII, devido a vários fatores, entre eles as epidemias que os vitimavam. Stedile (2011, p. 19) comenta que,

segundo os estudos de Darcy Ribeiro, em especial os reunidos no livro o povo Brasileiro [...], quando os colonizadores europeus invadiram nosso território, estima-se que havia mais de 300 grupos tribais ocupando a região, num total de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Ou seja, uma população razoavelmente grande para aquela época.

Diante desse quadro, seria necessário encontrar alternativas que substituíssem o trabalho dos nativos. Como Portugal já havia utilizado a mão-de-obra africana nas ilhas atlânticas passou a utilizá-las também no Brasil.

A partir dessa opção pela escravidão africana, começou a se desenvolver um lucrativo comércio com o tráfico de escravos abrangendo a Costa da África, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os negros já desenvolviam uma cultura voltada para a metalurgia e a criação de gado, atividades consideradas úteis para a empresa açucareira. Segundo Schwartz (2006, p.70):

Os africanos sem dúvida não era mais “predispostos” ao cativeiro do que os índios, portugueses, ingleses ou qualquer outro povo arrancado de sua terra natal e submetido à vontade alheia, mas as semelhanças de sua herança cultural com as tradições europeias valorizavam-nos aos olhos dos europeus.

Antes da conquista de Ceuta pelos Portugueses a estrutura social do povo africano firmava-se em sua etnia e nos laços de parentesco. Os mais velhos detinham o conhecimento e, portanto tinha o poder político em suas mãos. A sociedade compunha-se de várias províncias, administradas por indivíduos que tinha o status social elevado na estrutura hierárquica ocupando cargos de chefia. A monarquia fazia parte desta estrutura composta por um rei e seus auxiliares que formavam o Conselho Real.

Os portugueses encontraram um povo bastante evoluído em sua cultura, com mercados regionais e um “sistema monetário que utilizava conchas como unidade básica” (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 197). A prática da escravidão era uma realidade para esse povo que subjugava os membros dominantes de outras linhagens, entretanto, as funções exercidas divergiam com a do escravo africano no Brasil, cujo trabalho denegria a condição de ser humano na sociedade. O escravo na África exercia as mesmas funções dos grupos que os dominavam, e nesse ponto verifica-se que a escravidão não era algo primordial para esse povo, existindo outras formas de dependência.

A chegada dos portugueses provocou mudanças consideráveis na estrutura social da África no começo do século XV, o tráfico de escravos para o Brasil tornou-se um negócio lucrativo e bem organizado envolvendo grande circulação de capitais. Cerca de 150 mil escravos africanos foram vendidos para a Europa nessa época. Entre os séculos XVI e XIX esse número triplicou, chegando a 11 313 0000 escravos, devido a conquista da América não só por português, mais espanhóis e outros povos europeus.

O tráfico de escravos para a colônia, segundo Fausto (2010, p. 22) representou “uma fonte potencial de acumulação de riqueza e não apenas um meio de prover de braços a grande lavoura de exportação.”

O trabalho do negro africano já era conhecido nas ilhas do atlântico, na produção da cana-de-açúcar. Sua habilidade e maneira ágil na produção superavam em muito a do índio, uma vez que sua cultura era mais desenvolvida do ponto de vista tecnológico e os mesmos já manipulavam o ferro e se dedicavam à criação de gado.

Angola se tornou palco do maior número de escravos trazidos para o Brasil no século XVIII. Assim como o índio, os africanos foram arrancados de suas terras e submetidos a condições desumanas. O diferencial entre ambos está não só no desconhecimento do território, em que o índio estava em casa, portanto, conhecia rotas de fugas desconhecidas pelos europeus, ao contrário do negro, que em terras alheias ficou desorientado, mas, também, pela representação do negro como uma raça inferior⁴, e, portanto considerado coisa, sem direito algum perante a legislação vigente da época. A alimentação precária e o trabalho sub-humano levaram o escravo a exaustão, pois não existiam horários determinados para começo e fim das atividades nas lavouras, faziam com que o escravo tivesse uma vida útil curta, no máximo dez anos.

Tentar livrar-se dos maus tratos e buscar a liberdade perdida implicava em castigos severos impostos pelos senhores de engenhos. Lembrando que, uma vez aprisionados em seu habitat natural, os africanos eram acorrentados para embarque nos navios negreiros. Para identificar a peça que seria vendida, já que o negro era considerado coisa, marcava-se sua pele com ferro em brasa.

Mas isso não o impediu ao negro lutar por sua liberdade, daí as fugas em massa e a implantação de uma organização social que se assemelhava às praticadas na África: uma delas foi o Quilombo. Os quilombolas desenvolveram um sistema de organização rígido, punindo de forma severa as infrações cometidas por seus habitantes. As crenças, costumes e tradições do povo africano reacenderam, resistindo às mudanças impostas pelos europeus.

⁴ No decorrer do século XIX, “teoria científicas” reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de cérebro etc. “demonstravam” que se estavam diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. (FAUSTO, 2010, p. 26).

Um dos quilombos mais conhecidos e duradouros foi o de Palmares, que ficava na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, que resistiu por 65 anos, vindo a sucumbir em 1695. Palmares se formou da reunião de vários quilombos, por volta do século XVII, provocando irritações profundas a vários governos, principalmente holandeses e portugueses que por várias vezes buscaram destruir essa organização sem sucesso.

A diversidade étnica e cultural da população brasileira se deve a essa mistura de raças: europeus – africanos – índios. O negro ocupa o topo dessa estrutura, visto que, sendo escravizados por mais de trezentos anos, o índice de contato com o europeu era bem maior, principalmente com relação aos grandes proprietários de terras que escolhiam as negras mais vistosas para com elas dormirem. Segundo Arruda e Piletti (2003, p. 199):

A miscigenação entre nós [...] envolve não apenas mistura física mas também cultural. No Brasil, a combinação de europeu, índio e africano produziu uma cultura muito diferente da austera cultura portuguesa original. A influência africana revelou-se a mais forte entre as influências não-européias e ainda pode ser vista entre a elite brasileira branca de hoje. A rejeição com influência afro-brasileira, como a umbanda, por exemplo, atrai seguidores de todas as classes sociais. E a música brasileira, com sua forte influência africana, é o supremo exemplo da cultura popular nacional do Brasil.

A diversidade cultural e religiosa do negro na colônia fez surgir o afro-brasileirismo, religião afro-brasileira que segundo Prandi (1996, p. 65), “forma-se em diversas áreas do país, com diferentes ritos e nomes locais derivados de tradições africanas distintas”.

O Brasil colonial seguia o costume português, ou seja tinha como religião oficial o catolicismo, entretanto, havia certa resistência por grande parte da população de seguir a religião católica. Em contrapartida, a igreja enxergava o negro de forma diferente do índio. O último poderia ser iniciado no catolicismo por considerar-se que ele não tinha religião definida, já o negro ligado ao islamismo ou às religiões pagãs, ia de encontro aos dogmas da igreja católica, portanto eram considerados infiéis e a única forma de expiar os pecados seria através da escravidão na América. Segundo Soares do Bem (2008, p. 71), “já no primeiro século de existência do cristianismo, a cor negra passou a ser negativamente codificada”. Ainda, segundo o autor (Idem, Ibidem):

Acusados de terem “pacto com o demônio” quando eram surpreendidos em suas práticas espirituais, os negros eram duramente torturados e levados ao Tribunal para o ato da confissão, que provocava as mais díspares formas de construção mental: em alguns casos a confissão de “pacto” e a incorporação do discurso demonológico instituía-se como uma estratégia para se alcançar o abrandamento das penas.

A discriminação se tornou mais acentuada sob o impacto do “Estatuto de Pureza de Sangue”, em que quaisquer descendentes de mouros, negros ou judeus estavam impedidos de ocupar cargos públicos, ingressar nas ordens religiosas, nas universidades etc. As restrições legitimavam-se a partir da suspeição de que esses grupos sociais não se convertiam de fato e apenas se comportavam aparentemente como cristãos. O rigor dos controles a partir da pertença étnica e religiosa radicalizou-se com o surgimento do Tribunal do Santo Ofício de Inquisição.

Segundo Boxer (1981, p. 242),

a exigência da pureza de sangue foi um fator que, desde o século XV permeou toda a legislação lusitana. Durante séculos os portugueses colocaram uma “tônica no conceito de ‘limpeza’ ou ‘pureza de sangue’ não apenas num ponto de vista classista mas também racial”.

A colônia era composta de várias etnias, sendo considerados “impuros”, segundo Fausto (2010, p. 31), os “cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, em certa medida os índios e as várias espécies de mestiços”. Esse processo discriminatório se entendia a um grau de absurda exclusão social, visto que, o negro não era considerado pessoa, mais “coisa”, e como tal podia ser tratado de forma desumana, sendo desqualificado juridicamente, enquanto indivíduo com direitos e deveres. Os escravos atuavam em diversas atividades, desde as funções domésticas na casa-grande ao trabalho no campo e nas Minas. Na cidade eram usados como meios de locomoção de pessoas e cargas, entre outras funções. Adquirir a liberdade não significava muita coisa, visto que a cor o distinguia dos demais e o acesso à sociedade com direitos e deveres parecia uma utopia, além do mais, uma simples denúncia de desrespeito ao seu antigo dono poderia levá-lo, de novo, à condição de escravo. Segundo Fausto (2010, p. 33),

a escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço para obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão das cidades.

A família colonial tinha por base o sistema patriarcal, sendo a figura masculina elemento fundamental, em torno da qual se agrupavam não só a mulher e os filhos, mas agregados, escravos, criados e parentes. Segundo Raboni (2008), o processo de colonização no Brasil assentava-se sobre a estrutura de um tripé social, cujas bases seriam o latifúndio, a escravidão e a economia agroexportadora. Dessa estrutura é que resultou a família senhorial, conforme a interpretação de Gilberto Freyre.

O solo adequado e o clima favorável para o plantio da cana-de-açúcar fez da região Nordeste uma das mais promissoras. Nos engenhos utilizou-se a mão-de-obra escrava africana. A família tinha um papel relevante neste contexto social. Estar vinculado por laços familiares era sinal de prestígio, ou seja, “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega a família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (DA MATTA, 1987, p.125).

A base familiar patriarcal, de natureza conservadora a seus costumes e tradições, recebeu em seu bojo influência religiosa. Os dogmas da igreja católica reforçavam esse lado conservador que pregava, por exemplo, a indissolubilidade do casamento. A mulher tinha um papel definido no seio familiar, sendo responsável pelo desenvolvimento e organização dos serviços domésticos e dos cuidados com o marido e os filhos.

Com a centralização da economia da colônia no Nordeste, os senhores de engenho aumentaram ainda mais seu poder. As senzalas serviam de abrigo para os negros, responsáveis pelo sucesso do plantio da cana e dos lucros arrecadados. O negro, como peça fundamental dessa engrenagem, era trancado após o exaustivo dia nas plantações de cana, lembrando que não se tinha horário definido para que cessasse suas atividades.

Com relação aos centros urbanos Fausto salienta (2010, p. 36):

A população colonial viveu em sua grande maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e foram dependentes do meio rural. A própria capital da Colônia foi descrita por frei Vicente do Salvador no século XVI como “cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo de festas”. [...] Um padre jesuíta refere-se à pobreza da pequena São Paulo no século XVII como resultado da “constante ausência dos habitantes [...]”.

As cidades foram aos poucos crescendo e alcançando importância à medida que os comerciantes desenvolviam suas atividades internas e externas, incluindo

nesta, o tráfico de escravos. A vinda da família real para o Brasil deu um impulso positivo, aumentando ainda mais o crescimento das cidades e centralizando nela o fluxo dos assuntos administrativos.

A relação entre o Estado e a sociedade brasileira é compreendida a partir de duas interpretações básicas. Uma coloca o foco no Estado português como o polo dominante da colonização e a outra focaliza os grandes proprietários de terras como o eixo central a partir dos quais a dominação colonial se exercia (FAUSTO, 2010). Se as interpretações são polarizadas, não há razão para supor que elas não possam também serem vistas como complementares, como argumenta Fausto (Idem, p. 37):

Não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações por duas razões principais: 1º - porque elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos; 2º - porque ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro tende-se a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis. Começando pela mais antiga, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreu em certa áreas como no sertão nordestino, voltados para a pecuária. Mas isso não serve para definir o quadro mais geral da Colônia (FAUSTO, 2010, p. 37).

Como salientamos acima, o século XV foi marcado pela preocupação portuguesa com o comércio de especiarias localizadas na África e na Ásia, em que se comprava e vendia mercadorias, ou seja, já existia uma estrutura organizada, o que facilitava o lucro imediato, vantajoso para a metrópole. Quando no final do século XV e início do século XVI começou a surgir os primeiros sinais de decadência do comércio de especiarias, Portugal passou a dar mais atenção à colônia, buscando organizar sua produção.

Saliente-se que a questão da terra não estava apenas ligada aos mecanismos jurídicos e estratégicos para garantir a posse e a concentração nas mãos da minoria que exercia o poder, mas desdobrava-se em várias dinâmicas espaciais que provocavam conflitos pontuais. Havia momentos em que algumas práticas exercidas pelos jesuítas provocavam conflitos diretos com a Coroa. Um desses momentos relaciona-se ao Tratado de Limites firmado entre Portugal e Espanha, em 13 de setembro de 1750, estabelecendo a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento para a Espanha e a posse dos Sete Povos das Missões⁵ para Portugal, além de reconhecer o domínio português na região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso.

⁵ Povoações: Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luis, São Miguel e São Nicolau.

Essa divisão não agradou os jesuítas, pois, pelo acordo firmado, todos deveriam adequar-se à nova situação e isso significava o deslocamento dos jesuítas juntamente com as aldeias dos índios sob seu controle para as terras demarcadas.

A frustrada tentativa por parte dos jesuítas junto às duas coroas para reverter o quadro com a argumentação de que tal mudança provocaria o comprometimento da paz espiritual e temporal, gerou a resistência por parte dos guaranis. A coroa atribuiu a iniciativa de rebeldia dos índios à influência dos jesuítas, vistos como instigadores da desobediência contra o poder real.

Pesaram sobre a Companhia de Jesus as acusações de abusos nos domínios português e espanhol, violação à liberdade dos índios, domínio dos jesuítas nas aldeias, interferindo nos governos seculares, ações estas consideradas inadequadas e praticadas pelos clérigos, tais como:

[...] mandar buscar drogas aos sertões pelos Índios, para depois as mandarem vender; o mandarem salgar carnes, peixes para o mesmo fim; o mandarem salgar, e acumular couros para também venderem”. Segundo os opositores, tais transações não eram vendas de coisas supérfluas, nem tampouco de coisas necessárias, mas sim prática de negociações e “tratos mercantis”, proibidos pelas leis do reino [...]. O não cumprimento da Bula Pontifícia, expedida pelo Papa Benedito XIV (1740-1758), em 20 de setembro de 1741⁶, contra a escravidão dos índios, era uma das infrações mais flagrantes cometidas pelos jesuítas nos domínios ultramarinos, além de outros acintes contra os governadores da região que desejaram cumprir as leis (ASSUNÇÃO, 2004, p.36).

A insistência dos jesuítas em desobedecer as ordens da Coroa resultou em uma carta encaminhada pelo Rei de Portugal ao ministro da Cúria de Roma, Francisco de Almada de Mendonça, relatando os abusos cometidos pelos jesuítas ao norte e ao sul da América portuguesa, provocando o comprometimento da ordem pública. O Rei afirmava que tais religiosos chegavam até mesmo a usurparem terras alheias com o objetivo de acumular riquezas, desviando-se em todos os sentidos do objetivo da igreja, que deveria estar voltada para a conversão dos infiéis e assegurar a fé católica nas terras recém conquistadas.

A resposta do papa foi imediata. Para verificar as alegações contidas na carta, foi enviado à colônia o Cardeal Francisco Saldanha com o objetivo de verificar a veracidade dos fatos e buscar dar outro sentido à companhia. Entretanto sua

⁶ IANTT, Livro da Consciência e Ordens n. 311, doc. n.i.

estadia foi breve, o inesperado atentado contra o Rei de Portugal adiantou a sua volta, depois de constatar que tal episódio traria grandes problemas para a Ordem.

Os jesuítas chegaram a ser acusados de tramarem para usurpar “todo o Estado Brasil” (ASSUNÇÃO, 2004 p. 41). Segundo Assunção (Idem, Ibidem),

em seu relato o rei considerava a ordem [...] como deploráveis corruptos, pela sua ‘ingerência’ nos negócios temporais, principalmente no que dizia respeito à administração das aldeias e demais domínios de que era proprietária. Apesar de o rei ter advertido para os efeitos nocivos que a cobiça temporal trazia, os interesses profanos ‘das aquisições de terras, e estados e dos interesses mercantis’ continuaram a existir em detrimento do serviço a Deus”.

A continuidade do enfrentamento resultou no alvará de 1759, que determinava a expulsão imediata dos jesuítas, tendo como justificativa a manutenção da soberania do Estado lusitano e a preservação da paz social, considerada ameaçada pelos religiosos da Companhia de Jesus. Os jesuítas tentaram reverter o quadro junto à Igreja Católica, mas foi em vão; em 1773 o Papa Clemente XIV confirmou em definitivo a extinção da Companhia de Jesus.

Voltando ao desenvolvimento na colônia portuguesa, a região de São Paulo foi palco de desenvolvimento nos fins do século XVI, com a criação de gado, o plantio da uva, algodão e trigo entre outras atividades econômicas, levando à exploração das terras da colônia rumo ao interior. Segundo Fausto (2010, p. 51), “A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras”, conhecidas também por “entradas”, tendo a vila de São Paulo como principal “núcleo irradiador” (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 214).

O aprisionamento de índios na venda como escravos configurava o principal objetivo do bandeirante apresador. Tendo um menor custo que os escravos africanos, nas áreas mais pobres, o proprietário se valia dessa opção. Os constantes atritos com os jesuítas se deram pelo fato de que os índios já aculturados geravam lucros imediatos, pois a venda se tornava mais fácil. Só que para chegar até eles era preciso invadir as missões⁷.

Outros tipos de bandeiras surgiram com objetivos diferentes, no caso dos bandeirantes prospectores, que se voltaram para a procura de metais preciosos. Já

⁷ As missões eram aldeamentos fundados pelos padres católicos para catequizar os povos indígenas. Nelas os índios eram separados de suas comunidades originais. Em seu interior havia sempre uma praça onde se erguiam a Igreja, a escola e o cemitério. Sua proteção contra ataques externos era feita por uma paliçada e um fosso. Além da educação religiosa, os índios eram iniciados nas práticas de atividades profissionais, como a carpintaria e a tecelagem. Também eram desenvolvidas atividades agrícolas (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 214).

o bandeirante sertanista de contrato voltava-se ao combate dos índios e à captura de negros fugitivos.

Embora as bandeiras fossem formadas por um grupo heterogêneo (índios, mestiços e mulheres), o domínio do grupo estava nas mãos dos brancos, que detinha um menor contingente de indivíduos. De acordo com Fausto (2010, p. 51),

As relações entre os interesses da Coroa e o bandeirismo foram complexas. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa, e outras não. De modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos eram compatíveis com os objetivos da Metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas no Norte e no Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683 – 1713).

A descoberta do ouro foi um fator importante não só para a Metrópole, no que se refere à situação financeira, o que proporcionou certo equilíbrio na balança comercial entre esta e a Inglaterra, mas também para a colônia, visto que a partir desse momento o fluxo migratório tornou-se maior, com a entrada de pessoas com padrões de vidas diferenciados à procura de estabilidade na nova terra.

Com a descoberta do ouro, de certa forma, a região Nordeste sofreu uma baixa em sua economia. O açúcar já vinha dando sinais de decadência, em decorrência da concorrência com as Antilhas. Quando expulsos do Brasil, os holandeses levaram mudas de cana e começaram a produzir, fazendo com que o monopólio do Brasil chegasse ao fim. Somente no final do século XVIII é que, aos poucos, o açúcar brasileiro readquire sua importância no mercado internacional. Somado a tudo isso, o preço da mão-de-obra escrava tornou-se bastante caro devido à crescente demanda, que associada aos deslocamentos da população em direção ao centro-sul, deixava clara a fragilidade daquela região naquele momento.

A corrida do ouro fez com que Portugal tomasse uma série de medidas, com o intuito de preservar e organizar a estrutura social da colônia. A primeira medida foi restringir a emigração por meio de um decreto ocorrido em março de 1720, visto que, na busca pelo ouro, entrava por ano, no Brasil, cerca de 3 a 4 mil pessoas. Por esse decreto, para ter acesso às terras brasileiras seria necessário um passaporte especial de autorização. O grande número de pessoas que chegou ao Brasil provocou o surgimento de várias vilas e cidades.

Para manter sua economia equilibrada, já que o ouro permitiu que Portugal saísse da crise em que se encontrava, o governo estabeleceu um rígido esquema de controle na região das Minas Gerais. Dentro de sua organização administrativa, criou-se em 1702 a Intendência das Minas, tendo como uma de suas funções distribuir e fiscalizar as terras que seriam exploradas para a extração do ouro. Esse órgão foi responsável, também, pela cobrança de imposto que deveria ser pago à Coroa na fração de um quinto de todo metal extraído, ressaltando que o ouro só poderia circular depois de retirada a parte devida à coroa, fundido e transformado em barras e gravado com o selo real, o que dificultava o contrabando. Segundo Cotrim (2005, p. 246):

A capitação, lançada pela coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por cabeça de escravo, produtivo ou não, do sexo masculino ou feminino, maior de 12 anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmo.

Outro imposto que provocou a insatisfação da população determinava que a parte que caberia à Coroa deveria atingir o mínimo de 100 arrobas. Nesse caso, se a arrecadação não atingisse o previsto, recairia o imposto sobre as contribuições pessoais da população. É o que se denominou “derrama”, e para alcançar a parte devida à Coroa, eram suspensos os direitos e garantias individuais. A política agressiva do governo e a insatisfação da população culminaram em diversas rebeliões.

A vida social da colônia, com a mineração, passou a concentrar-se na cidade. Nela a população mesclou-se de pessoas vindas de várias partes do Brasil, proporcionando uma diversidade cultural que permitiu o surgimento do Arcadismo, considerado o primeiro movimento literário surgido no Brasil. A música e as artes fizeram parte deste contexto. Ao mesmo tempo em que a colônia se torna rica em cultura, torna-se pobre em suas atitudes: cerca de 80% da população mineira era formada por escravos ou mestiços, tratados desigualmente frente a uma sociedade racista e desumana. De acordo com Vergueiro (1981, p. 69-70),

A punição dos escravos, quando de caráter privado, consistia no espancamento, nas chibatadas, no tronco, e em outros requintes de maldade a que os senhores se entregavam com certa frequência. Quando fosse grave a infração – como era o caso do assassinato dos senhores pelos escravos -, o cativo ficava à mercê da justiça oficial. Poderiam, neste

último caso, receber a pena de morte, a sua cabeça sendo exposta publicamente nas praças [...].

Toda essa situação provocou revoltas, fuga e a formação de quilombos. A mistura de “raças” foi intensa nesse período e à medida que o século XVIII avançava, o número de mulheres aumentava consideravelmente, tendo como principal atividade as vendas. A pobreza muitas vezes fazia com que as mulheres procurassem uma segunda ocupação com o objetivo de complementar a renda, e a mais utilizada sem dúvida foi a prostituição.

O ouro nas minas era de aluvião, depositado no leito dos rios e nas margens próximas ao longo do tempo pelas águas, devido ao desgaste das rochas. Isso significava que a quantidade de jazidas era pouca. Elas estavam presentes apenas superficialmente e, portanto esgotavam-se com rapidez, visto que as mesmas se originavam das rochas matrizes, que além de raras quando encontradas não podiam ser exploradas devido a falta de recursos e técnicas por parte dos mineradores.

O processo de decadência e esgotamento das minas se deve ao fato de o governo não ter buscado manter um nível de produção equilibrado, preocupando-se apenas com as cobranças de impostos. As melhorias técnicas de exploração foram colocadas de lado e as fraudes contribuíram para a queda da produção. Além disso, inexistiam funcionários com habilidades voltadas para a mineração e o poder público não admitia nenhuma crítica por parte dos colonos, reagindo com extrema violência.

Esse período de decadência foi marcado por um fenômeno interessante, que segundo Fausto (2010, p.56) deu margem a uma polêmica discussão. Esta relaciona-se ao

grande número de alforrias, ou seja, a liberdade de escravos. Para se ter uma ideia da sua extensão, enquanto nos anos 1735-1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de descendência africana, em torno de 1786 eles passaram a constituir cerca de 41% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania. A hipótese mais provável para explicar a magnitude dessas proporções, que superam, por exemplo, as da Bahia, é que, nas minas, a progressiva decadência da mineração tornou secundária, ou economicamente inviável para muitos proprietários, a posse de escravos.

Mas a alforria não mudou o quadro de exclusão social do negro perante a sociedade mineira e nem o ouro foi investido na colônia. A maior parte do ouro foi direcionada para a Europa, enriquecendo também outras nações; ao buscar ajuda

política e militar dos ingleses, devido à crise, após libertar-se do domínio espanhol, Portugal proporcionou aos poucos a intervenção inglesa em sua economia através de vários tratados. Um deles foi o Tratado de Methuen, realizado em 1703, em que Portugal se torna o maior consumidor de produtos manufaturados ingleses.

O resultado foi desfavorável à colônia, visto que Portugal vendia os produtos agrícolas aos ingleses por preços baixos e comprava os manufaturados por preços elevados. Isso significava que a dívida de Portugal não cessava e a única maneira de saldá-la era com o ouro brasileiro, favorecendo o processo de industrialização da Inglaterra.

Se analisarmos a economia colonial na segunda metade do século XVII, segundo Caio Prado Jr. (1947, p. 61), deparamo-nos com uma situação de grande imobilismo, resultante das ações protecionistas dos colonizadores: “os rigores da política de restrições se acentuam de forma sensível, e assumem o seu pleno caráter de parasitismo colonial. Em 1661 é proibido o comércio da colônia a todos os navios estrangeiros”.

Durante quase meio século, a Espanha dominou o trono português juntamente com suas colônias e custou caro a Portugal reassumir a autonomia e a soberania com uma economia bastante comprometida. Seria necessário criar políticas protecionistas para manter o controle e o fortalecimento das colônias. Portugal tinha como objetivo diminuir o contrabando na colônia, assumindo o controle comercial.

Visando maior participação comercial na colônia, Portugal adota o sistema de companhia privilegiada, baseando-se no modelo da Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602. O capital para tal investimento viria de cristãos e judeus vindos da Europa, que estabeleceriam suas atividades comerciais com a colônia. Em fevereiro de 1649 foi editado o alvará e o estatuto aprovado em 10 de março de 1649:

Obrigava-se a Companhia “a aprestar, dentro de dois anos, 36 navios de guerra, armados pelo menos de 20 até 30 peças de artilharia, guarnecidos de gente de mar e guerra, com tudo o mais necessário, com que daria comboio, na ida e volta, aos barcos mercantes que ligavam comercialmente a metrópole com o Brasil”. Auxiliaria, ainda à Coroa, na defesa da costa e dos portos nacionais e na restauração das praças do Brasil e de Angola (SIMONSEN, 2005, p. 453).

Padre Vieira foi o mentor dessa ideia ao vislumbrar que para salvar e preservar o comércio com o Brasil e a Metrópole, seria necessário uma estrutura econômica sólida e a única saída seria a organização de um sistema naval que garantisse esse propósito. Segundo Simonsen (2005), essa companhia foi considerada a primeira empresa anônima do Brasil. Em 1964, o próprio governo português se apossou dos fundos da Companhia, indenizando seus acionistas.

A segunda companhia foi a do Maranhão, que visava a exploração do comércio colonial com a vinda de escravos, com o objetivo de suprir a carência de mão-de-obra indígena. Foi firmado um contrato com Portugal e um grupo de acionistas, pelo qual o comércio seria realizado entre o Pará, o Maranhão e a Metrópole. Em virtude de várias ações que divergiam com o propósito da colônia, os colonos reagiram, sendo a companhia do Maranhão extinta em 1684. Mais duas companhias foram criadas, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1755, e a Companhia de Pernambuco e Paraíba em 1759. A primeira destacou-se por introduzir elevada quantia em capitais e mão-de-obra no cultivo do arroz e do algodão, possibilitando mais tarde o enriquecimento dessa região. Ambas foram extintas, respectivamente em 1778 e 1779.

Segundo Caio Prado Jr. (1947), a colônia sofreu com esse sistema de companhias, pois se via neutralizada em sua expansão natural. O objetivo dos membros destas instituições nem sempre estavam em harmonia com os interesses da colônia e o que prevalecia muitas vezes eram os próprios interesses. Os privilégios concedidos permitiam abusos que desfavoreciam a colônia economicamente.

Analisando os principais aspectos do sistema colonial no Brasil, constatamos que sua economia foi direcionada para atender ao mercado externo. Pelo pacto colonial só era permitido à colônia dedicar-se à agricultura tropical e à atividade extrativa (minérios ou vegetais). Durante o período colonial, a agricultura se desenvolveu com a produção da cana-de-açúcar, principal produto de exportação, além do extrativismo do pau-brasil e das drogas do sertão. Outros produtos foram fazendo parte da economia da colônia, como a pecuária, as plantações de cacau e algodão, utilizando a mão-de-obra escrava do índio e do negro. O ouro foi outra importante atividade que possibilitou tirar Portugal da crise em que se encontrava.

Aos poucos a sociedade apresentava-se dividida em dois grupos: na zona rural, de um lado os senhores, de outro os escravos; na zona urbana, desenvolveu-se certo número de pessoas de classes intermediárias, formada por médicos, advogados, alfaiates, carpinteiros, escravos, mestiços, etc.

1.3 A Crise do Sistema colonial

Na Europa e na América do Norte a Revolução Industrial e os ideais republicanos de liberdade modificaram o quadro de desenvolvimento econômico e social, de modo a favorecer positivamente esses continentes. Entretanto, Portugal continuava estático, sem nenhuma reação quanto às mudanças que estavam ocorrendo. O que importava era manter a economia colonial exatamente como estava, ou seja, atendendo economicamente aos interesses da metrópole.

A insistência de Portugal em permanecer isolado quanto às mudanças que estavam ocorrendo, além do processo de diferenciação na estrutura social e no plano das ideias, levou à crise do mundo colonial. A revolução industrial que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, com a ampliação do mercado de consumo para produtos manufaturados, dando início ao livre comércio baseado na concorrência e deixando de lado os princípios mercantilistas, favoreceu a quebra do pacto colonial.

Para agravar Mais a situação, a independência dos Estados Unidos ocorrida em 1776, adotando como forma de governo o regime Republicano e a Revolução Francesa de 1789, acabaram por provocar o fim do Antigo Regime. Os ideais iluministas que serviram de base para essa mudança, se opunham a qualquer forma de opressão, principalmente com relação à escravidão, sendo esta última apoiada pela Inglaterra e França, consideradas, segundo Fausto (2010, p. 599), as “maiores potências da época”. O poder centralizado não se enquadrava mais naquela situação, o que favoreceu o surgimento de grupos que se posicionavam contrários ao regime colonial.

Grande parte da população brasileira, composta de brancos, negros, índios e mestiços, concentravam-se na faixa litorânea por volta do final do século XVIII. O quadro abaixo explicita a distribuição populacional do Brasil neste período:

Branços	1 000 000
Negros	1 600 000 (a)
Índios e mestiços	650 000 (b)
Total	3 250 000
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desse total de negros, havia uma minoria liberta. ▪ Esse total de índios e mestiços refere-se aos grupos que viviam em cidades e vilas ou aldeias próximas. Não se sabe quantos deles viviam no interior do território. 	

Fonte: WEHLING, 1994, p. 336 *apud* COTRIM 2005, p. 350.

Além do litoral, as “capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, São Paulo e Minas Gerais” (COTRIM, 2005, p. 350) eram consideradas as mais povoadas. Diante desse quadro e com o desenvolvimento externo, devido, principalmente à Revolução Industrial, a colônia entra em choque, ou seja, não há como progredir sem desenvolvimento. A metrópole, então, resolve incentivar esse desenvolvimento, mas, busca inserir medidas, de modo a manter os colonos sob seu controle.

A insistência em permanecer com o sistema colonial tornou Portugal um país atrasado, dependente da Inglaterra. “Um importante marco nesse período é o da ascensão de Dom José I ao trono, em 1759, não propriamente pelo rei, mas por seu ministro Sebastião José de Carvalho Melo, futuro marquês de Pombal” (FAUSTO, 2010, p. 59).

A administração pombalina teve como foco a modernização do reino, após a decadência do ouro, buscando fortalecer o Estado e garantir a autonomia econômica da Metrópole. O que Pombal pretendia na realidade era tirar Portugal da dependência da Inglaterra e diminuir a influência da nobreza e dos jesuítas. Em 1759, os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses.

Pombal buscou, através da centralização, conjugar a administração metropolitana de modo a obter maior controle e para isso extinguiu as capitanias hereditárias e transferiu em 1763 a capital para o Rio de Janeiro, com o objetivo de ficar mais próximo da economia mineira.

No Nordeste, Pombal criou a Companhia Geral do Comércio Pará e Maranhão (1755), que tinha por “objetivo o desenvolvimento da região Norte”, e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco (1759), “que buscou reativar o Nordeste (...)” (FAUSTO, 2010, 60).

O objetivo da política econômica de Pombal era transferir para a metrópole as riquezas do Brasil, e com isso quem sofreu foi a população colonial, que passou a viver sob forte opressão. O que se pode analisar é que a própria contradição existente entre desenvolver e explorar criou divergência entre a colônia e a metrópole, passando a gerar interesses antagônicos, à medida que os colonos passavam a refletir sobre as circunstâncias que impediam o desenvolvimento da colônia.

Pombal tinha uma visão de que o controle português no Brasil dependia, no dizer de Fausto (2010, p. 61),

[...] da consolidação do domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul [...] pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se contasse com uma população nascida no Brasil, identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta sendo um ponto central de conflito.

A expulsão dos jesuítas favoreceu os latifundiários que arremataram em leilão as terras pertencentes à Companhia de Jesus, já que a mesma era possuidora de grandes extensões de terras. A fluidez entre as práticas estatais e os interesses da Igreja foi responsável pela política repressiva de Pombal com relação aos jesuítas.

A colônia, dentro de seus interesses, parecia despertar para uma nova realidade e a emergência de uma consciência nacional, na busca pela independência, trouxe alguns movimentos de revoltas regionais. Os grandes proprietários rurais faziam parte dessa conjuntura, entretanto, apesar de ter como fonte inspiradora os ideais da Revolução Francesa, no tocante à abolição da escravidão não vislumbravam uma igualdade social, visto que era preciso analisar com cuidado se o resultado favorável aos escravos viria a ferir seus interesses particulares.

A Guerra dos Mascates, ocorrida por volta de 1710 a 1711 em Pernambuco teve início em virtude da rivalidade entre os povoados de Recife e Olinda. O comércio teve um desenvolvimento considerável em Recife, a ponto de levar os mascates (portugueses comerciantes) a solicitarem da Coroa que Recife, até então freguesia, fosse elevada à condição de Vila, o que de pronto foi atendido. O

resultado foi uma insatisfação dos ricos fazendeiros que moravam em Olinda, chegando a propor a separação entre Pernambuco e Portugal. Esse movimento sofreu a interferência da metrópole, que manteve sua decisão com relação a Recife. Ficava nítida a hostilidade que se firmava entre a metrópole e a colônia, de forma que, segundo Caio Prado Jr. (1947, p. 73),

alinham-se assim, frente a frente, diferenciados pela evolução econômica e social da colônia, interesses opostos: de um lado os dos brasileiros, especialmente dos grandes proprietários rurais, a aristocracia fundiária nacional, que mais diretamente sofria o ônus da opressão colonial; doutro, os da metrópole, e a eles ligados, os dos mercadores portugueses, a burguesia comercial.

No decorrer do século XVIII houve o predomínio total e absoluto da Metrópole portuguesa sobre a colônia, entretanto os interesses divergentes entre portugueses e nacionais, tanto no campo econômico quanto no político entrariam em choque, resultando mais tarde na emancipação da colônia.

Uma das mais importantes revoltas regionais ocorridas no Brasil nos fins do século XVIII foi a Inconfidência Mineira (Minas Gerais – 1789)⁸, da qual fizeram parte 99% de membros da classe dominante.

Aparentemente, a intenção da maioria era de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. [...] O ponto mais interessante das muitas medidas propostas refere-se à escravidão. Divididos entre a coerência ideológica e seus interesses, os inconfidentes optaram por uma via intermediária ao defender, aparentemente, a libertação dos escravos nascidos no Brasil. (FAUSTO, 2010, p. 65)

Embora, a tentativa de rebeldia não tenha se concretizado, ficou claro que naquele momento, as propostas estavam voltadas para atender interesses de grupos que se sentiam economicamente ameaçados e não da coletividade, em sentido amplo. A inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana⁹ foram movimentos que buscaram mostrar, no plano político, o funcionamento precário do sistema colonial, apesar de algumas diferenças entre os dois movimentos, já que os insurretos baianos objetivavam muito mais do que a simples emancipação da

⁸ A **Inconfidência Mineira**, ou **Conjuração Mineira**, foi uma tentativa de revolta de natureza separatista, contida pela Coroa portuguesa em 1789, na então capitania de Minas Gerais contra a derrama, imposto cobrado pela Coroa portuguesa.

⁹ A **Conjuração Baiana**, também denominada como **Revolta dos Alfaiates**, foi um movimento de caráter emancipacionista, ocorrido no século XVIII na então Capitania da Bahia. Esse movimento se reveste de caráter popular.

colônia, visualizando uma revolução que resultasse em uma mudança mais abrangente em termos políticos, econômicos e sociais.

1.4 A questão da terra no período Monárquico (1822-1889)

A vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior marcam o fim do período colonial, mas estabeleceu, como salienta Fausto (2010, p.101),

[...] uma ponte entre a Coroa Portuguesa e os setores dominantes da Colônia, especialmente os que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os benefícios trazidos para a região fluminense, com a presença do rei no Brasil, vinham incentivar a expansão econômica daquela área, ligada aos negócios do açúcar, do café e do tráfico de escravos.

As mudanças ocorreram não só no contexto político e econômico, mas também no social. As práticas coloniais foram extintas e em seu lugar impostas outras advindas de uma nação já existente com todos os seus vícios. Com a pretensão das cortes portuguesas de limitar o poder do rei através de uma Monarquia Constitucional, o rei D. João VI se viu pressionado a voltar a Portugal. Temeroso em perder o trono, deixou em seu lugar o príncipe regente, D. Pedro e uma situação econômica e política bastante vulnerável, já que, ao voltar a Lisboa levou todo o ouro do Brasil.

A política de D. Pedro foi comedida, diante da situação financeira em que se encontrava, com os cofres praticamente vazios, a solução seria uma retenção nos preços e diminuição dos impostos, o que não agradou muito as cortes portuguesas que mantinha uma economia ainda bastante conservadora. A pretensão seria voltar ao *status quo* de antes, ou seja, manter o Brasil como colônia de Portugal.

Com esse objetivo passaram a pressionar o príncipe regente a voltar para Portugal, deixando a administração sob o domínio português. D. Pedro passou a ter apoio da classe aristocrática, formada por fazendeiros e comerciantes, que temiam uma revolta popular que permitisse o acesso ao poder dos grupos republicanos.

Em 1822, depois de um ultimato das Cortes portuguesas, D. Pedro, desrespeitando as ordens que lhe foram impostas, inicia o processo de independência do Brasil, elevando-o à categoria de nação soberana. Nesse mesmo

ano convoca a Assembleia Constituinte, empossando-a em 1823 com a tarefa de escrever uma Constituição digna dele e do Brasil, mas essa assembleia durou pouco, acusada de não “defender a integridade e a independência do Brasil” (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 175) e foi dissolvida.

Na realidade, o projeto constitucional de 1823, como salienta Soares do Bem (2011, p. 7), “afastou por completo a participação popular da nova ordem política”. Em referência a Caio Prado Júnior, o mesmo autor argumenta que

enquanto o sistema político adotado pelos legisladores constitucionais na Europa contra a nobreza feudal (a classe de proprietários), no Brasil se dá o contrário: no Brasil são os proprietários rurais que se insurgem contra a burguesia mercantil local e de Portugal, buscando construir o espaço nacional, a partir de uma perspectiva iminentemente elitista e classista (SOARES DO BEM, 2011, p. 7).

As elites envolvidas no processo de independência do Brasil formavam um grupo heterogêneo e divergia sobre vários aspectos, o que culminava sempre em rivalidades. Outorgada a Constituição de 1824, verificou-se que as garantias individuais, econômicas e o direito à propriedade era uma realidade, entretanto, o alcance desses direitos estava longe de serem conquistados pela massa popular.

Uma sociedade, formada em sua grande maioria por escravos, dificilmente estes, considerados pela própria legislação como coisas, se beneficiariam. A propriedade permaneceu concentrada nas mãos das elites e a massa popular, quando não escrava, trabalhava nas fazendas para ter de onde tirar seu sustento, sem possibilidades, pelas próprias condições que lhes eram impostas, de ascender socialmente.

A liberdade individual estava mascarada, o próprio sistema eleitoral excluía mulheres, escravos e os índios da possibilidade de serem sujeitos de direitos políticos, uma vez que a Constituição de 1824 estabelecia uma renda anual que determinava a limitação do indivíduo em sua pretensão de ser eleitor ou candidato.

A Constituição de 1824 foi considerada arbitrária e dentre algumas situações previstas no texto constitucional, o imperador gozaria de direitos absolutos e seria “reservado os cargos de representação aos proprietários rurais” (SOARES DO BEM, 2011, p. 7), o que ensejou o descontentamento da população. Outro fato que contribuiu para a perda da popularidade de D. Pedro I foi a morte de D. João VI, em 1826, a partir da qual tornou-se visado como sucessor do trono de Portugal.

D. Pedro I abdicou do trono em favor de sua filha Maria Glória, à época, menor de idade, que deveria casar-se com seu Irmão D. Miguel, que subiria ao trono como regente, até a maioridade da princesa. Entretanto, D. Miguel intencionava tomar o trono de Portugal dando um golpe e assumindo o trono em 1828. Todas as atenções de D. Pedro I se voltaram para Portugal com o objetivo de retomar o trono e devolver a seu “legítimo” dono. Esse posicionamento fomentou no Brasil a ideia de que D. Pedro I intencionava unir o Brasil a Portugal e associado a outros fatores que tornaram insustentáveis sua presença no trono brasileiro, abdicou em 1831 em favor de seu filho D. Pedro II.

As transformações econômicas começaram a surgir no Brasil na segunda metade do século XIX, em que a economia, antes concentrada nas áreas agrícolas do Nordeste, agora se concentravam no centro-sul, com a eclosão de um novo produto, o café, superando os produtos agrícolas existentes e possibilitando a recuperação econômica do Brasil, de início utilizando a mão-de-obra escrava que, aos poucos foi sendo substituída pela mão-de-obra assalariada.

Dentro desta perspectiva de substituição da mão-de-obra, a abolição da escravatura era fato e o Brasil vinha sofrendo a pressão dos ingleses que já operavam a partir do regime assalariado. Em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico internacional de escravos foi extinto no Brasil.

Semanas depois, como forma de impedir que os ex-escravos tivessem acesso à terra ou pudessem de alguma maneira conseguir transformar uma pequena fração de terra em algo bastante lucrativo, Portugal cria, a Lei nº 601, de 1850:

[...] a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (STEDILE, 2011, p. 22,23).

A Lei de Terras dá solidez à grande propriedade rural. Ora, qualquer cidadão brasileiro poderia ser dono de terras, mas para isso, seria necessário antes ter a concessão da terra, e esta tinha critérios estabelecidos pela própria coroa como vimos anteriormente e em hipótese alguma um ex-escravo, desprovido de bens, teria essa oportunidade, a não ser pelo usucapião, ou seja, o uso contínuo da terra

pelo período de 10 a 20 anos. Adquirir a propriedade por esse instituto, nessa época, era bem difícil.

Além do mais, somente pela concessão de uso é que a propriedade poderia ser transformada em algo privado, em que o indivíduo compraria as terras da coroa e se tornaria dono com direito a venda. Fica claro que o que restava ao ex-escravo, para sobreviver, era submeter-se aos fazendeiros, agora, grandes latifundiários, que os pagariam de forma injusta pela mão-de-obra assalariada.

Os que tentaram buscar a sobrevivência na cidade encontraram também grandes dificuldades, vendiam sua mão-obra barata, estavam impedidos de se apossarem de terrenos já destinados aos capitalistas, sendo empurrados para regiões sem nenhuma estrutura de desenvolvimento, estabelecendo de forma precária sua moradia. Neste sentido, Stedile (2011, p.24) afirma que “a lei de terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras”.

Esta lei¹⁰ promulgada em 18 de setembro de 1850 pelo imperador D. Pedro II, deixa claro em seu texto que o que se buscou foi normatizar o domínio do capital sobre a terra (bem natural), impedindo o acesso da população desprovida de recurso, como pobres, trabalhadores saídos do regime de escravidão de tornarem-se pequenos proprietários. As terras de fato foram entregues para os fazendeiros e capitalistas, tornando o “latifúndio excludente e injusto”, em que uma lei “[...] escravizou [...] a terra e transformou um bem de natureza, que deveria ser democrático, em um bem privado, acessível apenas aos ricos” (STEDILE, 2011, p. 284-285).

O modelo agroexportador, que necessitava da mão-de-obra escrava, entra em colapso e o comércio entre as Américas e a Europa ficou estagnado. Como substituir a mão-de-obra escrava tornou-se um problema, seria necessário encontrar uma alternativa urgente, e a Coroa agiu rápido. O capitalismo industrial da mesma forma que trouxe benefícios e riquezas para alguns, para outros, principalmente os camponeses pobres, desprovidos de qualquer bem, se tornaram marginalizados socialmente.

Seria fácil atrair esses indivíduos com promessas falsas, afinal, o Brasil era uma terra nova, havia uma perspectiva de prosperidade e facilidade de acesso à terra. O resultado foi o esperado e milhares de europeus desembarcaram no Brasil.

¹⁰ A Lei de terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi um marco jurídico-institucional que preparou a transição do modelo agroexportador, em crise, para um novo modelo econômico (STEDILE, 2011, p. 283).

A mão de obra assalariada teve início em 1847, quando o Senador Nicolau de Campos Vergueiro trouxe os primeiros imigrantes europeus para trabalhar em seus cafezais. O regime de trabalho acordado seria o do sistema de parceria, em que parte da colheita ficava com o proprietário da fazenda e a outra com o trabalhador para que este tirasse daí o seu sustento. Entretanto muitos fazendeiros agiam de má fé, enganando e explorando os imigrantes.

Alguns receberam lotes de terra, outros tiveram que trabalhar nos cafezais sob o regime de colonato, em que os colonos recebiam uma determinada quantidade de pés de café, já com a plantação em andamento, consequência do trabalho realizado anteriormente sob o regime de escravidão e davam continuidade a esse trabalho. O que se pode verificar nesse novo regime, denominado colonato, que esteve restrito, é bom frisar,   província de São Paulo, foi outra forma de explora o, embora nas palavras de Stedile (2011), o fato de se ter uma casa onde abrigar-se, de poder usar um pedaço de terra para produzir o alimento necessário   subsistência e poder criar alguns animais, significava condições melhores, não se tem d vida, entretanto, a condição de dependência permanecia e os fazendeiros lucraram muito com isso.

O que caracterizou o regime de colonato era o pagamento realizado mediante a produção de alimentos advinda da colheita feita pelo colono, ou seja, o pagamento se dava pela quantidade de café colhido. Isso é que era vantajoso para os fazendeiros, visto que a cafeicultura se expandia com baixo custo de investimento. Era o trabalhador que pagava pelo direito do acesso à terra, com a colheita do café, entregue ao fazendeiro, e assim, este multiplicava sua riqueza com o que podemos chamar de homens desprovidos de bens, que estavam aptos a trabalharem sob as ordens dos que detinham o poder de mando.

O campesinato no Brasil surge

nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigena o entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedidos pela Lei de Terras de 1850 de se transformarem em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam   exporta o (STEDILE, 2011, p. 27).

O interior do sertão serviu de saída para a busca de melhores condições de vida. A terra foi sendo preparada para a agricultura de subsistência, na qual os camponeses passaram a conviver de forma individual ou coletiva, ocupando gradativamente o interior do território brasileiro.

Os escravos foram marginalizados e excluídos da sociedade pelas elites. Mais à frente iremos argumentar sobre as clivagens “raciais” da desigualdade social característica do Brasil. Isto se evidencia através do modo como, no século XIX, em que se inicia o processo de modernização da sociedade brasileira, se dá a construção de representações negativas sobre os elementos índios e negros. Vários intelectuais influenciados pelas ideias positivistas e inspirados no evolucionismo, atribuem a esses grupos as responsabilidades pelo descompasso entre os padrões de desenvolvimento do Brasil em relação aos países europeus. A respeito de um desses autores, Silvio Romero, Soares do Bem (2006, p. 1142) afirma que ele, associando o meio e a raça como fatores fundamentais da cadeia evolutiva,

investe todo o seu otimismo num futuro a ser construído por meio do processo de ‘Branqueamento’, e isso poderia ser alcançado pelo fomento à imigração europeia para corrigir a degeneração ‘racial’ que, no seu entender, explicava o atraso do Brasil.

As representações igualmente negativas sobre o continente africano também influenciaram o processo de estigmatização e exclusão simbólica dos afro-descendentes no Brasil, conforme salienta Macedo (2012, p. 1):

Sobre os escravos africanos foram projetadas imagens bem mais negativas. A África era tida como o lugar do pecado, das trevas e da infidelidade. [...] As origens bíblicas destes estariam ligadas a duas maldições, ambas posteriores ao pecado original. Eles seriam descendentes de Caim, aquele que por inveja matou seu irmão Abel, e traziam na pele a cor negra, marca imposta por Deus, ou, então, membros da geração de Caim, filho de Noé, que desonrou seu pai e por isso condenado, juntamente com seus filhos à escravidão.

A América passa a servir como uma espécie de purgatório para esse povo, entretanto, mesmo em condições desfavoráveis resistem e buscam preservar suas crenças e ritos africanos. O quilombo marca a resistência dos escravos negros, que apesar da discriminação, abrigaram outros povos, também marginalizados pela sociedade, e a terra passa a ser fundamental para a sua subsistência.

É clara a disputa entre aquele que se julgava oprimido e buscava sua liberdade, em desfavor do que se considerava dono e detentor do poder de mando. Nesse sentido, não só o branco (abolicionista, liberal, emancipacionista, defensor do direito de propriedade) lutava pela liberdade do negro, como o próprio negro, vítima desse processo discriminatório. Ao refletir sobre questões ligadas à abolição da escravidão, Andrade (1991, p. 33-34) contribui para fornecer um quadro mais complexo a respeito dos agentes e seus interesses específicos e salienta a

necessidade de se desmistificar a idéia de que a abolição foi um movimento que partiu de brancos desinteressados e idealistas que resolveram levar de mão beijada ao negro a sua liberdade. Tampouco foi um movimento feito de idealistas cãndidos que procuravam tirar de suas costas o peso da cumplicidade com a opressão e com a exploração de uma raça. Na verdade, a campanha abolicionista reuniu, nas classes dominantes, figuras idealistas que compreenderam que a abolição era uma necessidade humanitária: não se podia admitir que um povo continuasse a ser explorado em nome do direito à propriedade e ele próprio sem acesso a nenhum direito.

A própria reação dos negros obrigou as classes dominantes a admitir que a realidade vivida em tempos anteriores, em que o senhor tinha o controle absoluto da coisa, como propriedade privada, no caso, “o negro”, já não era a mesma. A sociedade caminhava para rumos diferentes e o emergente processo de diferenciação das esferas possibilitava, a partir de então, o surgimento de uma racionalidade que permitia confrontos e dissensos. É neste sentido que Soares do Bem (2006, p. 1139) postula que “o século XIX pode ser exemplarmente citado como o século em que os movimentos sociais emergem na história brasileira como fenômenos sociais abrangentes” e, em referência a Maria da Glória Gohn (Idem, *Ibidem*), ressalta que “os levantes e insurreições ocorridos na primeira metade do século XIX, embora registrados pela historiografia oficial como fatos isolados e sem maiores implicações foram [...] fundamentais para a construção da cidadania sóciopolítica do país”.

O Ministro João Alfredo (gabinete Imperial), bem como os abolicionistas Joaquim Nabuco (político e jurista) e André Rebouças (advogado e deputado), apresentaram alguns projetos que, além de incluir a abolição da escravidão, visavam também dar ao negro condições favoráveis para a sua subsistência. A desapropriação de terras que não fossem cultivadas com o objetivo de criar “colônias agrícolas” (ANDRADE, 1991, p. 37), foi uma delas, mas a reforma agrária

foi deixada de lado na substituição dos Ministérios, em que o Ministro Visconde de Ouro Preto não vislumbrou a importância imediata de uma reforma agrária, buscando substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre de imigrantes vindos da Europa.

Na realidade, segundo Andrade (1991, p. 52),

Os interesses latifundiários, representados na constituinte e aliados à burguesia urbana, permitiram a existência desse dispositivo¹¹ por saberem que com a existência de indenização justa, com pagamento prévio, nenhuma reforma agrária poderia sair.

As ideias iluministas influenciaram alguns segmentos da população de tal modo que o desenvolvimento de uma nação livre não poderia existir associado à escravidão. A própria Inglaterra, que mais se beneficiou com o tráfico de escravos, em 1833 o extinguiu de suas colônias. O motivo da Inglaterra se tornar abolicionista estava atrelada ao desenvolvimento industrial, ou seja, o capitalismo precisa de consumidores e, conseqüentemente os escravos não recebiam salário, portanto inexistia poder de compra. Nesse caso, o Brasil como maior exportador de escravos e dependente economicamente da Inglaterra passou a sofrer a pressão para extinguir o tráfico internacional de escravos em seu território, que ocorreu com a Lei Eusébio de Queiroz, já comentada nesse capítulo.

A guerra do Paraguai foi um marco divisor para a emancipação dos escravos, já que havia uma discrepância com relação à sua condição de dependente e a possibilidade de ingressar nas fileiras da guerra e defender o país. Algo não estava em conformidade com a estrutura social daquele momento. Os escravos mostraram que também eram capazes de lutar e vencer por ideais, ganhando admiração e respeito de muitos.

Em nome da abolição formou-se uma rede de apoio aos escravos fugitivos, constituídas por intelectuais, escravos e advogados que os direcionavam para os quilombos. O Estado, cedendo à pressão dos abolicionistas, cria em 1871 a Lei do Ventre Livre, concedendo liberdade a todos os escravos nascidos a partir daquela data. Em 1888, é criada a Lei dos Sexagenários, concedendo liberdade a todos os escravos maiores de 60 anos. Observa-se que a resistência era grande e a ideia de liberdade só vai sendo alcançada gradativamente.

¹¹ (...) Cláusulas constitucionais garantidoras de um pagamento prévio, justo e em dinheiro pelas terras desapropriadas. (COMPANHOLE, 1989 apud RODRIGUES, 2012 p. 5).

A lei Áurea, promulgada em 1888, aboliu definitivamente o sistema escravista no Brasil, libertando o negro das amarras de seus senhores, mas não do preconceito. Em contrapartida, alguns fazendeiros que investiram seus rendimentos em escravos, viram-se totalmente descapitalizados e à beira da falência, pois não houve nenhuma indenização. Tudo isso gerou um descontentamento em relação à monarquia, resultando no golpe de Estado dado por Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, instaurando-se o período republicano.

1.5 A questão da terra no período republicano (1889-1930)

O período republicano reforça ainda mais os interesses privados em detrimento dos interesses coletivos. A própria Constituição de 1891 (Primeira Constituição Republicana do Brasil), em seu art. 64 determinou que pertencessem aos Estados “as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferros federais”.

Os Estados passam a ter competência para estabelecer impostos com relação às mercadorias de exportação e sobre os imóveis rurais e urbanos e modificar, de acordo com lei própria, a Lei de Terras de 1850 que regulamentava a questão agrária no Brasil.

A nova Constituição optou pelo sistema presidencialista de governo, em que seria eleito por um período de 4 (quatro) anos o Presidente da República, compondo o poder legislativo na Câmara de Deputados e no Senado. O voto passou a ser direto e “universal”, diferentemente do voto censitário da Constituição anterior. Saliente-se que a “universalidade” do voto excluía *naturalmente* mulheres e analfabetos, e, portanto, realizava as restrições que excluía os não proprietários por outros meios. Esta Constituição garantia o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, não só para brasileiros, como para estrangeiros residentes no Brasil, e extinguiu a pena de morte. Apesar da grande discriminação com a relação à cor, o negro passa a ter formalmente o direito à cidadania e, conseqüentemente, surge a possibilidade de lutar por direitos, agora previstos no texto Constitucional.

Em 1894, é eleito para Presidência da República Prudentes de Moraes, pondo fim à ascensão dos militares à Presidência da República. No seu governo

algumas revoltas se formaram principalmente, devido à oposição existente entre a elite e os republicanos jacobinos formados por “[...] membros da baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más condições de vida” (FAUSTO, 2010, p. 145). Esse grupo lutava por melhorias nos setores econômicos, social e político, e principalmente, pela extinção por completo da possibilidade da volta ao poder monárquico.

No sertão da Bahia (1893) surgiu a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro), que fundou o arraial de Canudos, reunindo cerca de 20 a 30 mil pessoas. A respeito do que ficou conhecido como “guerra de Canudos”, assim argumenta Moura (2000, p. 23):

A guerra liderada por Antônio Conselheiro é o reflexo eloquente e ao mesmo tempo incompleto (pelo suporte ideológico religioso em que se apoiou) das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sócias (no nível das relações de produção) do nosso setor agrário. Eclodiu em plena zona agropecuária dos grandes latifúndios do interior da Bahia e a violência dos combates travados entre os chamados fanáticos e as tropas do Exército bem reflete o grau de antagonismo a que havia chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada à época [...].

O movimento de Canudos foi visto inicialmente pelo governo como um movimento formado dentro de um contexto em que estava inserido o banditismo social, ou seja, era interpretado como não possuindo um programa com ações coerentes, como um movimento totalmente desordenado e desarrazoado para os padrões da época. Entretanto o que se buscava, na realidade, eram melhores condições sociais para os camponeses que necessitavam de soluções urgentes.

Moura (2000, p. 146) salienta as diferentes interpretações, algumas divergentes, sobre a natureza do movimento liderado por Conselheiro:

O Estado atribuiu ao grupo de Antônio Conselheiro um caráter político, sendo seus membros qualificados de monarquistas e combatidos como se fossem ‘os subversivos da República’. Euclides da Cunha [...] que após acompanhar todo o movimento escreveria o clássico *Os Sertões*, desqualifica o grupo politicamente, afirmando que se tratava de um bando de miseráveis, famintos e infelizes, que precisavam de reformas sociais. Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O messianismo no Brasil e no mundo*, qualifica o movimento como pré-político e enfatiza a inexistência de uma dimensão política, de um projeto, como se o movimento não estivesse agindo pela transformação da sociedade. Considera que esses homens se rebelaram e morreram como fanáticos por não compreenderem a realidade. A credulidade, a ignorância e o fanatismo terminaram levando ao conflito.

Os camponeses pobres viviam numa situação bem complicada, em que o acesso à terra era praticamente impossível, em função dos grandes latifúndios. A solução foi se auto-organizarem dentro de um mundo paralelo que divergia das perspectivas do Estado, buscando sua autonomia. O Estado tinha e tem a função de proteger e defender a comunidade, tornando-se agente social e organizador da economia. Isso não acontecia, e o conflito começou a partir do momento que essa população, à parte, passou a incomodar, ou até mesmo a ameaçar os interesses da classe dominante.

A destruição de Canudos pode ser atribuída em grande parte à aliança formada pelo liberalismo republicano e as oligarquias latifundiárias que buscavam preservar a ordem existente e negavam os direitos voltados para os camponeses. Os conflitos agrários continuam a existir nesse mesmo sentido, em que a propriedade pertence ao mais forte, cabendo ao mais fraco submeter-se às condições impostas para a sua sobrevivência ou organizar-se e lutar contra a ordem estabelecida.

1.6 A instabilidade política na década de 1930 e suas consequências

O ano de 1929 começaria com o surgimento de divergências, que levariam ao fim da Primeira República, com o rompimento entre as elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais. Essa época foi construída por alianças firmadas entre governadores que se revezavam no poder, através da política do café-com-leite, sendo predominantes o coronelismo e o domínio das oligarquias.

Esta política foi afetada, quando o Presidente Washington Luiz indicou para seu sucessor o paulista Júlio Prestes e não um mineiro, de acordo com o que previa o pacto. O descontentamento foi geral, formando-se um grupo mineiro de oposição que acabou lançando o nome de Getúlio Vargas à Presidência da República juntamente com seu Vice João Pessoa, que juntos formaram a Aliança Liberal. O candidato do governo indicado pelo então Presidente da República recebeu apoio de parte do PRM, grupo em que se refletiam

as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café, combatia os esquemas de valorização do produto em nome da

ortodoxia financeira e, por isso, não discordava neste ponto da política de Washington Luis. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e de reforma política para assegurar a chamada verdade eleitoral. (FAUSTO, 2010, p. 178).

A eleição nessa época foi marcada por fraudes nas urnas, que levaram à Presidência da República o candidato Júlio Prestes. Inconformados com o resultado, os tenentes convenceram o candidato derrotado a promover uma revolução armada que teve início em 3 de novembro de 1930. A revolução sofreu uma antecipação devido à morte de João Pessoa, candidato a vice de Getúlio, por um de seus adversários políticos, o que fortaleceu a oposição. O tenente-coronel Góis Monteiro, alagoano, assume o comando geral do movimento armado. A revolução se espalha por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Nordeste. O Presidente da república foi deposto no Rio de Janeiro pelos militares (Exército e Marinha) que “constituiu uma Junta Provisória de governo” (FAUSTO, 2010, p. 180).

Pressionado pela população, a Junta não conseguiu permanecer no poder e assumiu a Presidência da República, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas. A classe média, embora tenha sido importante no contexto político revolucionário, dando sustentação à Aliança Liberal e favorecendo-a a chegar ao poder, era mesclada por diversas opiniões ligadas à estrutura agrária, uma vez que dependiam da mesma. Isso contribuiu para a impossibilidade de elaboração de projetos voltados exclusivamente para esta questão de forma unificada.

O novo governo passa a centralizar o poder de decisão referente aos setores econômico-financeiros e políticos, o que resultou na perda de poder das oligarquias, que agora não mais ditavam a regra do jogo. A burguesia industrial junto aos setores da classe trabalhadora urbana ganha força, atuando como aliada do governo.

No Estado Getulista, o setor cafeeiro sofreu algumas modificações. A política do café, agora, concentrava-se nas mãos do governo com a criação do Departamento Nacional do Café (DNC). Vargas tinha um problema nas mãos e precisava solucioná-lo: o café estocado não encontrava lugar no mercado internacional, então buscou recursos na receita advinda das exportações. Compraria o café estocado, incinerando grande parte, de modo que a oferta diminuísse e os preços se equilibrassem.

Em 14 de julho de 1934 foi promulgada a nova constituição:

No título consagrado à ordem econômica e social, a nova Constituição determinou que se buscasse “fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas” (art. 121, § 4º in fine). Incumbiu ainda à União promover, “em cooperação com os Estados, a organização de colônias agrícolas, para onde serão encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas, que o desejarem, e os sem trabalho” (mesmo artigo, § 5º). (COMPARATO, 2008, s/ número de paginação).

A Carta de 1934 traz inserida em seu esboço o instituto do usucapião preferencial, estabelecendo no seu art. 125 que o indivíduo, não sendo proprietário rural ou urbano, que ocupasse por 10 anos contínuos a terra, sem que tenha ocorrido reivindicação de sua posse, tornando-a produtiva por força do seu trabalho e sendo seu lugar de moradia, tornava-se dela dono. Por ser preferencial, era estabelecido um limite de trechos de terra compreendido até a extensão de 10 hectares.

Utilizando uma suposta ameaça comunista como pretexto para permanecer no poder, Getúlio instrumentaliza a enorme polarização político-ideológica dos três anos posteriores à Constituição de 1934, abrindo caminho para deflagrar a ditadura do Estado Novo. Referindo-se ao contexto polarizado e ao desfecho ditatorial do período, Soares do Bem (2006, p. 1146) argumenta que

Apesar da expressão quantitativa relativamente pequena do Partido Comunista – à esquerda - e dos integralistas – à direita -, a visibilidade política desses grupos era muito grande e acabou legitimando ações de Getúlio para o combate e controle dos “extremismos ideológicos”. Nesse sentido, ele obteve, do Congresso e dos militares, sucessivos apoios para a concessão de poderes excepcionais ao Executivo, o que acabou por minar a ordem constitucional recém-instituída, favorecendo o surgimento do desfecho ditatorial implantado em 1937, com o golpe do Estado Novo. [...] Essa constituição descaracterizou várias conquistas da Constituição de 1934 [...] além de liquidar a autonomia sindical e partidária, criou a figura dos interventores, que foram nomeados por Vargas para governarem os Estados.

Getúlio Vargas atingiu seu objetivo em 1937, outorgando uma nova Constituição, que elaborada por Francisco Campos, marca o início da ditadura do Estado Novo. A industrialização do país foi o foco principal, sendo necessário promover o progresso “sem abalos sociais” (FAUSTO, 2010, p. 2010). Nesse período houve um aumento tanto da produção industrial, como da produção agrícola voltada para o mercado interno. Quanto aos movimentos sociais surgidos nessa

época, não tiveram êxito; a política repressiva criava uma espécie de bolha, sufocando qualquer tentativa de abalo à nova ordem.

Getúlio foi deposto em 1945, ficando a Presidência da República sob o comando do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nessa fase (1945 a 1964), iniciou-se o período nacional-desenvolvimentista em que vários setores da sociedade voltam ao cenário político, principalmente com relação à disputa político-partidária.

Em janeiro de 1946 toma posse o novo presidente da República (Dutra) e em 18 de setembro é promulgada a nova Constituição. Um dos pontos importantes desta nova Carta é a autonomia reconquistada pelos Estados e a independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Considerada de caráter democrático, “a exclusão do direito do voto do analfabeto permanece” (SOARES DO BEM, 2011, p. 7), impedindo ao cidadão não letrado o direito de exercer a cidadania.

Vargas volta ao poder em 1951, mas sofre fortes pressões por parte dos militares, que exigem sua renúncia. Acuado e sem forças para reagir, Vargas comete suicídio na manhã de 24 de agosto de 1954, assumindo o poder o Vice-Presidente Café Filho. Em outubro de 1955 novas eleições são realizadas e sobe à Presidência da República Juscelino e João Goulart.

Houve nesse período considerável crescimento econômico, principalmente com a construção de Brasília. As forças Armadas buscavam garantir a ordem, dentro de uma democracia vigiada em que não houvesse desrespeito à ordem interna e nem a ameaça do comunismo. JK buscou desenvolver a ordem econômica através de um Programa de Metas dividido em grupos. Nos setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília estavam inseridos vários objetivos direcionados de forma específica a cada grupo. Esse programa exigiu do governo gastos imensos, provocando um déficit no orçamento; a despesa se tornou maior que a receita e o resultado foi a inflação. Junto à inflação veio a facilidade de empréstimos, já que não corriam sobre as dívidas a correção monetária, e isto permitiu maiores privilégios, principalmente junto aos bancos conveniados com o Estado, que facilitavam essa prática.

Em decorrência disso, os trabalhadores enxergavam, no programa de estabilização, “restrições adicionais” (FAUSTO, 2010, p. 239), e isto conseqüentemente afetariam seus salários. Ao tentar restringir o crédito para as

indústrias, o Estado se viu diante da reação de São Paulo, através de protestos, tendo como apoio a liderança do Banco do Brasil. Os cafeicultores também reagiram contra as medidas, realizando uma marcha contra o confisco cambial e as medidas estabelecidas pelo governo com o objetivo de limitar a compra do café estocado.

As greves também fizeram parte do governo de JK, e uma delas tinha como objetivo melhorar a situação do homem no campo, surgindo assim as Ligas camponesas, cujo objetivo era a defesa da Reforma agrária. Os trabalhadores buscaram combater as medidas advindas do governo pela manifestação da greve.

Já nas eleições de outubro de 1960, é eleito Presidente da República Jânio Quadros e seu Vice João Goulart. Jânio governou dentro de uma instabilidade política, preocupando-se com assuntos que pouco acrescentava ao desenvolvimento do país e nem eram pertinentes à função de um Presidente. O que se podia constatar era a ausência de uma base política de apoio. Jânio tinha uma grande simpatia pela reforma agrária e administrava uma política externa independente, entretanto, a imaturidade de suas ações levou a renunciar ao cargo.

Em setembro de 1961, João Goulart assume a Presidência da República com poderes limitados. O sistema de governo passaria a ser presidencialista e parlamentarista (este por pouco tempo). Durante a política populista, os setores do campo praticamente foram jogados para o escanteio. As mudanças ocorridas no período compreendido entre 1950 e 1964, contribuíram para um aumento dos produtos agrícolas e pecuários voltados para o mercado.

A população rural passou a sofrer com a pressão dos donos de terras, que, vislumbrando lucros maiores, passaram a expulsar os posseiros de suas terras. O descontentamento por parte da classe rural levou à formação da Liga dos Camponeses que propunha, segundo Fausto (2010, p. 244),

defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação dos preços dos arrendamentos e a prática do “cambão” pelo qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra.

Foi realizado em Belo Horizonte (1961), o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Duas correntes se posicionaram nesse encontro: a Liga Camponesa, que através de seus representantes defendia como primeira medida a ser tomada a questão referente à “expropriação de terras sem indenização prévia”

(FAUSTO, 2010, p. 244) e os comunistas, que defendiam como primeira demanda a criação de um sindicato rural e leis complementares em favor dos trabalhadores do campo; esta, teve êxito em 1963, no governo Jango, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Os movimentos sociais que surgiram nessa época, ligados à Liga Camponesa, foram combatidos com base no anticomunismo (SOARES, 2006). Esses acontecimentos instigaram os militares a reagirem, cujo desfecho foi o golpe de 1964, instaurando no Brasil a ditadura militar.

1.7 Os reflexos nos aspectos políticos, econômicos e sociais no governo dos militares

A ditadura militar foi uma das que mais contribuíram para o agravamento da situação do camponês com incentivos fiscais, que deram suporte a projetos agropecuários realizados na Amazônia, onde se constatou através de denúncias a implantação do trabalho escravo. A década de 1960 foi marcada por conflitos sociais e discussões relacionadas à Reforma Agrária. O governo militar procurou desarticular os grupos locais que tendiam a surgir com os conflitos, com as ações que vão desde a desmoralização das lideranças ou dos grupos de apoio até a criação de órgãos vinculados diretamente às atividades do Estado e dos militares, que passaram a intervir na ordem social, atingindo diretamente a população rural. Segundo Feliciano (2006, p. 36) “o motivo pelo qual os militares davam um caráter político-social à reforma agrária estava relacionado ao fato de acreditarem que tudo se resolveria com o progresso econômico”.

A percepção de que os incentivos e subsídios fiscais iria favorecer o desenvolvimento capitalista na agricultura ao ponto dos latifúndios transformarem-se em empresas rurais, apresentava-se como a solução perfeita para o problema. Entretanto, essa linha de pensamento trouxe efeitos negativos, os incentivos fiscais configuravam-se em oportunismo, descartando o objetivo proposto dos militares em implantar ao seu modo a *reforma agrária*. Segundo Luhmann (1991, p.11),

Quem compreender a sociedade prioritariamente através de categorias econômicas, quem a compreender partindo do sistema econômico, terá obrigatoriamente de reconhecer a preponderância das relações pessoais,

pois na realidade tal é válido para o sistema econômico. Mas a economia é apenas um fator entre outros na vida da sociedade.

Na visão do autor, o econômico deve ser entendido apenas como um dos fatores presentes nas relações sociais. O regime militar trouxe mudanças consideráveis na estrutura social, política e econômica do Brasil. Através dos chamados atos institucionais, a Constituição de 1946 sofreu profundas modificações. A justificativa de eliminar do país o perigo da corrupção e do comunismo estava longe de se concretizar. A repressão contra aqueles que fossem considerados inimigos do regime se alastrou por todos os setores da sociedade, houve perseguições, suspensão das imunidades parlamentares, universidades foram consideradas perigosas pelos militares, que as viam como fontes criadoras de conflitos, além da extinção da UNE e perda de mandatos, entre outros. No campo não foi diferente e Fausto (2010, p. 58) observa que

a repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo, sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais.

As ligas Camponesas do Brasil se organizaram em 1963 e subdividiram-se em Organização política (OP) e Organização de Massas (OM). Segundo Morais (2006, p. 62), “a OM, tinha estatutos liberais e era ampla, populista, aberta a todos que desejavam a reforma agrária radical. [...] a OP compunha-se de rígidos estatutos [...] coordenando o trabalho em massa com o trabalho clandestino”.

Decretada pelo governo a ilegalidade das ligas, só a OP resistiu, caindo a OM na clandestinidade. Mesmo assim, seus representantes (assalariados rurais e camponeses) continuaram a lutar e acolher os perseguidos pelo regime. Infiltrados nos sindicatos agrícolas, participaram e incentivaram várias greves.

O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que agiu de forma enérgica contra os camponeses revoltados, aprova em 1964, através da Lei 4504, o Estatuto da Terra, com o objetivo de implantar a Reforma agrária e promover uma política agrícola. Na teoria, a lei iria beneficiar o camponês e amenizar a situação de miséria em que essa massa de trabalhadores se encontrava, além de uma política agrícola pautada nos problemas do campo, de forma a encontrar soluções através de ações que garantissem não só o bem estar do homem no campo, mas também a sua

adequação ao desenvolvimento econômico do país; na prática, muito do que foi escrito não teve interpretação extensiva, tornando-se letra morta.

Em seu governo, o Presidente Costa e Silva decreta a desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Era um começo carregado de esperança rumo à tão sonhada e esperada reforma agrária. Mas, o sonho logo caiu por terra, quando no governo Médici foi revogado o Estatuto da Terra e em seu lugar criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1971, autarquia fiscalizada pelo Estado, cuja atuação limitava-se no máximo a conter os conflitos, sem nenhuma solução eficaz.

Diferentemente do regime representativo dinamizado entre os anos 1946 e 1964, no regime militar não são mais os políticos profissionais que detém o poder, mas a alta cúpula militar e os atores coadjuvantes (repressão, burocracia e órgãos de informação) que cimentaram a nova ordem. Para Fausto (2010, p. 284), a elite militar

não correspondeu a um simples instrumento da classe dominante. Ela foi beneficiária – com vantagens desiguais para os diferentes setores – da política do governo. Mas por muitos anos não participou da condução política econômica, nas mãos dos poderosos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Como os bancos norte-americanos, europeus e japoneses eram abastados financeiramente, passaram a emprestar dinheiro ao Brasil a juros baixos; o Brasil, por sua vez, facilitou a vida das empresas de exportações, com a diminuição dos impostos, desvalorizando a moeda brasileira e conseqüentemente exportando mais produtos, fortalecendo a economia.

Na região norte o governo expandiu o comércio de criação de gado, instalando

poderosas empresas brasileiras e estrangeiras [...]. Para incentivar a ocupação do território, agricultores sem terra de todo o Brasil foram transferidos para novos núcleos populacionais instalados na Amazônia, as chamadas *agrovilas* (ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 428).

Entretanto, o governo não investiu com ajuda de custo nessas regiões, o que provocou o abandono de muitos agricultores das agrovilas, voltando para seu habitat natural. A economia começou, no entanto, a apresentar em 1973 sinais de instabilidade, com a crise do petróleo que atingiu várias potências, entre elas os Estados Unidos e os países da Europa. O Brasil passou a importar petróleo a preço

elevado, diminuiu as exportações devido à crise que atingiu o comércio internacional, elevando ao máximo o déficit de sua balança comercial.

Com a economia fragilizada, o governo do General Geisel procurou manter certo equilíbrio, projetando para o país a inserção de vários projetos, utilizando-se para isso do capital estrangeiro e agravando ainda mais a dívida externa. Seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, buscou fazer a política da boa vizinhança, comprometendo-se em dar ao Brasil o primeiro passo para uma abertura política. A transição democrática foi iniciada no governo de Geisel. Vide Soares do Bem, “Autoritarismo e democracia na vida político-institucional brasileira...”

O presidente passou a tomar algumas medidas, consideradas essenciais para esse momento como, a Lei de anistia, a reforma partidária, eleições direitas para governadores de Estado, na tentativa de buscar enfrentar os problemas econômicos que afetavam o Brasil naquele momento.

Com o fim do governo militar em 1985, o país entra na era da democratização. O vice-presidente José Sarney assume a Presidência da República em virtude da morte do então Presidente Tancredo Neves. Em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que “incorporou inúmeras demandas de trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais” (SOARES DO BEM, 2011, p. 8), além de garantir os princípios e garantias fundamentais do homem enquanto cidadão.

No contexto político, é criado através do Decreto 91.214 o Mirad (Ministério da Reforma e do desenvolvimento agrário) que elabora o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), com o objetivo de incentivar o homem no campo. Mas, na prática a reforma agrária continuava distante, a justiça no campo estava longe de ser cumprida e o resultado foi a invasão de terras ociosas. A consequência, a violência estampada na reação dos latifundiários. Os conflitos tornaram-se mais intensos, a pressão social estava no limite, o que se buscava era a desapropriação por parte do Estado das terras consideradas improdutivas e o assentamento das famílias sem terra.

Em seu primeiro mandato como Presidente da República (1994), Fernando Henrique Cardoso teve um governo marcado pela contradição de ações no contexto político relacionado ao interesse de solucionar o problema da Reforma Agrária no Brasil. O que o governo pretendia era realizar uma reforma agrária sem

desapropriação, o que parecia ilógico, visto que, para distribuir terras era necessário desapropriar, e conseqüentemente, tal fato não ocorreria sem que houvesse mudanças na estrutura agrária, principalmente pelo fato de que a propriedade continuava concentrada nas mãos de uma minoria, detentora do poder de mando.

Para Fernando Henrique Cardoso (TURATTI, 1999 apud FELICIANO, 2006, p. 51) a problemática existente se deve ao fato de que “os conflitos agrários existentes no Brasil são conseqüências de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter”. Em função disso, cerca de 1443 invasões ocorreram no período de sua gestão, marcada por marchas, saques, confrontos, violência, etc.

Um exemplo claro da intolerância, posta pelo governo, foi o massacre de Eldorado do Carajás, em que famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados realizaram uma marcha com o objetivo de pressionar o governo à desapropriação da Fazenda Macaxeira. Ao interditarem a rodovia PA 150 que liga o Sul do Estado a Belém, foram detidos por PMs a mando do governo, que agiram violentamente contra os sem terras, ocasionando a morte de 19 (dezenove) camponeses. De acordo com Feliciano (2006, p. 53),

Segundo a perícia técnica ocorreu uma desmedida execução sumária revelada por tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados de golpes de instrumentos cortantes (foices e facões dos próprios sem-terra) com esmagamentos e crânios e mutilações.

O resultado dessas ações foi a impunidade. Dos 142 policiais indiciados, apenas dois foram condenados. Os camponeses, mais uma vez, se depararam com a inoperância do sistema judicial, com a falta de respeito aos socialmente vulneráveis, com o jogo de poder e a articulação política voltada aos interesses do próprio Estado. Segundo Scolese (2005, p. 79), “o Ministro da Justiça, à época sob o comando de Renan Calheiros (AL), deixou claro que todas as ações dos sem terra seriam respondidas judicialmente, de imediato”. Definitivamente, a reforma agrária estava longe de alcançar seu objetivo.

A despolitização utilizada no governo Fernando Henrique representou a tentativa de frear o movimento dos sem-terra, levando-os para o campo da ilegalidade, uma vez que ao Estado cabe punir todas as tentativas de transgredir a lei. O governo tem o papel de analisar as propostas dentro do espaço institucional,

de forma que se busque um melhor entendimento quanto ao problema apresentado no tocante ao desenvolvimento da agricultura e a necessidade de assentar o homem do campo sem que para isso transforme a “estrutura agrária em vício”. A medida provisória 2.109-48 deixa claro esse posicionamento do governo:

Art. 1º - sujeitar-se-ão à sumária exclusão e eliminação de Programa de Reforma Agrária do Governo Federal [as pessoas que forem identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões ou esbulhos de imóveis rurais], inclusive aqueles que estejam em fase de processos administrativos de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou sendo objeto de processos judiciais de desapropriação em vias de imissão de posse ao Incra, bem assim [as que participarem de invasões de prédios públicos e ações de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores públicos em cárcere privado ou de quaisquer outros atos de violência.

Invadir a terra ociosa significa ameaçar o outro? Compromete a vida do latifundiário ou seus interesses? Pode-se enxergar como ilegal e portanto passível de punições severas? Até que ponto o governo age ou tem agido para solucionar o problema da distribuição de terras, permitindo ao camponês qualidade de vida digna tirando da terra seu próprio sustento, modificando esse quadro que o leva a invadir como forma de se fazer enxergar diante de uma sociedade tão omissa aos interesses da população? O poder judiciário que tem como prioridade resguardar o direito do cidadão se torna seu algoz. A interpretação das leis torna-se dúbia e incoerente, levando à prática reiterada da violência. A lei imposta e a realidade vivida entram em colisão e tudo gira em torno dos interesses de uma minoria. O processo implantado no governo de Fernando Henrique, tido por alguns como “judicialização da reforma agrária”, demonstra a falta de interesse do governo em resolver a situação das famílias acampadas em diversos pontos dos estados brasileiros, considerando-as infratoras.

Nas eleições presidenciais de 2002, as promessas da campanha e discursos de Luiz Inácio Lula da Silva, fizeram crescer o número de acampamentos. Os sem-terra acreditavam que Lula, uma vez eleito, iria solucionar essa problemática que se arrasta por séculos na história brasileira; esse crédito foi implantado pelo próprio candidato à Presidência da República que tinha como slogan uma “reforma agrária rápida com o número significativo de assentados num curto espaço de tempo”.

O número de acampamentos como também da violência e invasões tornaram-se mais intensas no governo de Lula, se comparados com o governo Fernando Henrique Cardoso. O posicionamento de Lula em receber os líderes do MST,

reforçando a prioridade de seu governo na realização da reforma agrária provocou inquietação por parte da oposição, que acusava o governo como responsável pelos conflitos no campo e como incentivador do movimento sem-terra.

Mas logo, Lula percebeu que seria impossível cumprir a promessa feita na campanha. As ações planejadas na forma de promessas durante a campanha foram adiadas. Em 2004, o governo Lula, sob a ameaça de invasões em massa por todo o país, estabeleceu que 115 mil famílias seriam assentadas naquele ano. Mais uma vez, o plano de ação traçado pelo governo foi ineficaz e menos da metade do valor prometido para a realização do projeto foi liberado. O MST, novamente viu suas esperanças frustradas.

1.8 A desigualdade social brasileira e o problema “racial”

Como demonstramos na detalhada exposição acima sobre diversos momentos cruciais da história do Brasil relacionados à questão da terra, torna-se difícil compreender a estrutura social do país desde o século XVI sem levar em consideração os condicionantes “raciais” da exclusão. Entre os diferentes estratos sociais que se formaram ao longo de nossa história, o negro esteve em situação bastante vulnerável, não só pela condição econômica, mas foi também social e culturalmente excluído. Dentro desta perspectiva, a análise da estratificação social brasileira deve considerar, segundo Ianni (2004, p. 147), que “a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais”.

A posição de classe é fundamental para demarcar as características da estratificação social no Brasil, mas a situação específica do negro leva-nos ao questionamento não só da exclusão econômica, mas também do papel desempenhado pela pertença étnico-“racial”, que produz efeitos sobre aquela e aprofunda suas dinâmicas excludentes. A maior parte da população pobre, no Brasil, foi e ainda é constituída de afro-descendentes e a luta pela integração socioeconômica desse segmento não pode, como sabemos, ignorar os condicionantes extra-econômicos de sua exclusão. Se é um fato que também se encontram, entre os segmentos populares, brancos ocupando as favelas e que estes são igualmente excluídos do acesso ao exercício pleno da cidadania, não é menos

verdadeiro afirmar que no topo da hierarquia social os negros compõem uma ínfima minoria. Vale dizer que “assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais” (MOURA, 1988, p. 79). O preconceito “racial” ainda faz parte das relações sociais presentes na contemporaneidade. Ele é “[...] um conflito social explícito ou sutil estruturante na acumulação, produção e distribuição de recursos materiais e simbólicos, cujo saldo é as desigualdades raciais” (RIOS; GATO, 2009, p. 316).

2 DESIGUALDADE SOCIAL, “RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

O início da colonização no Brasil, no século XVI, engendrou a dinamização de um intenso processo de interação entre culturas e etnias que marcou definitivamente a constituição da identidade nacional do país. Embora essa interação tenha se dado de modo assimétrico, evidenciam-se traços, como salienta Soares do Bem (2013, p. 30), de grande porosidade entre a cultura colonizadora, as culturas autóctones e as de origem africana, em que pese o caráter modelador dessa interação, de natureza eminentemente instrumental e autoritária (Idem, *Ibidem*). Os efeitos dessa interação desigual refletiram-se de modo visível na estrutura da estratificação social e fazem-se notórios no debate sobre o intrincado processo da desigualdade social. Tendo em vista o foco do nosso trabalho, colocaremos a seguir em relevo os aspectos relacionados à presença africana no Brasil.

De acordo com Telles (2003, p. 19), as discussões sobre as relações “raciais” no Brasil englobam duas vertentes básicas de interpretação entre a primeira e a segunda geração de pensadores sociais do século XX:

A primeira geração sustentava a tese da democracia racial, segundo a qual o Brasil era de modo único uma sociedade que incluía os negros. A segunda geração desafiava a teoria da democracia racial, argumentando que o Brasil se caracterizava pela exclusão social. Segundo a primeira escola de pensamento, há pouco ou nenhum racismo no Brasil; já para a segunda, o racismo é generalizado.

Neste contexto, para a primeira geração, a miscigenação passa a ter um papel positivo nas relações sociais. Em meados do século XX, as discussões envolvendo a condição do negro no processo escravista brasileiro apresentavam-se de modo pacífico, em que esse domínio estabelecido entre o europeu e o africano teve caráter “benevolente e não violento” (PROENÇA, s/d p. 1).

2.1 O debate sobre a miscigenação no pensamento social do século XIX

O Brasil traficou até 1850, quando o comércio de escravos foi extinto, cerca de 3,6 milhões de africanos, que nos séculos XVIII e XIX foram alocados como mão-de-obra na indústria açucareira, na pecuária, na mineração e no café. As

uniões inter-raciais foram estimuladas por Portugal, principalmente no governo de Marquês de Pombal, embora a Igreja Católica condenasse a miscigenação.

O fato da imigração do sexo feminino para o Brasil ser praticamente proibido por Portugal fortaleceu ainda mais a miscigenação, já que o quantitativo de homens brancos superava em muito o de mulheres brancas – fato que por si já demonstra o caráter instrumental da “miscigenação”. A saída foi encontrar nas índias e negras a solução, o que se verificou um aumento considerável de descendentes pardos.

Mas, as mulheres consideradas não-brancas, devido à condição subalterna determinada pela escravidão, eram tomadas na maioria das vezes pela força, não existindo igualdade nas relações. Segundo Telles (2003, p.42), “os brasileiros mestiços foram em grande parte gerados através da violência sexual durante o período da escravatura [...]”.

No final do século XIX teve início o estudo das “raças” no Brasil, tendo como ponto de partida

as ciências biológicas e criminais, especialmente no emergente campo da Eugenia, que se referia à “utilidade social do aproveitamento do conhecimento sobre hereditariedade para fins de procriação”. A eugenia incluía ideias científicas sobre raça que na época consideravam os negros inferiores e os mulatos degenerados. Afirmava também que climas tropicais como o Brasil enfraqueciam a integridade biológica e mental dos seres humanos. Assim sendo, os eugenistas do século XIX estavam convictos de que a população brasileira exemplificava a degeneração biológica (TELLES, 2003, p. 43).

Neste contexto, o Brasil passou a ser considerado um país formado exclusivamente de mestiços, onde a miscigenação não poupou ninguém. Portanto, para os eugenistas, havia neste país um elevado grau de nocividade decorrente da perpetuação da mistura de “raças” que tornava os habitantes uma gente degenerada e sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento.

O professor da escola de medicina da Bahia Nina Rodrigues, em seus estudos etnográficos sobre a origem africana, chegou à conclusão de que realmente havia no negro ausência de discernimento e raciocínio lógico, fato que os transformaria em seres incapazes.

Skidmore (1974) argumenta que a desqualificação do negro por Nina Rodrigues, em todos os aspectos, seja no campo moral, econômico, político e social, foi atenuada com relação à população mulata, fazendo com que sua análise fosse desenvolvida pelo prisma da hierarquia no que tange ao processo evolutivo. Talvez

devido à sua própria origem mestiça, Nina Rodrigues definiu vários estágios de evolução que possibilitaram a ele antever ou rejeitar uma perspectiva de desenvolvimento cultural a partir da presença ou não do sangue negro “puro” nos cruzamentos entre os diferentes grupos.

Em sua análise, Nina Rodrigues (apud MUNANGA, 2004, p. 60-61), estabeleceu três categorias de mestiços: o mestiço de tipo superior, inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial e totalmente irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro e ao índio, a quem se poderia atribuir a responsabilidade atenuada. A observação a ser feita aqui, quanto à primeira categoria, é que esta poderia sair dessa condição, regredindo para a segunda ou terceira categoria por causa do atavismo.

Nina Rodrigues, ao escrever o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1957)*, faz uma crítica ao pensamento de Silvio Romero, que embora considere as culturas negra e índia inferiores à branca, argumentava que o Brasil poderia ter uma civilização desenvolvida a partir da fusão dessas culturas. Para Silvio Romero (apud SKIDMORE, 1976), a mestiçagem seria apenas uma das fases, considerada temporária, mas essencial para se chegar a uma maior proximidade de uma nação considerada branca. Já para Nina Rodrigues isso provocaria o desajuste, a desordem mental e o desequilíbrio da “raça” branca, visto que o indivíduo, na sua escala evolutiva, traria os traços de sua “raça” e, conseqüentemente, nos cruzamentos “inter-raciais” a característica negativa advinda da “raça” inferior surgiria em algum momento nas gerações subsequentes.

O que Nina Rodrigues propõe é,

no lugar da unidade, a institucionalização e a legalização da heterogeneidade, através da criação de uma figura jurídica denominada responsabilidade penal atenuada. Com este instrumento, poderiam ser geridas as desigualdades entre as raças e seus subprodutos que compõem a população, contemplando a ausência de um mesmo grau de cultura mental (RODRIGUES, 1957, p. 73).

Segundo o autor, não há um grau de consciência clara nas “raças” inferiores no que tange a direitos e deveres e na execução de seus atos, diferentemente da raça branca dotada dessa potencialidade. Além do mais, para ele, o cruzamento das “raças” traz uma profunda degeneração, e atribui como um dos fatores para essa condição, a maneira como Portugal deu início à colonização no Brasil, sem a

preocupação de se utilizar de um critério de seleção quanto ao caráter dos indivíduos e sua contribuição para a sociedade que se formava. Para ele, pelo contrário, foram empurrados para o Brasil todos os elementos refutados pela sociedade europeia, desprovidos de quaisquer valores morais. Nesse sentido considera ele que as “raças” são nitidamente desiguais e, portanto devem ser tratadas segundo essa desigualdade, daí a necessidade na modificação da responsabilidade penal. Diferentemente do que propunha Nina Rodrigues ao afirmar a suposta incapacidade cognitiva e moral de negros e postular um tratamento diferenciado e desqualificador de sua capacidade jurídica, Soares do Bem (2013, p. 32) argumenta que o que se consolidou, de fato, no sistema judiciário e nas atividades da polícia no Brasil foi “o caráter seletivo dessas instâncias na presunção de culpabilidade, no desrespeito físico, no assédio moral e no encarceramento desses grupos”. De modo semelhante, Munanga (2004, p. 60) afirma que “a institucionalização e a legislação da diferença são o único caminho que Nina Rodrigues oferece para responder à dificuldade de construção de uma única identidade nacional”.

O que se observa na visão do autor é que o negro será sempre uma influência negativa, sendo improvável que com a miscigenação se pudesse chegar a um branqueamento. Pelo contrário, a miscigenação levaria a um processo de enegrecimento e tornar-se-ia uma ameaça para a nação brasileira.

Euclides da Cunha segue a mesma linha de raciocínio de Nina Rodrigues, considerando que no cruzamento de “raças”, o resultado é sempre depreciativo, pois da presença negra surgiria um tipo de “raça”, cuja tendência seria sempre a primazia da inferior, ou seja, mesmo que o branco (considerado superior) se cruzasse com negro (considerado inferior), o “sangue impuro” prevaleceria, daí considerar um problema grave a questão da miscigenação. Nesse ponto, se apoia na emigração europeia como forma de se chegar a uma integração étnica.

A obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é objeto da crítica de Clóvis Moura em virtude do preconceito demonstrado com relação aos negros, pois ao falar do homem sertanejo (mestiço), estava se referindo ao cruzamento entre brancos e índios, não admitindo, portanto, que os “sertanejos por ele idealizados, elevados à categoria de símbolos, que eram o cerne da nossa raça, tivessem recebido grande influência do sangue e das culturas negras” (MOURA, 1990, p. 187). Ainda segundo

o autor, para Euclides da Cunha essa influência, considerada negativa, estava restrita ao litoral, reduto dos negros. O mestiço aqui, no caso o mulato, era sinônimo de “[...] desequilíbrio incurável, pois não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas” (MOURA, 1990, p. 188).

Estabelecendo um quadro comparativo entre as ideias defendidas por Sílvio Romero e Euclides da Cunha, é nítida a contradição existente, já que o primeiro parte do branqueamento como forma de integração étnica e o segundo parte da possibilidade dessa integração ser alcançada com os sertanejos por constituírem estes uma “raça” considerada forte.

Alberto Torres (1982) diverge completamente quanto à questão de a diversidade racial constituir um problema da identidade de um povo. Segundo o autor, a heterogeneidade está intrínseca nos povos contemporâneos sem, no entanto, levar à perda da capacidade de definir-se política, social e moralmente uma nação. O grande problema com relação às “raças” indígena, negra ou mestiça não residiria na sua suposta incapacidade intelectual e sim na negação de oportunidades que impedem o seu pleno desenvolvimento.

Já Oliveira Viana, por sua vez, classifica o mestiço como “produto histórico dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial” (MUNANGA, 2004, p. 71). Segundo Viana (1920), o mestiço buscou apagar a sua origem se engendrando na filosofia dos brancos que o utilizou como mecanismo de combate e destruição dos quilombos. Entretanto, na escala social nunca alcançou o que se pretendia pela força da superioridade branca que o repeliu.

Verifica-se que embora o mestiço tenha sido de grande serventia para o senhor rural, pois o mesmo protegia sua propriedade e, portanto havia uma certa proteção recíproca, o peso da descendência cuja mescla advinda de uma “raça” inferior, impossibilitava o reconhecimento e a inclusão deste no contexto social permeado pelo preconceito de cor. É tanto, que para impedir que o mestiço ascendesse socialmente, em 1808, através de Carta de Lei lhe é tirado o direito de ser proprietário de terras.

Viana ao mesmo tempo em que mergulha no pensamento de Nina Rodrigues, considerando a existência de dois níveis de hierarquias com relação ao mulato, o inferior e o superior, sendo este último fadado à degeneração em virtude do

atavismo, “aposta no processo de apuramento sucessivo, capaz de levar ao branqueamento da sociedade brasileira” (MUNANGA, 2004, p. 76).

Munanga detalha nos seguintes termos sua crítica a Oliveira Viana:

Viana não explica sociologicamente porque a população negra, índia e mestiça decresce. Sua leitura das estatísticas demográficas é ideológica e politicamente orientada, pois está mais preocupado em ver o futuro Brasil branco do que em explicar sociologicamente os fatos. As condições de vida dos escravizados e de seus descendentes, o fim do tráfico negreiro e a imigração europeia em massa são curiosamente transformados por ele em superioridade natural da fecundidade da raça branca e em sua maior capacidade de sobrevivência na luta pela vida. O darwinismo social domina seu pensamento (MUNANGA, 2004, p. 81).

Neste contexto, a emigração europeia passa a ser vista como forma de embranquecer a população e resolver as distorções existentes pelo processo de cruzamento entre grupos da mesma categoria, que aliado ao alto grau de fertilidade da população branca nativa, pela própria seleção natural, superaria a dos mestiços, ou seja, “quanto maior [...] for a dose de sangue ariano nos mestiços, mais rápido estes tenderão a revestir-se dos atributos somáticos do homem branco” (MUNANGA, 2004, p. 82).

Abdias do Nascimento (1978) discorda dessa linha de pensamento, no qual o mulato é colocado como ponte de solução da problemática das relações “raciais” existentes no Brasil. Segundo o autor, o surgimento do mulato é fruto do cruzamento de sangue pautado na violência imposta aos negros africanos pelos portugueses. Querer branquear uma “raça” por considerá-la inferior à outra é sem dúvida “uma estratégia de genocídio” (MUNANGA, 2004, p. 101).

A elite brasileira implantou o ideal de branqueamento e este ideal, segundo Munanga, trouxe problemas que interferiram diretamente no processo de construção identitária dos próprios negros. Para ele, o branqueamento

foi perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (MUNANGA, 2004, p. 110).

Essa consciência foi maculada por uma ideologia preconceituosa e alienante, a ponto de transformar o próprio negro em um perseguidor de si mesmo, na medida

em que, para buscar a sua integração social, teve que dissimular as marcas de sua própria identidade. Os movimentos negros na atualidade surgem com uma força diferenciada, entendendo que para que haja uma verdadeira integração social é preciso romper com o imaginário mítico do passado e superar a ideia de uma unidade original, de forma a construir uma participação política efetiva que abandone os resquícios colonialistas desse imaginário racializado.

Tratando ainda da questão do branqueamento, os eugenistas no Brasil adotaram o neo-lamarckianismo, partindo do pressuposto de que o que ocorria era um defeito genético, podendo ser ajustado a partir da miscigenação. Sendo considerado o negro um ser inferior, conseqüentemente, ao mesclar brancos e não-brancos, o gene dominante branco se sobressairia e daí resultaria o processo de branqueamento:

O branqueamento prescrito pelos eugenistas tornar-se-ia a sustentação principal da política de imigração do Brasil. Assim como em outros países latino-americanos a elite no Brasil trouxe e subsidiou imigrantes europeus para melhorar a qualidade de sua força de trabalho e substituir os ex-escravos (SKIDMORK 1974; VAINNER, 1990, p. 91).

Clovis Moura (1988), em sua análise sobre a imigração europeia, aponta o interesse da elite brasileira não apenas em importar mão-de-obra, mas de inserir indivíduos com características semelhantes à elite branca, de tal maneira que dentro dessa ideologia de branqueamento o negro fosse totalmente excluído.

Segundo o autor, houve todo um processo de busca da eliminação do espaço de trabalho para o ex-escravo com o conseqüente estímulo à emigração de brancos, que começa desde a proibição do tráfico de escravos até a Lei do Ventre Livre, de modo que, “a medida que segmentos escravos, por várias razões, eram afastados do sistema de produção, entrava, em contrapartida, uma população branca livre para substituí-los” (CLOVIS MOURA, 1988, p. 84).

Havia não só interesses ideológicos (branqueamento), mas econômicos (empresas migrantistas) no processo de imigração, constituindo-se um mercado lucrativo em vários segmentos da sociedade e que, juntos, descartaram a possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra nativa excedente, colocando-a como inadequada ao sistema pelo seu suposto baixo grau de aproveitamento. Para Clóvis Moura (1988, p. 88), “o que pretendia essa substituição do trabalhador nacional pelo alienígena era satisfazer uma teia de interesses que se conjugavam

dentro de uma visão capitalista dessa transação, com capitais em jogo de interesses ideológicos e políticos que se completam”.

Na primeira Conferência Eugênica Brasileira, realizada em 1929, os debates levaram a alguns posicionamentos diferentes quanto à questão da miscigenação, dentre eles do próprio Presidente da Conferência, Edgar Roquette, cuja argumentação levava à ideia de que a miscigenação deveria ser vista como algo normal, o fato de brancos e não-brancos deixarem de se unir não representaria a degeneração. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Fernando Magalhães, sustentava que a origem do povo brasileiro está em suas raízes, não podendo fugir delas, ou seja, não se podia pensar em eliminar uma nação inteira, já que desde a sua formação foi constituída a partir de uma matriz centrada nas relações inter-“raças”.

2.2 Gilberto Freyre e o mito da democracia racial

A obra *Casa Grande e Senzala* (1963), de Gilberto Freyre, publicada em 1933, pode ser vista como uma obra na qual se evidenciam traços de visível harmonização entre os colonizadores e os grupos submetidos ao seu domínio, embora, como salienta Soares do Bem (2013, p. 26), em várias passagens façam-se também presentes elementos de crítica e mesmo de denúncia do papel desagregador imposto pela cultura dominante. No entanto, ressalta o autor (Idem, *Ibidem*), com relação à “raça” e gênero preponderam nesta obra elementos harmonizadores, como aqueles que colocam em evidência a “(...) doçura nas relações dos senhores com escravos domésticos” (FREYRE, 1963, p. 393). Esta linha de raciocínio de Freyre foi defendida por estudiosos como Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler.

O pensamento freyreano tende, com relação a este aspecto, a supor a existência de uma habilidade dos portugueses, resultante de condições históricas relacionadas à sua própria constituição, em lidar com a diversidade cultural, fato que teria favorecido o surgimento, no Brasil, de uma sociedade paternalista e menos opressora do que as próprias sociedades africanas de origens dos que foram escravizados. Segundo Freyre (1979, p. 12),

o Brasil favorecia ao negro uma condição de vida mais tranquila, já que, na África, eram oprimidos por sobas e, sobretudo, maltratados nas próprias tribos: vítimas por vezes, de tirânicos opressores tribais sob o aspecto de ritos compressores.

Saliente-se que a interpretação constante do trecho acima dá a conotação de que a condição de inferioridade dos negros escravizados já estava inscrita em seu próprio habitat de origem, o que denota, por analogia, que o colonizador europeu tê-los-iam tratado com mais humanidade.

Na obra *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre trata a questão da miscigenação de forma positiva, contrariamente a vários pensadores que configuram a inteligência brasileira no século XIX, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, entre outros. Neste sentido, pode-se dizer que *Casa Grande e Senzala* é uma obra de ruptura com a geração anterior de pensadores sociais. Mas, ao mesmo tempo, uma leitura atenta demonstra também a existência de continuidades. A este respeito Soares do Bem (2013, p. 27) argumenta que

Embora *Casa Grande e Senzala* encerre um longo período de negativização da “miscigenação” instituído após a entrada do pensamento positivista no Brasil, em meados do século XIX, a obra continua a operar a partir da ressignificação de mitos de origem sanguínea, deixando intocadas as bases que atribuem plausibilidade à noção de “raça”.

Embora não tenha sido formalmente construída por Gilberto Freyre, a ideia de democracia que engendrou o mito de inclusão “racial” no Brasil foi amplamente associada à obra *Casa Grande e Senzala* pela recepção de Freyre tanto no Brasil como no exterior e perdurou por várias décadas após a sua publicação nos anos 1930. Para Freyre havia uma predisposição dos portugueses para a mescla cultural, devido principalmente ao contato com os Mouros, fato que os teria levado a desenvolver características adaptativas bem distintas de outros colonizadores europeus, tornando-os mais tolerantes.

Segundo Telles 2003 apud Degler 1986, p. 51), com relação à miscigenação, Freyre

ficou atrelado à ideia de branqueamento desenvolvida na geração anterior. Freyre reconheceu que a miscigenação só pode ocorrer nos tempos modernos por causa da crença popular na ideologia (da supremacia branca) do branqueamento. De acordo com esta noção popular, negros brasileiros comuns achavam que a melhor chance para escapar da pobreza era o casamento com brancos ou mulatos claros.

Na mesma linha de pensamento de Freyre, Donald Porsor, em 1942, após estudos na Bahia, concluiu que as relações sociais no Brasil não pareciam ser afetadas pela questão da “raça”, diferentemente dos Estados Unidos, onde a segregação “racial” era um fato jurídico, o que não ocorria no Brasil, visto que a interação entre brancos e não-brancos era vista como estando atrelada à questão das classes.

Durante o governo Vargas (1937 -1945; 1951-1954), a ideia de harmonia nas relações inter-“raciais” se propagou pelo mundo. O orgulho de ser brasileiro, a alegria compartilhada nas festividades, principalmente no futebol e no carnaval, em que brancos, mulatos, pardos e negros se apresentavam à nação brasileira como integrantes de uma nação plural e igualitária do ponto de vista “racial”, levou Vargas a colocar o negro e o mulato como representantes da cultura nacional brasileira, aumentando sua popularidade e contendo, com esse gesto simbólico, os possíveis protestos contra o racismo (TELLES, 2003). Ao mesmo tempo, perseguia, com seus repressivos aparatos de controle social, toda forma de organização política desse segmento.

As Constituições de 1934 e 1946 deixavam evidente que todos são iguais perante a lei, não importando a “raça” ou a cor, mas restringe a migração de descendentes africanos (BRASIL, 1934, 1946). O Racismo só passou a ser crime com a Lei Afonso Aires, em 1951.

O mito da democracia racial foi acatado pelos militares e reforçado, principalmente pela preocupação com os protestos negros, considerados uma ameaça à segurança nacional. Vários acadêmicos brasileiros, após reiteradas pesquisas, demonstraram, com dados concretos, no entanto, que o Brasil não era um país isento de racismo, o que foi ignorado pelo governo militar que, através do Ministro das Relações Exteriores, reafirmou que o Brasil era um país onde a discriminação “racial” estava extinta, não havendo necessidade de quaisquer medidas para assegurar as igualdades “raciais” (TELLES, 2003).

Nesse sentido, dava-se suporte científico e ideológico à questão da miscigenação de tal forma que, segundo Ianni (1978, p. 88), a mistura de raças passa a ser o “segredo do Ethos brasileiro”, reforçando o mito da democracia racial enquanto ideologia dominante de modo a apresentar-se lá fora como um país isento de racismo.

2.3 "Raça" e classe no pensamento de Florestan Fernandes

As ideias de Freyre relacionadas à suposta harmonia entre os colonizadores e os escravos negros passaram a ser contestadas por Florestan Fernandes no final dos anos 50, quando ele buscou demonstrar através de pesquisa, financiada pela UNESCO, que a democracia racial não passava de um mito, partindo das relações verticais e da gritante desigualdade social entre os dois grupos.

A modernização de São Paulo, que a colocava à frente das demais regiões e "a produção permanente de cientistas sociais, segundo moldes acadêmicos" (ARRUDA, 1995, p.116), propiciou a continuidade do desenvolvimento da Universidade de São Paulo, criada em meados da década de 1930, nos anos 1950. O conhecimento científico tomou novos rumos, cuja análise estava atrelada a uma investigação que tinha como suporte evidências empíricas que comprovassem as ideias colocadas.

É nesse contexto que surge a figura de Florestan Fernandes, que introduziu uma nova realidade quanto à diferenciação de grupos sociais (foco de nosso estudo) no pensamento sociológico brasileiro.

A chamada escola paulista buscou quebrar a hegemonia da concepção que ressalta a harmonia entre os senhores e os escravos pressuposta em Freyre, focalizando a relação de subordinação de fato existente. Um ponto importante que fortalece as contestações de Florestan é o fato de que na obra de Freyre prepondera a análise espacial apenas da região Nordeste, cuja interpretação é feita levando em consideração a família patriarcal da região, por entender que ali se encontrava o "berço da civilização e onde a miscigenação tinha sua maior expressão" (TELLES, 2003, p. 39) e estendendo esta interpretação para as demais regiões brasileiras, fato que não fazia jus às diferentes realidades vividas nessas regiões.

A análise demográfica das regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde Florestan fez sua pesquisa, demonstra que a concentração de brancos era maior e a desigualdade e a discriminação social contra os negros mais acentuadas, já que a população não admitia a mestiçagem por se considerarem de origem europeia e herdeiros de uma "raça" exclusivamente branca. Em São Paulo, onde se deu o maior número de imigrantes europeus, os negros, segundo Telles (2003, p. 21) "(...) passaram a ser uma minoria estigmatizada".

Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), que tem como ponto de partida a investigação da real situação do negro na sociedade de classes, Florestan Fernandes é enfático ao mostrar que mesmo após o fim da escravidão o negro continuava às margens do processo de mobilidade social e completamente marginalizado:

A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos extratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente (FERNANDES, 2003, p. 23).

O sistema fortemente hierarquizado e a discriminação dos negros, na visão de Florestan Fernandes, só poderiam ser superados com a atuação dos próprios negros, conscientes de seus papéis enquanto sujeitos pertencentes à sociedade de classes, a partir do momento que desenvolvessem esforços para superar não só as deficiências materiais, mas também intelectuais. Segundo Florestan Fernandes (1965, p. 28) “(...) a heteronomia de uma situação de castas vivenciada pelos negros impediu-os de assimilar as potencialidades presentes numa situação de classes”.

Para Hasenbalg (1979, p. 76), cujo pensamento, que em aspectos pontuais, difere do de Florestan Fernandes, é o racismo estrutural decorrente da persistência de interesses antagônicos que bloqueavam a inserção do negro no processo de concorrência no interior da ordem capitalista:

[...] a dominação racial e o status quo inferior dos negros persistiria, porque o racismo havia adquirido novos seguidores desde a abolição e continuaria a atender interesses materiais e simbólicos dos brancos dominantes, através da desqualificação dos negros como concorrentes.

Florestan Fernandes afirma a existência de um elo entre as forças de produção e as relações de produção capitalistas, que, articuladas com a questão da classe, daria ao negro condição suficiente para revolucionar a ordem capitalista. Como a dominação capitalista atingia a todos (negros e brancos), o negro sozinho não encontraria respaldo suficiente nessa luta, daí “do ponto de vista epistemológico” (SILVA; CARVALHO, 2010, p. 11) a necessidade de unir a raça à classe.

Para Florestan Fernandes, o negro permanecia marginalizado, mesmo na ordem capitalista competitiva, devido aos requícios da ordem escravocrata, pré-capitalista, que se encontram dentro da expansão das forças produtivas e das relações de produção, bloqueando as condições favoráveis à inserção da mão-de-obra negra no mercado de trabalho.

A junção da “raça” à classe possibilitaria articular demandas dos negros, estes também parte integrante da classe proletária e, com isso, fortalecer a luta capaz de facilitar a contestação da dominação capitalista. Neste sentido, Florestan Fernandes argumenta que

Cabe às classes subalternas e as camadas populares revitalizar a República democrática, primeiro, para ajudarem a completar, em seguida, o ciclo da revolução interrompida, e por fim, colocarem o Brasil no fluxo das revoluções socialistas do século XX. O que sugere a complexidade do famoso destino que cabe ao negro na cena histórica e no vir a ser político. A revolução da qual ele foi motivo não se conclui porque ele não se converteu em seu agente e por isso, não podia levá-la até o fim e até o fundo. Hoje, a oportunidade ressurgiu e o enigma que nos fascina consiste em verificar que o negro poderá abraçar o seu destino, redimindo a sociedade que o escravizou e contribuindo para libertar a nação que voltou às costas à sua desgraça coletiva e ao seu próprio opróbrio (FERNANDES, 2003, p. 67).

O mito da democracia racial sofreu um descrédito nos anos 50 e este era visto como uma forma de mascarar a marginalização do negro no contexto social, ocultando a real desigualdade. A este respeito Florestan Fernandes deduz que

A própria legitimação da ordem social, que aquela ordem pressupunha, repelia a ideia de uma democracia racial. Que igualdade poderia haver entre o senhor, o escravo e o liberto? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação racial, ou para legitimar a ordem estabelecida ou para preservar as distâncias sociais que ela se assentava (FERNANDES, 1965, P. 157).

A conclusão de Florestan Fernandes quanto à necessidade de negar a ideia de democracia racial no Brasil evidencia a situação do negro como ente marginalizado econômica, social e politicamente na estrutura piramidal da estratificação social racializada da sociedade brasileira. A desigualdade “racial” era uma realidade que emergia não só no mercado de trabalho, mas em todos os setores em que a elite prosperava.

Segundo Silva e Carvalho (2010, p. 14), “aos negros, dentro desta perspectiva, sobrou o papel de serem peças dentro de uma nova ordem capitalista sendo gradativamente substituída pela civilizada mão de obra do branco europeu”.

Florestan Fernandes evidencia o atraso da ordem social moderna no sentido de esta ser incapaz de “superar os princípios inerentes à ordem social anterior” (ARRUDA, 1995, p. 178) e concebeu este fato como um grande entrave para o desenvolvimento de um estilo de vida democrática no país. Se é um fato incontestável que se pode considerar convincente sua análise da persistência do passado como um freio para o desenvolvimento de estilos de vida democráticos, em um aspecto pontual a análise de Florestan Fernandes foi objeto de várias críticas, principalmente no que tange ao seu otimismo diante dos efeitos supostamente positivos da *normalidade progressiva do estilo democrático*, visto por ele como sendo, por si só, capaz de sincronizar elementos da ordem “racial” com elementos da ordem social, levando a um equilíbrio no futuro. A passagem abaixo deixa ambas as perspectivas deste estilo democrático bastante visível:

[...] surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais e concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente, ela forneceu, no início, um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer a dominação e autoridade e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder [...]. O atraso da ordem social ficou assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalidade progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existente. Os “brancos” constituirão a raça dominante e os “negros” a “raça submetida”. Doutro lado, enquanto o mito da “democracia racial” não poder ser utilizado abertamente pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios e da classificação e de ascensão social, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante (FERNANDES, 1978, p. 332)

Como se vê, para Florestan Fernandes, superar a condição de inferioridade advinda de uma “uma herança cultural rústica” (FERNANDES, 1988) era um modo de fazer com que os negros pudessem se integrar na ordem social competitiva. Para ele, no entanto, as condições intelectuais e materiais do negro eram mínimas para que houvesse a possibilidade de uma reação contra a dominação senhorial que revolucionasse toda a ordem vigente. Ou seja, o fato de o negro não conseguir se ajustar aos requisitos propostos pelo sistema capitalista, devido à sua baixa consciência intelectual e material, atrelada a uma estrutura cultural tradicional, é que

é visto como fator gerador de sua exclusão no mercado de trabalho. Esse quadro só poderia ser revertido se

Ao reeducar para o sistema de trabalho livre, o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que o envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré-capitalistas ou anticapitalistas. E descobre uma posição que o nivela, material e socialmente, ao branco – a que é oferecida por sua ocupação [...] . Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o negro nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade (FERNANDES, 1978, p. 154-155).

Verifica-se que Florestan Fernandes não focaliza a dificuldade de integração como resultante do racismo existente e sim da incapacidade do negro de agir em conformidade com os ditames da sociedade capitalista. Florestan Fernandes não considera, pois, a capacidade do negro de ter sido sujeito apto a resistir contra a opressão colonial, contribuindo, ao lado de outros agentes sociais, para a falência da economia escravista. Esta postura é contestada de modo contundente por Moura (1988), como veremos no próximo capítulo, que vê no negro, desde o período colonial, demonstração de inteligência e articulação para a organização política e construção de estratégias de resistência em vários pontos do Brasil.

Com efeito, em sua análise, Moura aponta dois momentos distintos na história do negro no Brasil: o período em que a escravidão atinge seu auge, em que o negro é visto como mera mercadoria e se encontra diante de uma situação totalmente legitimada, inclusive juridicamente, pela sociedade; e o período a partir do qual a condição do escravo passa a ser refletida por outros segmentos sociais e quando se começou a cogitar o fim da escravidão, embora mantendo-se o *status quo* excludente e controlado pelas forças de dominação.

De acordo com Guimarães (1988, p. 20), Moura vê “o escravo rebelde enquanto elemento de desgaste do escravismo, contribuindo para a transição para o trabalho livre”. De fato, Moura vislumbra a participação efetiva do negro através de diversas revoltas, o que demonstra sua potência no sentido de questionar a ordem e impulsionar as mudanças que levariam às transformações da sociedade do escravismo ao capitalismo. Em seu diagnóstico, Moura não apenas fez uma reanálise da formação da sociedade brasileira e do vínculo crucial desta com a questão negra, mas também conclamou outros intelectuais a que procedessem de modo semelhante.

Para Moura, a reação do negro contra a desumanização e submissão é que impulsionou o fim da escravidão. Entretanto, a liberdade veio seguida de um grande vazio social, visto que aos ex-escravos não foram dadas condições mínimas de ascenderem socialmente. Ao fim da escravidão os escravos tornaram-se formalmente livres do cativeiro, mas presos a uma condição social que os impediam de se ajustarem aos imperativos da nova ordem.

Segundo Moura (2001, p. 284),

O escravo foi riscado como força dinâmica do projeto de mudança social, e a abolição realizou-se de acordo com os interesses e a estratégia das classes dominantes. A rebeldia do negro, na fase conclusiva da abolição, ficou subordinada aquelas forças abolicionistas moderadas, conciliadoras e politicamente tímidas. Nenhuma reforma foi executada na estrutura brasileira, visando os interesses do escravo: era o início da marginalização do negro após a abolição que continuava até os nossos dias.

A marginalização social de negros e mestiços acentuou-se ainda mais no sistema capitalista, em que a condição de homens livres, num cenário marcado pela competitividade e luta acirrada pela conquista de espaço, foi permanentemente permeada pelo preconceito “racial”, que passou a ser importante marcador da diferença e motor da exclusão.

Em seu livro *a Revolução Burguesa no Brasil* (2005), Florestan Fernandes faz uma análise histórica sobre a formação da sociedade burguesa, tendo como ponto central da discussão a construção da sociedade de classes e a revolução burguesa, “vistas ao prisma da formação da racionalidade burguesa, da mentalidade burguesa, isto é, de uma ética de ganho, do lucro e do risco calculado” (ARRUDA, 1995, p. 177). Segundo o autor o processo da independência do Brasil é visto como uma revolução social que traz em seu bojo “um elemento puramente revolucionário e outro especificamente conservador” (FLORESTAN, 2005, p. 51)

Florestan Fernandes aponta as distorções existentes no campo econômico em que o liberalismo adotado como filosofia política, coexistia, mas tendia a chocar-se com o sistema estamental. Isto se deve à ordem social competitiva que sofreu uma deformação pela interferência da ordem social anterior, mostrando-se incapaz de extinguir os interesses conservadores dominantes. Para ele,

o liberalismo só contribuiu para intensificar a desagregação do *status quo ante* de modo indireto, gradual e intermitente. É que ele não preenchia, aqui, funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social nacional autônoma. Concorria para precipitar a formação e para orientar o

desenvolvimento de uma ordem social nacional, mas heteronômica (FLORESTAN, 2005, p. 55-56).

Neste processo de expansão do capitalismo, os senhores rurais, à medida que iam se aburguesando, buscavam manter a velha ordem tradicionalista baseada na concentração de renda e do monopólio nas mãos de poucos, empurrando a camada de homens livres (considera-se em sua maioria os negros libertos) desfavorecidos para o campo da marginalidade. Para Florestan Fernandes (2005), isso por si só, já traz um sentido revolucionário na medida em que criam-se condições para se romper com o estatuto colonial e implantar uma nova ordem social nacional a partir da herança colonial, ou seja, o que ocorre é, para ele, “uma revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 2005, p. 76).

Essa burguesia privatizava o poder político, mantendo os privilégios já existentes, negando a universalidade da igualdade, presos aos moldes arcaicos do passado cuja “[...] expansão do capitalismo (estava ligada) a um privatismo tosco, rigidamente particularista” (FERNANDES, 1975, p. 167), fato que é visto por Florestan Fernandes como um problema, cuja incapacidade de superação dos princípios da ordem anterior marcou o curso de nossa história. Deparamos-nos aqui com uma economia velha e estagnada que não se permitia evoluir e não se conseguia destruir para construir o novo, gerando com isso um “paralelismo econômico estrutural” (FERNANDES, 2005, p. 104)

Nesse sentido, o que encontramos é uma sociedade autocrática em que a modernidade esteve direcionada apenas para uma minoria, o que reflete uma ordem social não democrática. Segundo Arruda (1995, p. 179), o resultado foi uma “burguesia que amalgamou-se a forças sociais retrógradas e não foi capaz de implementar a liberal-democracia [...]”, ou seja, a democracia não fazia parte do contexto geral da sociedade.

O papel do imigrante neste contexto teve relevância considerável no que se refere à estrutura e à dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois coube-lhe a função “de constituir o agente original do trabalho livre” (FERNANDES, 2005, p. 168), adaptando-se às condições impostas e realinhando-se dentro do espaço oferecido ao seu modelo específico de organização da integração social. Sem dúvidas, o imigrante passou a delimitar, na população urbana e rural marginalizada, as necessidades mínimas que cada um deve ter dentro da sociedade

moderna, alterando o padrão de consumo, antes acessível apenas à classe privilegiada.

Segundo Florestan Fernandes (2005, p. 169),

ao organizar ou expandir tipos de produção que se originavam e consumiam através do mercado interno, ajudou a transplantar para o Brasil, predominantemente de forma socialmente inconsciente, modelos de desenvolvimento autossustentado, características das economias capitalistas Integradas. Nesse sentido, sua importância para a expansão do capitalismo transcendeu as diferenças raciais, étnicas ou nacionais e foi balizada por dinamismos internos da economia brasileira.

É bom salientar que a situação inicial do imigrante estava voltada a condições de trabalhos bastante duras, decorrentes da “rigidez da ordem senhorial e do trabalho escravo” (FERNANDES, 2005, p. 172), entretanto, à medida que a economia senhorial ia se diluindo e a economia capitalista tomava sua forma mais complexa, abriam-se as oportunidades no campo econômico. O imigrante se deparou com duas situações, que deveriam ser bem compreendidas para uma melhor absorção do que definiria seu status futuro: ser recrutado para uma “economia rural em transformação e uma economia urbana em formação” (FERNANDES, 2005, p. 173), e ele soube, diferentemente do ex-escravo que foi lançado à própria sorte, tirar proveito dessa situação.

Segundo Florestan Fernandes (2005), enquanto os fazendeiros só exerciam funções que julgavam privilegiadas, os imigrantes atuavam em todos os setores, assumindo posições que iriam desde aquelas típicas do trabalhador assalariado àquelas próprias de homens de negócios, fato que levou os últimos a um fortalecimento econômico na ordem social competitiva. Nesse sentido, o que diferenciava o imigrante do fazendeiro é que este continuava voltado a uma posição intermediária entre o presente e o passado e o outro estabelecia as bases de uma economia crescente no presente com vistas a uma consolidação no futuro. Florestan afirma que os fazendeiros do oeste paulista, por terem internalizado a ética liberal e passaram a ver-se como homens de negócios em busca de lucros, foram os que mais prosperaram, se comparados aos agentes econômicos que ficaram presos ao sistema de status característico do Brasil colonial.

O negro e o mulato, neste contexto, perdem a sua importância enquanto mão-de-obra exclusiva e deixa de ser interessante para as camadas dominantes. Isso

ocorre porque ao confrontar-se com o imigrante europeu nessa escala competitiva, este soube aproveitar todas as oportunidades que o trabalho livre e independente podia lhe oferecer. Além do mais, a cidade de São Paulo, foco das pesquisas de Florestan Fernandes, ainda não conseguia assimilar o elemento negro enquanto participante desse processo. Segundo Florestan Fernandes (1965), foi imposto ao negro uma inferioridade em virtude da escravidão que o afastava da possibilidade de se ajustar socialmente ao novo sistema, impedindo-o de aproveitar as oportunidades que surgiam. Segundo o autor, não houve nenhuma manifestação coletiva que “induzisse” o branco a analisar a situação do negro e buscar encontrar mecanismos que legitimassem sua participação nesse processo de transição. Para tal quadro ideal, decerto contribuíram as ideias racistas hegemônicas no século XIX e que ainda pulsavam latentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o negro e o mulato passaram a sofrer as consequências do impacto competitivo do estrangeiro, que se articulavam inteligentemente em todas as áreas do setor econômico, em busca de riqueza, prestígio social e poder, colocando os demais numa situação de exclusão, ou seja, “onde o imigrante aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente negro ou mulato, pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho livre” (FLORESTAN, 1965, p. 11). Era, como afirmamos e como o demonstra sobejamente Clovis Moura em várias de suas obras, o trabalho de estruturas racializadas que estavam operando furtivamente.

O que levou o imigrante a ascender socialmente no mercado competitivo foi sua atitude de enxergar aquele momento como um meio para alcançar seus objetivos futuros, que era o de acumular capitais e voltar para sua terra natal, utilizando-se, para isso, de todos os recursos colocados à disposição pela sociedade receptiva. Não foi submisso ao modelo repressor, reagindo às condições adversas que lhes era imposta de modo a enquadrar os padrões “dentro das bases morais do trabalho livre” (FERNANDES, 1965, p. 13), mas, cumprindo regularmente suas obrigações. Como dito antes, para o imigrante, as funções exercidas não eram repudiadas como mais ou menos inferior, pois ele galgava cada degrau com o objetivo de utilizar sua força de trabalho com “fonte de poupança”. Ao contrário do negro e do mulato, que passaram a enxergar a abolição como um fim alcançado, resignando-se, diante da ausência de políticas de integração que os beneficiassem,

a satisfazerem-se com a inquestionável grande conquista de verem a sua dignidade enquanto homens livres ser restabelecida.

O fato de não terem negros e mulatos, como os imigrantes, tido a oportunidade de serem beneficiários de medidas preparatórias para atividades típicas da emergente sociedade competitiva fez com que eles confirmassem, com seu habitus gerado na ordem social colonial, sua inaptidão para o trabalho livre, conforme salienta detalhadamente Florestan Fernandes (1965, p. 13-14):

A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência de trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alterar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica – essas e outras deficiências do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre (FLORESTAN, 1965, 13, 14).

Esses fatores deram suporte suficiente para colocar os ex-escravos na categoria de deficiente e inapto para o mercado competitivo. Soltos, sem apoio e vistos como presenças degradantes, como vagabundos, preguiçosos, etc., os ex-escravos ainda foram objetos de “preconceito” racial, colocados de lado e deixados à própria sorte.

Se a cidade não comportava o elemento negro ou mulato, o campo não fugia à regra, com raras exceções. Em algumas regiões, onde a massa de imigrantes não foi tão acentuada, a única alternativa para o proprietário rural, debilitado economicamente, sem condições de introduzir o elemento novo - os imigrantes, considerados prósperos para a economia - era a utilização do trabalho dos ex-escravos. Isso fez com que, segundo Florestan Fernandes (1965), muitos negros, mulatos e até caboclos, todos trabalhadores agrícolas, migrassem para essas áreas onde a possibilidade de concorrência com os imigrantes eram mínimas.

Na realidade, a sociedade continha em seu bojo as mesmas estruturas excludentes de antes, solapando os direitos de negros e mulatos enquanto agentes dinâmicos na nova ordem social. A eles restou a degradação social, pois não conseguiram progredir, formando uma massa de indivíduos dispersos pela cidade, sem identidade definida, perdidos na difusa cadeia de transformações sociais do capitalismo emergente.

Segundo Florestan Fernandes (1965), as condições de anomia social vividas por negros e mulatos levou-os segundo a uma “cadeia de ferro, (envoltos) no círculo vicioso gerado pela miséria” (FERNANDES, 1965, p.72), cuja degradação era progressiva, não importando o esforço investido para reverter o quadro. A industrialização e a urbanização, atribuídas em grande medida à participação do imigrante, conferia a este grupo mais vantagem com relação ao “elemento nacional”, minando as possibilidades do negro e do mulato alcançarem êxito, além da própria acomodação destes que, diante do imigrante europeu, recuavam, optando por trabalhos mais acessíveis, sem a ambição e a visão de se engajarem no processo competitivo com a mesma altivez do estrangeiro.

Nesse processo de crescimento econômico, a cidade foi aos poucos adquirindo “progressiva autonomia sobre o campo” (FERNANDES, 1965, p. 103) e o fazendeiro paulatinamente perdendo a sua hegemonia enquanto figura unicamente dominante, cedendo lugar agora ao “capitalista típico, instalado na grande cidade” (idem *ibidem*). Enquanto isso, o negro e o mulato continuavam no campo, isolados, sem nenhuma participação social, econômica, cultural e política na sociedade de classes. Algumas das oportunidades que surgiam nas fábricas, por exemplo, eram pejorativamente qualificadas como “serviço de negro” e rejeitadas pelos imigrantes por serem “nocivas” à sua integridade física.

As condições psicossociais e socioculturais desfavoráveis levava os escravos a uma situação de completa “inércia”, cuja “desorganização manifesta-se (...) como componente de sua situação histórica que não lhe reservava nenhuma função social construtiva” (FERNANDES, 1965, p. 179).

Já o emigrante, dentro desta perspectiva de acúmulos de capitais, acomodasse frente aos interesses das elites dominantes, o que o levou a converter-se ao liberalismo das elites tradicionais, incorporando-se

aos círculos conservadores e passa a compartilhar formas de liderança e de dominação políticas variavelmente conflitantes ou inconsistentes com a consolidação da ordem social competitiva e com o que isso teria de representar no plano econômico (predomínio industrial; reforma agrária; aceleração do desenvolvimento econômico e constituição de uma economia de mercado integrada em escala nacional; formação de um regime capitalista independente). [...] O imigrante perfilha uma filosofia política que não pressupõe o capitalismo avançado e que constitui, opostamente, um fator de resistência ou de solapamento às mudanças que possam conduzir o capitalismo como estilo de vida (FERNANDES, 2005, p. 175).

O capitalismo no Brasil, dentro de sua estrutura de mercado, esteve embasado em duas vertentes: “uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural” (FERNANDES, 2005, p. 113), o que leva a uma dependência econômica, segundo os moldes das economias centrais, daí a noção de capitalismo dependente ter se firmado na vida acadêmica brasileira.

Segundo Florestan Fernandes (1975, p. 214), esse modelo de capitalismo “é por sua própria natureza um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhes servem”, pois sofre influência de fora. É nesse contexto que podemos verificar a sincronização existente entre o capitalismo brasileiro e a dominação do capital externo, que por vez aprofunda a exclusão social e a falta de autonomia no processo de industrialização. Para ele a “revolução burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês, que se localiza na era atual e emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista” (FLORESTAN, 1975, p. 215).

Se analisarmos a situação de subdesenvolvimento a que o Brasil estava atrelado e cuja causa principal foi a dependência ao imperialismo, o progresso do país fica condicionado à quebra desse elo que permitirá a autonomia capaz de permitir traçar o próprio caminho rumo a um futuro próspero. Nessa linha de raciocínio, o fato da burguesia não conseguir realizar uma democracia, devido à própria contradição existente entre desenvolvimento capitalista e modernidade, “passa a ser do proletariado a tarefa histórica de realização efetiva da democracia, e com ela a superação do próprio capitalismo” (FLORESTAN, 1975, p. 371). Verifica-se que Florestan coloca, pelo menos na fase em que publica esta obra, marcada pelas arbitrariedades cometidas pelos militares e pela radicalização de suas posições políticas, a possibilidade de uma revolução socialista, que foi, naquele contexto, vista por ele como alternativa para a realização de uma democracia efetiva.

Segundo Florestan Fernandes (2005), a revolução burguesa no Brasil esteve atrelada apenas a uma parte da sociedade, sendo incapaz de atingir o todo. Moldou-se dentro de uma estrutura autocrática e autoritária de dominação, que a distanciou de suas congêneres europeias. Organizou-se e institucionalizou-se de modo a não

ceder às pressões igualitárias que a nova ordem estabelecia, centralizando-se politicamente com a finalidade de implementar ações “autodefensivas e repressivas”.

Analisando as duas obras “A revolução burguesa no Brasil” e a “Integração do negro na sociedade de classes”, uma observação deve ser feita com relação ao contexto histórico desta última, em que Florestan Fernandes escolheu a cidade de São Paulo para foco de suas pesquisas, por constatar que nela a “revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do trabalho livre, na pátria livre” (FERNANDES, 1975, p. 276). O autor considera que o negro tardiamente adquiriu importância econômica na revolução devido às “peculiaridades histórico-sociais [...] e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional” (FERNANDES, 1975, p. 276).

2.4 “Raça” e classe no pensamento de Octávio Ianni

Ianni analisa a formação da sociedade brasileira, focalizando a questão da desigualdade social atrelada à questão de classe, “raça” e às desigualdades regionais, sendo que “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos” (IANNI, 2004, p. 24).

A própria dinâmica das relações sociais levaram brancos e negros a se verem como portadores de culturas diferenciadas, em que o branco é diferente do negro tanto no aspecto social como cultural e este reconhece esta diferença, sendo sempre colocado como categoria inferior. Nesse sentido, Ianni (1978, p. 52), compreende que as atividades do negro, “bem como os valores que organizam essas atividades, parecem diferenciar e discriminar o negro, a ponto de transformá-lo num problema, ou desafio, para o branco e a si mesmo”.

Ianni traça um perfil interessante quanto a categoria do negro enquanto indivíduo de origem africana, que ao ser arrancado de seu habitat natural e ser inserido em outro completamente estranho perde a sua africanidade transformando-se simplesmente em negro e mulato, devido às condições que lhes foram impostas, sendo forçado a assimilar a cultura do branco e reconhecer sua superioridade para satisfazer aos anseios políticos e econômicos desta casta dominante. Entretanto, na atual conjuntura, a “condição de ex-escravo, não pode ser nem suficiente nem decisiva para explicar as formas de pensar e agir do negro no século XX” (IANNI, 1978, p. 63). Ele pensa, neste contexto, que, na “formação social capitalista”, o

negro e o mulato devem ser considerados trabalhadores, independentemente de cor ou “raça”, livres para produzir a mais-valia relativa “que resulta da potenciação técnica e organizatória da força de trabalho” (IANNI, 1978, p. 64).

Ao abordar sobre a situação social do negro no Brasil, Ianni descreve sua trajetória de rejeição, discriminação e a exploração de sua força de trabalho, afirmando que a questão racial faz parte de toda a estrutura que compõe a formação e o processo de transformação da sociedade brasileira. Nesta perspectiva ele argumenta que

grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro, como etnia e categoria social, como a mais numerosa raça, no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo das forças sociais, com as quais se reiteram e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações (IANNI, 2004, p. 143).

Embora considere a questão social como a fonte primária de transformação da sociedade brasileira, Ianni reconhece que a participação dos negros no processo de modernização foi importante, já que “a raça e a classe são constituídas simultaneamente e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais” (IANNI, 2004, p. 149).

Nesse sentido, Ianni (1972) em seu livro *Raças e Classes Sociais no Brasil*, faz uma análise das transformações ocorridas na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na sociedade brasileira. Para ele, o processo abolicionista e a abolição são fatores insuficientes para explicar tais mudanças com relação a situação de rejeição do escravo no mercado de trabalho. Vários outros fatores estão inseridos nesse processo que tendem a se esclarecer à medida que se analisa as mudanças ocorridas na composição e na estrutura “da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris” (IANNI, 1972, p. 5).

Na segunda metade do século XIX, a economia brasileira teve um crescimento significativo no setor cafeeiro. Parte do excedente advindo da agricultura de exportação era aplicada no país, o que favoreceu o surgimento das unidades fabris e, conseqüentemente, sua expansão, à medida que o capital gerado na agricultura crescia. Associado a este crescimento surge também a necessidade de novas ocupações que definirão seus sujeitos enquanto participantes desse processo, dando início à divisão de trabalho não só no plano das unidades produtivas, mas nas organizações públicas e na sociedade em geral (IANNI, 1972).

As modificações ocorridas na estrutura econômico-social do Brasil que deram impulso à expansão da produção mercantil geraram interesses novos e diferenciados da cafeicultura e, conseqüente, fizeram emergir novos grupos “não identificados com o fazendeiro” (IANNI, 1972, p. 39). Isso obrigou o mesmo a tomar posicionamentos dentro de uma racionalidade voltada para uma economia mercantil direcionada à unidade produtora.

Nesse contexto, o regime escravocrata entrava em contradição com uma economia em ascensão voltada para o mercado de trabalho, cujo objetivo imediato era o lucro. A situação se tornara insustentável e necessitava de transformações imediatas que conduzissem o ex-escravo à condição de trabalhador livre. Entretanto, não bastava apenas transformá-lo em homem livre, seria necessária sua integração à nova ordem que emergia e que lhe desse condições de estar livre não apenas do cativeiro, mas livre também para oferecer sua força de trabalho, e esta dependia da consciência coletiva de uma sociedade ainda presa à concepções arcaicas.

O negro, juridicamente se tornou um cidadão, livre para escolher seu próprio caminho e conviver pacificamente com os seus semelhantes. Mas definir quem são seus semelhantes pareceu-lhe uma tarefa árdua, já que como homem livre, é também um trabalhador livre e, no entanto, não é aceito pelo branco que também é trabalhador livre.

A ideia incorporada pela ideologia do branco de que o negro era preguiçoso e vivia no ócio, é vista por Ianni (1972, p. 70) como uma “expressão deformada de condições concretas de vida do grupo na época”. Para ele o negro no cativeiro, teve sua condição mental limitada, como sugere Celso Furtado em um de seus textos (1959), mas em decorrência do trabalho forçado que lhe era imposto, sem descanso, o que o levaria sem dúvida a aspirar ao ócio. Livre, sua precária produção estava destinada ao mínimo para sua sobrevivência. Era o início de ajustamento na nova ordem, que seria incompreendida, marcada pelo preconceito racial que resultaria na falta de oportunidades e deixaria negros e mulatos em situação de marginalidade estrutural.

Nesta perspectiva, com o objetivo de demonstrar o quanto o preconceito ainda é latente na sociedade, observemos a pesquisa realizada na capital de Florianópolis em 1950, através da qual Ianni (1972) descreve a distribuição de brancos e negros no espaço urbano. O que se verifica é uma grande concentração

de negros e mulatos nos morros, isto porque, à medida que as áreas comerciais e residenciais iam se valorizando, os negros iam sendo empurrados para fora dessas áreas.

Buscando analisar mais profundamente o nível de convívio entre negros e brancos nos bairros de Florianópolis, Ianni (1972), em entrevistas realizadas *in loco*, tece algumas considerações importantes em que o preconceito racial em dois dos três grupos de brancos entrevistados era latente. O primeiro grupo de brancos considerava a convivência com negros harmoniosa e afirmava ter negros no bairro. O segundo grupo desconhecia a presença de negros e mulatos, alegando que estes viviam em outras áreas e o terceiro afirmava a presença de negros e mulatos em seu bairro, lamentando essa convivência. Em contrapartida, o grupo de negros e mulatos entrevistados reagia proporcionalmente. Nesse contexto, a pesquisa revela que o mulato tem maior proximidade com o seu vizinho branco e mais facilidade de uma convivência harmônica; já o negro, no entanto, mais fechado, reage à hostilidade do seu vizinho.

Isso demonstra que o negro ainda não está totalmente integrado na sociedade de classes. O nível de preconceito repercute na sociedade de tal maneira que aliena e corrói todo um processo de adequação social. O mulato, em ascensão social, reconhece no preconceito um estado de ignorância e aponta este como vindo das camadas baixas da sociedade, o que é refutado por Ianni, que demonstra que quanto mais elevado for o nível social do branco, mais aparece o preconceito. Segundo Ianni (1972, p. 114), essa interpretação equivocada do mulato “deve-se ao aumento de capacidade de ajustamento do mulato às situações sociais em que se encontram também os brancos, o que lhe dá a impressão de que o preconceito diminuiu”.

O resultado das pesquisas realizadas em Florianópolis demonstra a ascensão de negros e mulatos por meio de padrões brancos e nos permite fazer uma interpretação segundo a qual o próprio processo de branqueamento se tornou uma ideologia capaz de minar a consciência de um grupo social que foi instado, a todo custo, a se parecer com aquele que lhe excluía. Em contrapartida, não há reciprocidade por parte do branco, que continua mantendo o mesmo distanciamento, procurando não se “contaminar”.

Nesse contexto, os fatores mencionados referentes ao convívio inter-“racial” e à ideologia do branqueamento, levaram negros e mulatos a uma contraideologia, que segundo Ianni (1972, p. 164), opera em três níveis, conforme a colocação do indivíduo na estrutura social:

- a) Uma destinada à integração do negro e do mulato ao grupo branco, integração esta que pretende ser tanto social [...] quanto biológica.
- b) Outra [...] liga-se a luta pela ascensão social e econômica.
- c) [...] outra [...] diz respeito aos ideais de segregação, defendidos por pequeno número de indivíduos, particularmente os negros da velha guarda, os quais se encontram nas camadas mais baixas da população.

A pesquisa em Florianópolis traz um esboço de nossa realidade enquanto sociedade de classes. Permite-nos admitir que ainda estamos diante de uma teia complexa, envolta de preconceitos e contradições e que se faz necessária uma maior conscientização dos problemas nacionais no sentido de desfazer “falsas representações” (IANNI, 1972, p. 213).

Vale ressaltar aqui a participação de Fernando Henrique nessas pesquisas, realizadas no Sul da Bahia, onde se propagava a ideia da inexistência de racismo. As relações sociais foram o foco da pesquisa, conforme salientamos acima, realizada em 1950 pela cadeira de sociologia I da USP. As pesquisas se iniciaram em Florianópolis, tida como uma região em que a mão-de-obra escrava era escassa, dependente de economia colonial.

Fernando Henrique em sua análise observa o desenvolvimento econômico e de que maneira o negro passa a ser inserido neste sistema a partir do momento em que há um crescimento econômico, principalmente nas Ilhas de Santa Catarina e de Desterro. Entretanto, essa inserção não superou a mão-de-obra assalariada, mas também, não influenciou um tratamento diferenciado no tocante ao negro, se comparado com outras regiões.

Embora se tenha tentado propagar a inclusão do negro no contexto social, principalmente em Desterro, a negação social do negro tornou-se prejudicial, já que, segundo Cardoso (2000, p. 17), o ex-escravo, “[...] liberto, não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição que deveria pesar ainda sobre seus descendentes”.

A exclusão social era nítida quanto ao apoio do negro enquanto participante nas relações sociais. Florianópolis permanecia rígida aos preceitos arcaicos e repelia em plena década de 50 a inclusão do negro no meio social.

As pesquisas feitas por Fernando Henrique entram em conformidade com os estudos de Florestan, feito em São Paulo, com relação ao comportamento social relativo ao negro. Ianni (2004) atribui à rejeição nas relações inter-“raciais” o fator principal que levava o negro a refugiar-se nas favelas. Segundo Ribeiro (2011, p. 6), “a medida que as diferenças de classe iam aumentando, havia um número cada vez menor de negros”. Dessa forma, o preconceito constituía-se no âmbito da classe e da cor.

A população branca começa a construir sua própria defesa na convicção de superação de raça e a negativa apoiada na inferioridade trazida pela cor, ou seja, “o branco quando encara certos valores sócio-culturais que a sociedade local atribui habitualmente aos indivíduos não reconhece os “indivíduos de cor” com as mesmas possibilidades” (IANNI, 2004, p.88).

No Rio Grande do Sul Fernando Henrique desconstruiu a tese da historiografia riograndense de uma formação iniciada com base em uma democracia “racial”, mostrando uma estrutura moldada dentro de um sistema patrimonialista, cuja sociedade rural se caracterizava pelo latifúndio e a utilização, em massa, da mão-de-obra escrava, sendo esta considerada objeto essencial à estrutura econômica vigente.

O preconceito racial nesta região era claro e montada numa estrutura que estabelecia critérios no tocante a identidade do negro, alienando desde o nascimento, a criança branca a não reconhecer o negro como gente.

De acordo com Ribeiro (2011, p. 8):

Existiam três tipos de escravos na sociedade Gaúcha. O escravo das fazendas e charqueados, o escravo doméstico e o escravo artesão. Destes, apenas o escravo artesão conseguiu completar o seu processo de socialização a ponto de conseguir se auto reconhecer e ser conhecido como ser humano.

Verificou-se no Rio Grande do Sul um índice alto de preconceito racial, camuflado por ideais falsos de reconhecimento de uma “raça”, na categoria de homens capazes de serem integrados no contexto social, após a abolição. Para Cardoso, houve uma distorção de interpretação, em que a inserção do negro à

sociedade branca era vista como um problema única e exclusivamente seu, ou seja, afirmava-se que as portas estavam abertas, mas fato é que sua incapacidade, historicamente condicionada, não permitia a ele se integrar na nova ordem.

Embora alguns negros conseguissem galgar posições dentro desta estrutura social hostil, sendo utopicamente reconhecidos pelo título que eventualmente ostentavam, suas raízes os levariam a agir de modo diferente e conseqüentemente a afastarem-se do grupo que, hipoteticamente, lhe deu oportunidades por agir como se a este grupo não pertencessem. Para a sociedade portualegrense, o negro não era qualificado para atividades que exigiam um raciocínio lógico, pois a intelectualidade era difícil de ser alcançada.

Termos pejorativos eram atribuídos ao negro, como lerdos, relaxados, preguiçosos, relapsos, inconsequentes, incapazes intelectualmente, reforçando assim o motivo de não conseguirem manter-se junto aos brancos, o que dava suporte à sua rejeição no mercado de trabalho.

Fernando Henrique comprovou em sua pesquisa a realidade nua e crua da condição vivida pelo negro, excluído socialmente devido a estrutura montada nos moldes arcaicos de um regime falido, cujos fantasmas sempre retornam e se atualizam na sociedade brasileira, impedindo o rompimento de barreiras que permanecem como marcos sinalizadores da assimétrica relação interétnica.

Observa-se que os estudos realizados por Fernando Henrique e Octavio Ianni contribuíram para comprovar que a região sul do Brasil comungava do preconceito racial, reforçado pela própria condição social do negro pertencente em sua maioria às classes populares, existindo assim, a falsa ideologia empregada de uma sociedade democraticamente racial.

Dentro do processo de democratização a sociedade brasileira esbarra continuamente em entraves oriundos da escravidão e do autoritarismo. Para o sociólogo,

Como é possível afirmar e reafirmar a democracia racial num país em que as experiências de democracia política são precárias e em que a democracia social existente é incipiente? Isso é minimamente uma contradição, um paradoxo num país oriundo da escravatura, autocrático, com ciclos de autoritarismo muito acentuados (IANNI, 2004, p. 50).

O mito da democracia “racial” é visto por Ianni não só como uma ideologia das classes dominantes, mas como constructo presente em todas as classes

sociais. Se analisarmos a obra de Jorge Amado Jubiabá, de 1935 por exemplo, verifica-se uma forte tendência de reforçar a ideia desse mito, na medida em que o negro, ganhando espaço em suas obras, ascende socialmente. Entretanto, Ianni se contrapõe a esse modelo, afirmando que o negro só ascende socialmente colocando-se na condição de branco e evitando tocar a questão “racial”, ou seja, escamoteando a relação intrínseca entre a questão social e a questão “racial”.

Clóvis Moura (1983) vê o mito de democracia racial como forma de neutralizar o pensamento crítico, que atribui a responsabilidade da exclusão ao próprio negro, por suposta negligência e irresponsabilidade. Ele é representado como ocupando parte de seu tempo com o samba, a maconha e o álcool, sem a preocupação com o desenvolvimento econômico, político e social que permeia uma sociedade de classes, daí o motivo de ele encontrar-se nessa condição de desigualdade.

A intolerância da classe dominante diante do ex-escravo que agora é um cidadão, com direitos e deveres inerentes a qualquer outro, é ainda um peso na estrutura egoísta e manipuladora construída pelo branco. Ianni (2004) identifica que a questão “racial” acompanha o processo de independência e se apresenta em diversos momentos na construção e formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o autor analisa as diversas vertentes das discussões sobre essa questão, enfocando ora a compreensão do processo de transformação das formas de subalternidade do grupo, das relações típicas do trabalho escravo àquelas relacionadas ao trabalho “livre”, ora buscando compreender como esse segmento se comporta enquanto coletividade na nova situação de homens livres e cidadãos, ora buscando compreender o complexo sistema que se formou, após a introdução do imigrante europeu na estrutura produtiva do país, com relação aos grupos “raciais” e às classes sociais.

Para Ianni houve uma contribuição importante por parte de autores como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Artur Ramos, entre outros, para “a compreensão da metamorfose do povo”(IANNI, 2004, P. 124), embora com algumas discrepâncias no sentido de que “há muita antropologia, biologia, psicologia, sociologia, economia, geografia e história na larga e fantástica metamorfose das raças em população e povo”(Idem ibidem p. 126).

A partir das relações sociais que resultam da interpenetração de dinâmicas tradicionais e modernas formam-se categorias que contribuem para a construção de sistemas classificatórios que enunciam as fronteiras da sociedade brasileira. A construção das “raças” são frutos da própria ideologia de um grupo que estabelece limites e o diferencia do outro através de “traços raciais visíveis, fenotípicos” (IANNI, 2004, p. 127). A cor branca ou preta para definir uma categoria e estabelecer critérios de superioridade ou inferioridade é fruto da invenção de um grupo em posição social vantajosa, com o poder de submeter determinados grupos sob seu controle. No caso, esse grupo dominante é o branco que coloca o negro em nível de desvantagem, instituindo a cor como um critério naturalizado de distanciá-lo dos demais grupos, impedindo-o de progredir socialmente.

Para Ianni, as discussões que envolvem a questão “racial” apresentam-se sempre voltadas para a “metamorfose da população em povo” (2004, p. 129). Referindo-se aos diferentes autores e aos distintos modos de problematizar a questão racial, Ianni (2004, p. 130), salienta, porém, os elementos de convergência entre eles:

Em todos, no entanto, ressalta o empenho em compreender a relevância do negro na estrutura da população, nas diversas formas de organização do trabalho, na produção cultural, na expressão religiosa, nos movimentos sociais e na formação do povo. Uns e outros querem compreender as condições sob as quais as diversidades raciais se revelam nas diversidades e desigualdades sociais que caracterizam a presença do negro nos movimentos da sociedade nacional.

Para ele, a questão do negro se torna mais clara em momentos críticos, em que se agravam as contradições existentes na sociedade de classes. A revolução burguesa pode ser considerada um desses momentos em que a situação do negro tomou rumos indesejáveis para uma sociedade em que a universalidade da igualdade estava distante de ser concretizada, diante de efeitos resultantes de uma “complexa rede de contradições sociais” (IANNI, 2004, p. 141). Segundo Ianni (1986, p. 60), “toda revolução, seja apenas política ou propriamente social, reabre o debate sobre como se organizam e transformam o povo, os grupos e classes sociais, a sociedade nacional, o Estado”. O fato de a revolução brasileira não ser datada, ou seja, não ter se processado a partir de rupturas estruturais, fez com que, até a abolição da escravatura no final do século XIX, a sociedade brasileira tenha produzido, desde a proibição formal do tráfico, tantos discursos sobre o lugar do

negro na nova ordem, sem, no entanto, ter encontrado soluções efetivas para a sua integração.

Para Ianni (1986, p. 62), “Em um continente no qual impera a exploração de camponeses, operários, mineiros, estende-se todo um vasto tapete verbal, articulando os interesses das classes dominantes, imperialistas e nativas”. Andar em sentido contrário a toda essa conjuntura, fatalmente é desvantagem não só para a classe dominante como para a classe média, que procura preservar a “liberdade e igualdade de proprietários”. Desde meados do século XIX, quando se aproximava o lento e paradoxal desfecho da ordem escravocrata, o problema do acesso à terra passou a ser um demarcador importante tanto para a instituição de fronteiras étnicas, como para a sua transgressão. As revoltas camponesas ocorridas em meados do século XX (entre elas, as ligas camponesas do Nordeste), trouxeram de volta a problemática em torno da terra.

O avanço do capitalismo no campo provocou mudanças consideravelmente negativas na vida e nas formas de organização do trabalho rural, transformando-se numa questão nacional e adquirindo as mais diversas formas como o messianismo e o banditismo, engendrados nas desigualdades sociais que antagonizam o trabalhador rural e a sociedade nacional. Segundo Ianni (1986, p. 91),

[...] as lutas camponesas sempre compreendem a definição jurídica-política da terra e trabalhador rural. [...]. Está sujeito à Violência estatal, enquanto cidadão presuntivo, e sujeito a violência privada, do latifundiário ou coronel, enquanto um trabalhador rural atrelado às estruturas locais, municipais ou regionais de mando e desmando. Sob essas condições, o camponês é colocado em posição totalmente subalterna no espaço do mercado e das estruturas jurídicas-políticas nacionais.

A diversidade racial, étnica e cultural é vista por Ianni (1986) como um fator agravante, que contribui para colocar o camponês à margem da cultura e da sociedade nacional. Dentro dessa conjuntura, em que as revoluções burguesas se mostram inaptas para solucionar o problema e “não articula o camponês ao Estado nacional” a partir de suas reivindicações (IANNI, 1986, p. 93), Ianni identifica, no contexto histórico em que produziu tais reflexões, a revolução socialista como o caminho mais viável para superar o impasse, já que o campesinato representa “um momento fundamental na dinâmica da história social”.

A questão “racial” e a questão regional configuram um problema que afeta “as condições de integração entre a sociedade civil e o Estado” (IANNI, 2004, p. 142). Tais problemas se apresentam no decorrer da história em que o Estado e a sociedade convivem em lados opostos, permeados por contradições e ideologias conflitantes. A “escala e a radicalidade da questão racial no Brasil” é vista por Ianni (2004, p. 143) como condição fundamental para solucionar o problema do preconceito “racial” e promover uma transformação nas bases da sociedade, de forma a permitir que o Estado e a sociedade se articulem em prol de um desenvolvimento em que todos tenham como cidadãos sua efetiva participação no processo de tomada de decisões.

Ianni enxerga a figura do negro como uma “categoria social importante”, em virtude de sua luta e da radicalidade de suas demandas ao longo história, podendo exercer um papel decisivo no processo de transformação rumo a uma sociedade sem classes. Neste sentido, ele postula que através de alianças com outros grupos assalariados excluídos, sejam brancos ou negros, a ruptura não processada através da “revolução burguesa” possa se exercer:

[...] quando uns e outros, assalariados de todas as camadas, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes (IANNI, 2004, p. 147).

O que Ianni deixa de considerar, no entanto, é como, no contexto da separação “racial” que ele próprio concebe como sendo um distintivo da sociedade brasileira, o interesse possa se constituir de modo a abrigar demandas tão plurais, articulando grupos estruturalmente tão diferenciados, de modo a permitir uma ampla frente contra a instrumentalização política.

2.5 “Raça” e classe no pensamento de Caio Prado Júnior

Optamos por terminar este capítulo com a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942 por Caio Prado Júnior, analisando alguns tópicos pertinentes à nossa discussão, por entender que em sua síntese sobre o período colonial o autor faz toda uma retrospectiva do caminho histórico dos três séculos de colonização no sentido de interpretar toda uma estrutura que marcou a

formação social brasileira, abarcando dimensões geográficas, econômicas, políticas e sociais.

Segundo Prado Júnior (1942), o início da formação do Brasil foi constituído a partir de três “raças”: a branca, a negra e índia. Segundo o autor a diversidade entre povos nativos e africanos eram tantas que se exigia certa discriminação. Analisa, no entanto o índio de forma mais atenuada, por entender que houve maior harmonização entre este e o colonizador e, por ser mais receptivo, coabitavam e se misturavam com tranquilidade, contribuindo para “as características étnicas do país”. Mas essa tranquilidade apresentava suas contradições e desequilíbrios dentro das múltiplas interpretações dadas pelos colonizadores com relação à situação dos índios. Isto porque a metrópole intencionava aproveitar o indígena como elemento participativo da colonização, contrariamente aos Estados Unidos, que mantinha uma relação comercial de troca (peles por mercadorias europeias) e não cogitava a ideia de participação do indígena no processo da colonização, expulsando-o dos territórios “necessários à expansão colonizadora”.

Portugal precisava de gente para povoar o imenso território e o índio não poderia ficar fora desse processo, daí a intenção de transformá-lo em colono. Mas, as divergências começaram a se apresentar, dando rumos diferentes aos objetivos iniciais da metrópole. Dois grupos se chocaram nessa perspectiva, a Companhia de Jesus, que reunia aglomerados de índios em determinados locais sob o comando dos padres, não os preparando para uma efetiva integração na ordem colonial e o colono, com sua ação agressiva de escravizar e explorar o índio, levando os padres a isolá-los. Vê-se, neste sentido, que o que tradicionalmente se identifica como sendo “classe dominante” no período colonial, não corresponde historicamente a um padrão de dominação homogênea, já que havia muitas contradições e polarizações entre as próprias elites dominantes. Eis a grande problemática que só foi resolvida dois séculos depois, na administração de Pombal, que concordou com o posicionamento dos jesuítas de que os índios deveriam ser livres. Esta liberdade deve ser entendida e interpretada, no entanto, no quadro das relações do período e, por esta razão, implicava evidentemente certas limitações em virtude dos caracteres étnicos e psicológicos que carregavam. Prova de que essa “liberdade” era difusa e estreita é que, meio século depois, o índio volta a ser hostilizado, só adquirindo certa tranquilidade com a intensificação do tráfico de escravos negros. Socialmente, nas

palavras de Caio Prado (1942, p. 90), configurava-se “uma raça bastarda, e como tal, alvo de descaso e prepotência da raça dominadora”.

O negro entra no território brasileiro como escravo, na condição de submisso ao branco, diferente do índio, cuja condição foi questionada, embora de modo ambivalente, pelos padres jesuítas. Nesse ponto, nos dois primeiros séculos, a condição imposta era aquela, reconhecida por todos e sem maiores problemas. Mas o fato é que a importação de escravos possibilitou a “mistura” de sangue que, em pouco tempo, já penetrara todas as camadas da população. “É este aliás o caráter mais saliente da formação étnica do Brasil: a mestiçagem profunda das três raças que entram na sua composição” (PRADO, 1942, p. 102).

Entretanto, segundo Prado (1942, p. 105),

O paralelismo das escala cromática e social faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira [...]. Ele tem um papel na orientação dos cruzamentos reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco. Dirige assim a seleção sexual no sentido de branqueamento.

O colonizador branco nesse sentido, diante do quadro que se apresentava e do preconceito já aflorado, passou a ter a preocupação de querer limpar o sangue, de acordo com as ideias então vigentes, quando o Estatuto de Pureza do Sangue passou a regular, mas de modo ambíguo, o funcionamento das sociedades coloniais. A miscigenação, no entanto, não foi interrompida, em virtude do problema central nessas sociedades, que estava relacionado à mão-de-obra e à necessidade de conjugar estratégias para garantir o funcionamento da estrutura produtiva. Se, de um lado, a miscigenação não foi contida, por outro aflorou a dominação do branco sobre negros e índios, que foram definidos na escala social como seres inferiores.

Apesar da discriminação de que foram objetos, esses grupos contribuíram para o desenvolvimento da colônia. Sua participação na economia como trabalhadores braçais foi fundamental. A estrutura agrária no Brasil colônia teve suas bases consolidadas na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, voltados para o mercado externo. Com o crescimento da população, em virtude da prosperidade da colônia no setor agrário, desenvolve-se o mercado nacional, de início considerado insignificante e controlado pela metrópole, permitindo apenas o necessário para a subsistência da colônia.

Formava-se assim, um contingente de indivíduos separados socialmente, posicionando-se de um lado os senhores de terras (dominadores), e do outro a massa da população (dominada) formada em sua maioria de escravos sem nenhuma outra função no sistema a não ser o trabalho forçado. A economia colonial assim se caracterizou:

[...] de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoream tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão de obra. Doutra lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço dos recursos do país (PRADO, 1942, p. 123).

Na segunda metade do século XVIII a agricultura deu outro salto importante com a introdução do algodão, entrando para o comércio internacional, seguida da lavoura cafeeira. O trabalho escravo foi o responsável por tais transformações, pois sua força de trabalho impulsionou o desenvolvimento no setor agrário, entretanto em nada mudou a condição do trabalhador braçal. Continuou sendo visto como incapaz de realizar outras atividades a não ser aquelas e como peça que, uma vez desgastada, deveria ser descartada.

Para explicar a escravidão no Brasil em suas características própria, Caio Prado (1942) se reporta à civilização antiga, fazendo a distinção entre esses dois momentos históricos: em Roma, a escravidão tinha um nexo causal, não se tornava escravo de um dia para outro sem motivo, existia suas causas e efeitos e eram estabelecidos critérios. Embora o escravo, em Roma, fosse considerado coisa e como tal desprovido de qualquer direito, a condição que o levou àquela situação tinha uma explicação. O prisioneiro de guerra, a insolvência, a negligência, o furto em flagrante delito, entre outras causas, é que levariam o indivíduo, não importando se preto, branco ou pardo, à condição de escravo. E da mesma maneira que se tornara escravo, poderia deixá-lo de ser dentro das regras estabelecidas naquele sistema e não se carregava o estigma de ter sido escravo um dia a ponto de ser desprezado pela sociedade. Por isto ele podia ser reintegrado socialmente.

Já no Brasil, a situação foi bem diferente, o escravo foi arrancado de seu *habitat* "natural" sem nenhuma explicação e introjetado em outro continente como se nada fosse, sem falar na devastação que o branco causou em seu continente com

relação a seus descendentes e ascendentes. Moldou as estruturas de controle a seu bel prazer, estabelecendo normas desarrazoadas de controle conforme seu interesse e necessidade e nunca conseguiu explicar de forma coerente os critérios que levaram a reconhecer na cor a condição de inferioridade. Tratou o negro com desprezo, ignorância e violência, destruindo sua cultura e provocando na sociedade o repúdio que desembocaria mais tarde em sua exclusão também na condição de homem “livre”.

A partir desse contraste, Prado Júnior demonstra que nenhuma outra civilização tratou um ser humano com tanto desprezo quanto a brasileira no período colonial. O colonizador, que se auto-definiu como superior às demais “raças”, invadiu, destruiu, violentou e oprimiu um povo por considerá-lo diferente.

Caio Prado Jr. (1942) faz uma observação com relação ao que ele chama de sub-produto da escravidão, ou seja, o cruzamento entre “raças” que ocorreu devido “as fáceis carícias da escrava para a satisfação das necessidades sexuais do colono privado de mulheres de sua raça e categoria” (1942, p. 271). Reproduz-se, neste contexto, embora a partir de um paradigma teórico bastante distinto, o mesmo tipo de representação da mulher escrava como submissa e disponível, encontrável em autores como Gilberto Freyre e, na mesma medida, em Sérgio Buarque de Holanda. O que há, pois, é um equívoco nessa afirmação, visto que, ao longo da história, a escrava negra ou índia foi vítima de uma violência sexual institucionalizada. Para o autor, no entanto, a discriminação “racial” sempre existiu, em alguns momentos foi escamoteada, quando se referia aos mestiços, mas não foi eliminada, levando a sérios obstáculos quanto a integração de negros e mestiços na sociedade brasileira. O fato é que,

a diferença de raça, sobretudo quando se manifesta em caracteres somáticos bem salientes, como a cor, vem, senão provocar [...] pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social. E isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes. A aproximação e fusão se tornam mais difíceis, acentuam-se o predomínio de uma sobre a outra (PRADO, 1942, p. 272).

Para Prado Júnior, o negro e o mulato “escuro” não encontraram nenhum espaço na sociedade colonial, já o mulato “claro” teve oportunidade de ascender socialmente, contornado por um “sofisma de branqueamento” (idem *ibidem*). A cor

exerceu um papel preponderante, nivelando o indivíduo na escala social de forma decrescente e afetando moralmente sua condição enquanto ser.

Totalmente desprotegido, o negro esteve à margem da sociedade, desprezado em sua formação moral e intelectual, constituindo um elemento incômodo para a estrutura que se formava na ordem social. E foi justamente o baixo nível dessas massas escravizadas que iria constituir a maioria da população do país, que é vista por Caio Prado Júnior (1942), como um dos agravantes, se não o principal problema na formação da sociedade brasileira. E essa deficiência se estendeu até os nossos dias e ainda está bem distante de ser solucionada.

Isso se comprova pela própria estrutura da colônia, no qual dois grupos bem classificados na hierarquia se firmaram: os colonizadores, constituindo a camada dirigente e a massa trabalhadora, escravizada. Entretanto, nem todos faziam parte dessa segunda classificação, formando à parte um grupo visto como desclassificados, inúteis e inadaptados e aqueles que não tinham ocupações definidas. Compunham-se essa massa, segundo Caio Prado Júnior (1942, p. 280), “de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu habitat nativo [...], mestiços de todas as matizes e categorias, que não sendo escravos e não podendo ser senhores se vem repelidos de qualquer situação estável, até mesmo brancos” faziam parte desta conjuntura.

Na estrutura colonial e “asfixiante” da grande lavoura, a produção voltada para a exportação é colocada em primeiro plano, o que não servisse para esse fim era considerado irrelevante e, portanto sem valor algum, o que impedia qualquer outra perspectiva de crescimento em outras atividades, tornando a situação daqueles que não estivessem dentro dessa redoma, extremamente difícil. Formava-se assim uma aristocracia privilegiada, tendo como base a riqueza, o poder e a autoridade sobre todas as decisões da colônia.

Segundo Caio Prado (1942, p. 342), “o trabalho escravo nunca irá além de seu ponto de partida: o esforço físico estrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevada”. Nesse sentido, pode-se entender que a contribuição do escravo na formação da sociedade brasileira de que trata o autor está apenas no campo material. Para ele, o escravo, assim como os seus valores morais se perdem junto à degradação de sua cultura. Nada mais resta,

a não ser as relações servis que lhe são impostas, relações estas puramente materiais de trabalho e produção.

Nessa perspectiva Caio Prado Júnior (1942, p. 355) define o panorama da sociedade colonial: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes; inépcia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”. Todos estes fatores levariam depois de três séculos a uma decomposição deste sistema, que desembocaria na independência política e reiterada dependência econômica da colônia. Organizada economicamente e socialmente sobre dois elementos antagônicos, sintetizados em torno das figuras do senhor e do escravo, a colônia sobreviveu sem maiores problemas. À medida que novos atores foram inseridos nesse processo, começaram a surgir as contradições, acrescentando-se ainda a própria situação do escravo que se rebela diante do cativo.

Muita coisa mudou desde então. Soares do Bem afirma que desde a Constituição Federal de 1988 várias estratégias significativas foram desenvolvidas com vistas a superar o mito da democracia racial. Ele cita, por exemplo, o artigo 5 XLII da Constituição, que instituiu o racismo como crime inafiançável, além da promoção, em âmbito nacional, de várias medidas tendentes a atacar esse problema nevrálgico da sociedade brasileira. Ele salienta, no entanto, que

a qualidade efetiva desses importantes avanços normativos só pode [...] gerar frutos duradouros se a sociedade civil for capaz não apenas de confirmá-los através de suas práticas, mas também de renová-los de acordo com as exigências colocadas pelas rápidas e intensas transformações sociais dos últimos anos (SOARES DO BEM, A., 2013, p. 225).

3 “RAÇA” E CLASSE NO PENSAMENTO DE CLOVIS MOURA

3.1 Elementos da biografia pessoal e intelectual

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925 na cidade de Amarante, Piauí. Seus pais, Francisco de Assis Moura e Elvira Steiger de Moura pertenciam a famílias de fazendeiros, sendo a família paterna oriunda da Bahia e a materna do Maranhão. A família Steiger chegou à Bahia (Ilhéus) em meados do século XIX. Segundo Mahony (2004), em 1857, Ferdinand Von Steiger, recebeu de um parente (Gabriel May) cerca de 104 escravos, quando neste mesmo ano assume a Fazenda Vitória. Casa-se com Amélia Sá, cujos pais eram proprietários da Fazenda Boa Vista e senhores de escravos, cuja economia estava voltada para a produção de cacau.

Ao assumir a propriedade (1857), Steiger deu continuidade à produção de madeira, aguardente e café. Depois se voltou para a atividade do cacau e da cana-de-açúcar. Embora, segundo Mahony (2004, p. 110), a Fazenda Vitória fosse considerada uma das “mais bem organizadas da Bahia”, a contribuição dos escravos foi decisiva para essa estruturação.

Como todos os senhores de escravos – e para senhor Steiger não foi diferente - os escravos eram tratados como peças de uma engrenagem que deveria estar em perfeitas condições para dar bons resultados. A rotina desses homens era pesada, com uma alimentação controlada, geralmente à base de carne seca, farinha e biscoito. Iniciavam suas atividades a partir das 5 h da manhã e estas se estendiam até ao anoitecer, com apenas um pequeno intervalo para descanso. Os escravos eram vigiados por um feitor que sempre tinha em punho um chicote (Mahony, 2004).

A união entre escravos e o estímulo com premiação ao casal que tivesse mais de seis filhos foi uma das estratégias utilizadas por Steiger para garantir a mão-de-obra com rentabilidade (MAHONY, 2004). Em situações dadas os escravos eram tratados com “benevolência”, mas também castigados por atos de insubordinação e revolta.

Do lado paterno, temos a figura de Francisco de Assis Moura (negro), filho de Abidon Moura, casado com Elvira, de origem branca. Funcionário Público, exerceu a função de Fiscal de Renda durante toda a sua vida. Segundo Oliveira (2009, p. 30),

Clóvis Moura é “oriundo de uma família de classe média, constituída no entrecruzamento de duas oligarquias decadentes (os escravocratas Steiger e os comerciantes Moura)”.

As dez anos de idade, Clóvis Moura muda-se com seus pais para o Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, onde inicia sua carreira estudantil no Colégio Diocesano Santo Antônio (futuro colégio Marista), considerada uma instituição voltada para a formação das classes elitizadas (políticas e intelectuais).

Aos 14 anos de idade publica seu primeiro artigo (*Libertas quae sera tamen*), fazendo referência o movimento ocorrido em 1789 (Inconfidência Mineira) e demonstrando forte sentimento nacionalista. Para Clóvis Moura (1955), a morte de Tiradentes é considerada o grande grito de liberdade de um povo em formação.

Clóvis Moura direcionou sua carreira para atividades intelectuais através de estudos históricos e literários, o que o levou durante alguns anos a atuar como jornalista. Impulsionou a imprensa contribuindo de forma incisa no campo literário e como membro do Partido Comunista Brasileiro - PCB.

Clóvis Moura retorna à Bahia, juntamente com a família em 1941, mas sofre uma perda significativa, que foi a morte de seu irmão em idade prematura (17 anos), o que o levou a assumir, segundo Oliveira (2009, p. 38), a administração do “capital de relações sociais, culturais e políticas acumulado pela família”. Conheceu Vivaldo da Costa Lima e com ele criou a “maçonaria de livros”, formando um círculo de amigos, cujas discussões estavam voltadas para a literatura e a política.

Em 1948 é criada a *Revista Cadernos da Bahia*, voltada para a questão afro-baiana. O que se buscou nesta revista, segundo (ALVES *apud* SANTANA, 2003, p. 82), foi “inserir esses elementos (inclusão e discussão da cultura afro-baiana), que eram os mais explícitos e concretos da cultural local (e que) vinham sendo relegados inteiramente”.

A repressão do Estado Novo perseguiu autores como Jorge Amado, que teve parte de seus escritos incinerados; a União das Seitas Afro-Brasileiras teve suas portas fechadas, impedindo segundo Santana (2003, p. 83) que se “incorporasse definitivamente o negro como forte elemento de identidade nacional e regional”.

Neste contexto, Moura deu sua contribuição à Revista com a publicação de vários artigos, sendo convidado por Darwin Brandão a fazer parte da Associação Brasileira de Escritores - ABDE. A comunicação diária, através de cartas com

Darwin, desperta o interesse de Moura pelo estudo com relação aos negros, que o coloca em contato com Edson Carneiro¹², considerado um dos maiores pesquisadores “dos estudos afro-brasileiros” (OLIVEIRA, 2009, p. 44).

Clóvis Moura entrou em contato com vários intelectuais, com o objetivo de buscar informações sobre seus estudos com relação ao negro. Arthur Ramos¹³, grande pesquisador sobre a cultura negra, teve papel importante para o pesquisador que em carta¹⁴ enviada em março de 1946, responde suas indagações, informando que na condição de médico legista pode observar grande influência negra na região do São Francisco, sugerindo que Clóvis Moura fizesse um estudo aprofundado sobre o tema, o que resultou em um artigo publicado em 1959, intitulado, *Notas sobre o negro no sertão*, na Revista Brasiliense.

Emílio Willems, economista, graduado pela Universidade de Berlim, que segundo Oliveira (2009, p. 49), “nos anos 30, ligou-se à área de Antropologia da recém criada Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”, foi outro intelectual importante nas pesquisas de Moura, respondendo às suas cartas¹⁵ e orientando-o com indicações de leituras pertinentes à sua pesquisa, contribuindo também metodologicamente com seu trabalho na região do São Francisco.

Entretanto, ao longo de seu contato através das várias cartas enviadas, faz algumas críticas ao posicionamento de Clóvis Moura, discordando da ideia de se ter uma ciência social engajada, criticando o marxismo e defendendo a “possibilidade de uma ciência social imparcial” (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

Outro intelectual com o qual Clóvis Moura entrou em contato através de suas cartas¹⁶ foi Donald Pierson, graduado pela Escola de Chicago e autor de vários trabalhos publicados, entre eles *Branços e Pretos na Bahia* (1971), que trata das relações “raciais” no Brasil e que tinha a mesma linha de raciocínio de Willems. Em algumas cartas observa-se a dificuldade de Moura no acesso a livros e publicações relativos às ciências sociais e a preocupação de Pierson com tais dificuldades, o que o levou a encaminhar algumas obras, além de indicar alguns nomes de intelectuais

¹² Edison Carneiro: formado em Direito na Bahia em 1936, tornou-se escritor especializado em temas afro-brasileiros, em particular, religiões de matriz africana (*Negros Bantos*, 1937; *o quilombo dos Palmares*, 1947 [...]) (OLIVEIRA, 2009, P. 44).

¹³ Arthur Ramos, antropólogo e médico foi um grande pesquisador da cultura negra e a aspectos relacionados à sobrevivência dos povos africanos.

¹⁴ Carta de Arthur Ramos a Clóvis Moura, 15/03/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 2: Intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹⁵ Cartas de Emílio Willems a Clóvis Moura, 30/7/46; 05/12/46; 09/02/47; 08/05/1947;26/08/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 2: Intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹⁶ Cartas de Donald Pierson a Clóvis Moura, 19/05/48, 17/04/1950 e 27/7/1950. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 2: Intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

com os quais Moura poderia entrar em contato com o objetivo de aprofundar mais suas pesquisas, tais como Oracy Nogueira, Carlos Dorges Teixeira, entre outros.

Segundo Oliveira (2009, p. 53, 54), resumindo a contribuição desses três intelectuais na vida acadêmica de Clóvis Moura, pode-se verificar que as cartas encaminhadas,

possuem os seguintes pontos comuns: a) referem-se a uma pesquisa de campo a ser realizada por Clóvis Moura em Juazeiro que tem como tema a cultura negra e a situação racial; b) constituem, para ambos os lados, um meio de intercâmbio através de troca de favores (livros, material de pesquisa, possibilidade de publicação etc.); c) tem como objetivo ampliar um círculo de intelectuais e pesquisadores com interesses afins sobre o tema. Por outro lado, na tentativa de legitimar – desde a academia – e angariar apoio à sua pesquisa, a localização de Clóvis Moura contava a seu favor (numa área afastada do litoral e dos centros urbanos): dentro da perspectiva dos estudos de comunidade (Willems), da situação racial (Pierson) ou ainda das influências africanas (Arthur Ramos), a pesquisa de Clóvis Moura e a sua condição de informante poderia se converter em um manancial de provas empíricas para o *corpus* acadêmico que se institucionalizava.

As dificuldades encontradas por Clóvis Moura em torno de suas pesquisas em Juazeiro, ocasionadas entre outras pela escassez, como já dito antes, de publicações relativas às ciências sociais, podem ser consideradas indícios que levaram Clóvis Moura a se voltar para estudos de caráter amplamente histórico, resultando na publicação, em 1959, de *Rebeliões da Senzala*, que trata das revoltas de escravos ocorridas na Bahia no século XIX.

A participação de Caio Prado Júnior na caminhada intelectual de Clóvis Moura teve também um papel importante, embora este não tenha seguido a orientação do primeiro, que em carta¹⁷ a ele dirigida,

não considera prioridade um estudo histórico sobre as rebeliões escravas e a cultura negra em Juazeiro (do ponto de vista teórico e metodológico) e orienta ao jovem Clóvis Moura que se dedique a temas mais produtivos e politicamente relevantes (campesinato, estrutura fundiária, populações ribeirinhas e sertanejas) (OLIVEIRA, 2009, p. 57).

Concluída sua pesquisa, os originais de *Rebeliões da Senzala* foram encaminhados a Caio Prado Júnior, que na época era responsável pela Editora Brasiliense. Em sua análise crítica, Prado Júnior aponta o fato de Moura ter dedicado sua pesquisa ao norte do país, onde as forças produtivas não estavam em

¹⁷ Carta de Caio Prado Junior a Clóvis Moura, 08/03/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 2: Intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

pleno desenvolvimento como no Sul do país, onde o movimento abolicionista era mais relevante devido às próprias circunstâncias de uma região em ascensão econômica e reconhece, no entanto, a contribuição de seu trabalho, relacionado a um tema ainda pouco explorado pela historiografia brasileira.

Clóvis Moura ansiava ver uma publicação sua pela editora Brasiliense, mas isso não ocorreu. A justificativa dada foi que a editora, por motivos comerciais e financeiros, estava voltada apenas à publicação das obras de Monteiro Lobato. *Rebeliões da Senzala* foi publicada em 1959, pela Editora Zumbi, de propriedade do próprio Clóvis Moura.

Em 1950, Clóvis Moura se transfere para São Paulo e passa a fazer parte da Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Arthur Neves, entre outros intelectuais (MESQUITA, 2002, p. 176), o que lhe permite ingressar definitivamente na carreira de jornalista.

Em 1952, a Revista Fama, fundada por Clóvis Moura, foi alvo de investigação pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, sob a acusação de que seus integrantes Clóvis Moura (diretor), Maria do Rosário Moura da Cunha (secretária) e João Evangelista Ferraz (gerente) eram comunistas (OLIVEIRA, 2009). Embora o Delegado de Polícia Regional tenha garantido que o jornal não representava nenhuma ameaça, pois seus integrantes não estavam na ativa, o jornal fechou as portas. Segundo Oliveira (2009, p. 69), “com o golpe de 1964, de acordo com Soraya Moura, foram pelo menos duas as oportunidades em que Clóvis foi chamado ao DOPS para prestar esclarecimentos”.

Verifica-se que em seus estudos relacionados à cultura negra e ao pensamento social brasileiro, Moura publica vários artigos, entre eles, *No cinquentenário de os sertões* (1952), *Euclides da Cunha e a Realidade Regional* (1964) e *A situação do Brasil como Nação Soberana* (1955), pela Revista Fundamentos; *Independência: fruto das lutas populares* (1955), pela Revista Notícias; *A Grande Insurreição dos Escravos Baianos* (1958) e *Notas sobre o Negro no Sertão* (1959), pela Revista Brasiliense.

O livro *Rebeliões da Senzala* é considerado uma obra “revisonista da escravidão” (MESQUITA, 2003, p. 560) e não houve grande interesse por parte dos intelectuais da época para o aprofundamento dos questionamentos levantados por Moura, talvez, segundo Mesquita (2004), por se tratar de um assunto voltado para a

história social brasileira relativa à presença do negro e que representava ainda uma leitura incômoda para as elites. Para os adeptos do comunismo, a luta de classes não tinha nada a ver com questão “racial”, o que é contestado por Moura, que alega a dificuldade não só dos Partidos Comunistas, mas também de amplos setores da inteligência latino-americana em compreender a problemática existente com relação aos afrodescendentes e à complexa articulação entre “raça” e classe (Moura, 1994).

A marginalidade sofrida por Clóvis Moura no interior do Partido Comunista se deve ao fato de o mesmo não seguir as interpretações impostas, assumindo um posicionamento totalmente individual. O que o autor buscava era “conhecer a realidade e a partir dela produzir conhecimento por meio de questionamentos feitos, sem se preocupar com carreira acadêmica, política ou militância” (MESQUITA, 2003, p. 562-563).

Moura busca, a partir da desigualdade entre brancos e negros, demonstrar a realidade de um Brasil carregado de preconceito “racial”, bem como trazer à tona a importância do negro no processo de transformação econômica, social e política da sociedade brasileira. Partindo da análise da base material e das relações de classes, ele traça o quadro da sociedade brasileira utilizando o marxismo como instrumento de análise, ou, nas palavras de Mesquita (2003, p. 566), “como ferramenta para pensar o Brasil”.

Segundo Mesquita (2003, p. 571),

Clóvis Moura [...] buscou enaltecer a importante participação do negro na constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido etc., e sua luta ofuscada, principalmente no que tange a incansável batalha para pôr fim à escravidão. Colocou-se também como um dos porta-vozes dos negros em sua luta de séculos por uma verdadeira cidadania social e política, quando questiona o modelo atual de globalização, o capitalismo brasileiro, o conceito de “democracia social” e a historiografia “oficial” que ofuscou e esvaziou a importante participação negra na construção do Brasil.

Somente a partir da década de 1980 é que Clovis Moura teve sua obra reconhecida pelo mundo acadêmico e isso se deve, segundo Schwartz (2001, p. 39) “em parte, devido à conscientização cada vez maior da desigualdade racial no Brasil”. Seus escritos tendem a compreender a trajetória de uma sociedade escravista e a luta para reagir ao cativo, levando o escravo à rebeldia e, conseqüentemente, abalando o sistema de uma época, abrindo possibilidades para a transição a uma nova ordem.

Da vasta obra de Clovis Moura, ainda à espera de ser conhecida por amplos segmentos acadêmicos brasileiros, podemos citar artigos e capítulos de livros: “No cinquentenário de “Os Sertões” (1952); “Euclides da Cunha e a realidade nacional” (1954); “A situação do Brasil como nação soberana” (1955); “A independência: fruto de lutas populares” (1955); “A grande insurreição dos escravos baianos” (1958); “Nota sobre o negro no sertão (1959); “Uma abordagem sociológica do conceito de História”(1968); “Para uma biografia de Tiradentes” (1970); “Revoltas de escravos em São Paulo” (1970); “Sobre sociologia do trabalho” (1973); “Le role du noir dans l’emancipation de l’Amerique Latine” (1974); “Uma reunião de alto gabarito científico: colóquio sobre Negritude e América Latina” (1974); “Da falácia da sociologia e da necessidade de uma anti-sociologia” (1974); “O precursor do abolicionismo: Zumbi” (1974); “A tragédia camponesa de Canudos” (1976); Inconfidência Mineira: uma utopia republicana” (1977); “Um crítico social do século XIX” (1977); “A emergência ideológica do negro urbano” (1978); “Climate of Terror” (1979); “Os grandes racionalizadores da dominação política” (1979); “João Cândido entra na História” (1980); “Preconceito racial aumenta desemprego” (1984); “O negro busca sua verdadeira face” (1984); “O racista casamento à brasileira” (1984); “O regresso à mãe África” (1985); “Corrupção sustentava tráfico” (1985); “O racismo na sociedade brasileira” (1985); “Será que o negro vota em branco?” (1986); “A negritude reinterpretada” (1987); “O negro urbano e emergente: novos aspectos da questão racial” (1987); “Lima Barreto e a militância literária” (1987); “Rappotti Schiavisti in Brasile um secolo dopo L’Abolizione” (1988); “Trajetória da Abolição em São Paulo” (1988); “Quilombagem e abolicionismo: divergências e convergências” (1988); “É chegada a hora de refletir” (1988); “Luta em São Paulo. “Uma luta diferente” (1988); “Cem anos de Abolição do escravismo no Brasil” (1988); “A réplica de... e o vento levou” (1989); “Escravos na utopia anticolonialista” (1989); “A República de Palmares e o seu significado sociopolítico” (1995); “A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional” (1995); “Água mole em pedra dura tanto bate até que... (2001).

Entre os livros publicados, de Clovis Moura, destacam-se: Rebeliões da Senzala (1959); Espantinho na Feira: poesia (1961); Introdução ao pensamento de Euclides de Cunha (1964); Âncora no Planalto (1965); Sociologia de La Práxis (1976); O Preconceito de Cor de Literatura de Cordel (1976); O Negro: do bom

escravo ao mau cidadão (1977); Manequins Corcundas (1977); A Sociologia posta em questão (1978); Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro (1979); Diário da Guerrilha do Araguaia (1979); Os Quilombos e a Rebelião Negra (1981); Argila da Memória (1982); Brasil: as raízes do protesto negro (1983); Imprensa Negra (1984); O negro no mercado de trabalho (1986); História de João da Silva e dos diversos obstáculos que encontrou para sobreviver na “terra de amor e de fartura”, ou Cantoria em oito movimentos do homem carrascal (1986); Quilombo: resistência ao escravismo (1987); Sociologia do negro brasileiro (1988); História do negro brasileiro (1989); As Injustiças do Clio: o negro na historiografia brasileira (1990); Dialética radical do Brasil negro (1994); Bahia de todos homens (1997); Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST (2000); A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro (2003); Dicionário da Escravidão Negra no Brasil (2004).

Clóvis Moura utiliza o método dialético, buscando através de sua análise estabelecer uma interpretação mais concisa sobre a formação da sociedade brasileira. Para isso, toma como ponto de partida os quilombos e as inúmeras insurreições escravas ocorridas no Brasil desde o período colonial. Nesse sentido, “o conceito de luta de classes foi usado como chave para a interpretação desses movimentos, que representariam o processo mais agudo da luta de classes no tempo da escravidão” (MESQUITA, 2004, p. 341). Sendo o Brasil um país, de formação social inicial totalmente dependente do trabalho escravo, não foi difícil chegar à conclusão da grande contradição existente entre senhores x escravos, cuja violência se fez presente em todos os momentos da existência daquela ordem social.

As obras Rebeliões e Senzala (1959), Os quilombos e a revolução negra (1981); Brasil: as raízes do protesto negro (1983); Quilombos: resistência ao escravismo (1987); Sociologia do negro brasileiro (1988); As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira (1990) e Sociologia política da guerra camponesa de Canudos (2000), objetos de análise nesse capítulo, demonstram com clareza o esforço de Clóvis Moura ao apontar os vínculos entre exclusão social, “raça” e luta de classes no Brasil, focalizando tanto aspectos teóricos, como metodológicos e aqueles concentrados na análise histórica.

Os temas foram organizados em três eixos fundamentais: a) Dominação, imaginário e legitimação da desigualdade; b) Estratificação social, resistência negra mobilidade social; e c) História e transformação social: passado e futuro.

3.2 Dominação, imaginário e legitimação da desigualdade

Em várias de suas obras, Clovis Moura, além de descrever e analisar detalhadamente os processos materiais de dominação sobre os escravos, no período colonial e também no contexto da sociedade de classes em formação após o fim do estatuto colonial, dá especial relevo aos elementos relativos ao imaginário e às suas diferentes formas de representação, com vistas a possibilitar a compreensão do funcionamento de estruturas simbólicas favoráveis à estabilização social, econômica e política do país em suas diversas fases de desenvolvimento. A idéia central é aquela segundo a qual em cada momento específico de organização das relações materiais de produção as representações adquirem um importante papel no sentido de favorecer e dar sustentação às estruturas que legitimam e perpetuam a desigualdade.

Neste sentido, ao lado da análise dos processos materiais de dominação circunscritos em torno da polarização entre senhores e escravos no período colonial e dos processos relativos aos bloqueios estruturais para a ampla integração social de negros na sociedade de classes após a abolição da escravatura, as esferas cultural e política adquirem também um lugar privilegiado em suas análises. O racismo é visto por ele como um importante instrumento para a organização das representações que instituem fronteiras e marcos delimitadores dos espaços próprios aos agentes econômicos em sua luta pela manutenção de privilégios. Este é um dos elementos diferenciadores de suas análises, como veremos a seguir.

3.2.1 Dominação e trocas culturais assimétricas

Segundo Moura (1988, p. 46), “O culturalismo exclui a historicidade do contato, não retratando, por isso a situação histórico-cultural em que cada cultura se encontra nesse processo”. Nesse contexto, entende que há a sobreposição de uma cultura sobre a outra, fato que significa a existência de uma desigualdade social que

impulsiona aquele que domina a manter-se numa posição de superioridade, impondo a sua cultura segundo interesses pragmáticos.

Se analisarmos a estrutura social brasileira após a abolição, o negro percorreu vários caminhos em busca de melhores condições de sobrevivência, num contexto em que sua participação efetiva na sociedade foi dificultada após o fim da escravidão. Esta constatação leva-nos a concordar com o posicionamento de Moura (1988), segundo o qual “[...] a aculturação pode servir para dificultar, amortecer ou diferenciar o processo de mudança social”.

A diversidade cultural tem sido um marco na história do Brasil. Foram várias as influências recebidas mediante os diferentes povos que habitaram o território brasileiro e a influência africana tem sido vista por alguns estudiosos como necessária ao entendimento desse processo histórico. O processo de aculturação, embora inacabado e fragmentado pelas próprias práticas de resistência dos negros antes e após a abolição, não significou a abertura de canais reais de integração, mas apenas a integração funcional dos mesmos ao sistema produtivo, como salienta Moura (1988, p. 47): “[...] a aculturação não modifica as relações sociais e conseqüentemente as instituições fundamentais de uma estrutura social. Não modifica as relações de produção”.

Alguns autores negam o termo aculturação por entenderem que em sua base encontra-se a legitimação ideológica da inferiorização, como é o caso de Gerad Kubik (1982), que defende a igualdade das culturas e a inexistência de uma cultura fraca ou forte, afirmando que elas são “estruturas montadas”, construídas dentro de um sistema que mapeia o modo de vida de cada povo, de acordo com seus costumes, crenças e tradições. Daí adotar o termo “transculturação” para avaliar o entrecruzamento entre as culturas, desconstruindo o termo aculturação.

Entretanto, Moura (1988) faz algumas críticas a análise de Gerad Kubik, principalmente quanto à ausência de uma historicidade que revele a forma violenta como os grupos dominados foram tratados e submetidos pelos colonizadores. Para Moura, há o “desconhecimento da dialética por parte dos culturalistas” (Moura, 1988, p. 52), que certamente deixa lacunas que tendem a não ter uma sustentação legítima no campo científico.

O negro, com o fim da sociedade escravista mudou apenas o status de antigo cativo para a condição de homem livre, mas não se libertou do antagonismo latente

que se formou após a abolição. A classe dominante continuou a estabelecer critérios, de modo a neutralizar a inclusão dos negros em suas atividades cotidianas, de forma a continuar mantendo-os na condição de inferioridade, o que pode ser visto na passagem do escravismo para a condição de subalterno no capitalismo dependente que se desenvolveu no país.

Segundo Moura,

O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo que remanipula os símbolos escravistas contra o negro, procura apagar a sua memória histórica a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico (MOURA, 1983, p. 28).

Moura entende que revalorizar a história do negro desde o período escravista, é desmontar todo um cenário de negação de sua participação como responsável pelas mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil, pois tende a mostrar o “lado dinâmico da escravidão” (MOURA, 1983, p. 29). O negro, antes e pós abolição, foi atuante no processo social e político, lutando não só por seus ideais, mas por toda uma estrutura que compunha uma sociedade da qual fazia parte na condição de excluído. Entretanto o peso do que era e do que foi o impediu de ser reconhecido como parte integrante desse cenário.

A divisão social do trabalho desenvolvida no Brasil após a abolição, condicionou o negro a condições limitadas em que ocupa espaços não valorizados pelo branco, alimentado por uma ideologia segundo o interesse da classe dominante de que há uma democracia, que segundo Moura (1983, p. 31), nada mais é do que um “suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminadora, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro”.

O sincretismo religioso repõe, se analisarmos as relações interétnicas, nuances relacionadas à questão da inferioridade e superioridade no que tange aos cultos afro-brasileiros. Para valente (1955), é visível, dentro do sincretismo religioso, a diferenciação estabelecida entre o catolicismo, vista como religião superior e a fetichista, vista como religião inferior, daí o negro, por ser adepto à religião fetichista, ser representado como incapaz mentalmente de assimilar a curto prazo os conceitos do Cristianismo. Segundo Moura (1988, p. 39),

dentro inicialmente de uma estrutura escravista, o cristianismo entrava como parte importantíssima do aparelho ideológico de dominação e as religiões africanas eram elementos de resistência ideológica e social do

segmento dominado. Parece-nos que está justamente aqui a necessidade de se analisar a influência do conceito de sincretismo criticamente, pois ele inclui um julgamento de valor entre as religiões inferiores e superiores que, pelo menos no Brasil, reproduz a situação da estrutura social de dominadores e dominado.

Juana Elbein (1977) enuncia que a hierarquia entre as religiões se consolida a partir do momento em que os negros, vistos de maneira inferiorizada cultural, social e politicamente, são trazidos coercitivamente para o Brasil. Dentro dessa análise, constata-se que as religiões se desenvolvem dentro das perspectivas de cada grupo conforme suas crenças e tradições, dotadas de valores conforme a importância atribuída a cada segmento. A desconstrução dessa cultura passa a ocorrer à medida que os grupos dominados são vistos de forma inferiorizada, como é o caso do africano, que é arrancado de seu *habitat* natural e, ao pisar em solo brasileiro no início da colonização, passa a ser visto apenas como um “negro” e tem de se submeter aos desígnios do dominador, sendo atingido em seus princípios éticos, religiosos, políticos e culturais.

Nesse sentido, Moura (1988, p. 42) salienta que

o aparelho de dominação ideológica da religião católica dominadora continua atuando no sentido de fazer com que, via sincretismo, as religiões afro-brasileiras sejam incorporadas ao bojo do catolicismo e permaneçam assimiladas ao nível de catolicismo popular.

O objetivo é fazer com que os cultos afro-brasileiros, aos poucos, percam sua funcionalidade por não serem fortes suficientes para acompanhar “o ritmo assimilatório do nosso desenvolvimento social, cultural e religioso atrasando-se na história” (MOURA, 1988, p. 43). Segundo o autor “o catolicismo, fazia parte desse mecanismo de dominação não apenas no nível ideológico, mas também, em nível de participação estrutural no processo de escravização dessas populações” (MOURA, 1988, p. 44).

A força religiosa dos cultos afro-brasileiros vista em algumas de suas festividades confrontava-se com a liderança da igreja católica, que aos poucos foi buscando neutralizar esses rituais, qualificando-os de pagãos, como foi o caso da proibição da lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim em Salvador. Entretanto o mundo religioso negro já havia se manifestado no seio da sociedade branca, transformando, diante da fragilidade e do quadro de extrema pobreza, os seus

santos em curadores. Neste contexto, esses grupos passam a exercer um papel social de extrema relevância nos setores marginalizados e pauperizados, demonstrando-se “capaz(es) de neutralizar as forças de desintegração social que atuam contra eles” (MOURA, 1988, p. 127).

3.2.2 Representações negativas sobre os negros e fragmentação da consciência étnica

Clóvis Moura, em sua análise sobre o negro brasileiro, verifica que os estudos voltados à questão trazem em seu bojo, ainda, o preconceito “racial”, ou seja,

têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu (MOURA, 1988, p. 17).

A memória sobre a escravidão foi historiografada em diversos contextos, em que se falava do sistema que impunha ao negro a condição de submissão, das possíveis fugas, do cativeiro, da convivência na casa grande, dos maus tratos por parte dos senhores de escravos, etc. O panorama amplo sobre o curso de uma trajetória injusta que teve início no Brasil colonial foi objeto de muitas interpretações, mas, segundo Moura, apesar da exposição dos absurdos cometidos ou mesmo da contestação da situação, não se apontava uma solução para o problema.

Segundo Moura (1988), um exemplo claro pode ser visto em Nina Rodrigues, que em seus estudos sobre o negro demonstra ausência de interesse em se aprofundar na problemática, de modo a buscar resolvê-la apenas cientificamente, embora “seja incontestável em Nina Rodrigues que podemos situar o início da primeira tentativa sistemática de se compreender e interpretar o problema do negro no Brasil” (MOURA, 1983, p. 78).

Outros autores buscaram amenizar a situação da escravidão, colocando tal situação como harmoniosa, gerada por uma condição inferior, própria da “raça”, mas que teve a aceitação consensual por parte da sociedade “branca” de que a submissão dos negros era um elemento “natural” da estrutura social brasileira. Exemplo claro e já discutido é o mito do bom senhor pregado por Freyre, que

buscou camuflar uma realidade permeada de contradições, ignorando os conflitos existentes entre dois segmentos antagônicos elementares, quer sejam, entre senhores e escravos. Moura faz uma crítica severa ao autor da obra *Casa Grande e Senzala*, pela utilização de uma metodologia “altamente prejudicial à compreensão do processo da dinâmica social do Brasil escravista” (MOURA, 1983, p. 86).

O medo, apontado por Sílvio Romero em seus escritos, pode ter sido um dos fatores que impediram uma manifestação mais incisiva por parte de alguns estudiosos que tratavam da questão do negro. Segundo Romero (1953), mostrar interesse pela causa negra ou mesmo simpatia por ela, poderia gerar consequências de cunho negativo, em que aquele que se dispunha a questionar, poderia ser confundido com um descendente de “raça” considerada inferior.

O negro foi visto como um indivíduo (coisa), considerado inferior e pertencente a uma cultura diferente, que mobilizou toda uma estrutura economicamente rentável, em que o próprio Estado tinha uma participação ativa, fundamentada em uma legislação que protegia em todos os sentidos os donos de escravos. E é justamente sobre o prisma, ilógico, desse apoio, que os negros lutavam: o Estado se tornava o principal algoz dos negros, colocando-os na condição de seres social e biologicamente incapazes e reforçando, assim, o pensamento racista que dominava toda uma sociedade.

O processo de mudança, com o fim da escravidão, não interrompeu esse pensamento de dominação na estrutura social brasileira, vista por muitos pensadores sociais, ainda, de forma engessada. O negro esteve e continua à margem de uma sociedade estruturada em um autoritarismo que não permite uma transformação consciente no que tange ao processo de formação social que reconhece a contribuição efetiva de negros (e demais grupos marginalizados).

Pensadores como Oliveira Vianna (1949) entendem que o homem branco é responsável pelo progresso de nossa civilização, não atribuindo ao negro e ao índio nenhuma contribuição, pois são vistos como seres inferiores, chegando a defender as oligarquias, cuja ascendência dependia de um ajuste na sociedade, que só seria possível através de uma limpeza racial, defendendo as teorias racistas da necessidade de “arianizar” a sociedade brasileira.

Moura faz um contraponto entre a permanência da oligarquia defendida por Oliveira Viana e os senhores de engenho descritos por Freyre, cujos elementos

justificadores voltados para o privilégio da sociedade da época são os mesmos, em que há, “[...] a inferiorização social e racial do negro, segmentos mestiços e índios e a exaltação cultural e racial dos dominadores brancos” (MOURA, 1988, p. 25).

Há nesse pensamento a ideologia de um branqueamento atrelado ao processo de crescimento, ou seja, quanto mais branca a população, maior o desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, a inclusão de elementos étnicos “superiores” provocaria uma mudança positiva na estrutura social, política e econômica do Brasil.

Invertendo os termos dessa equação, Moura (1983, p. 16) afirma que

a população negra, no Brasil, até meados do século XIX era superior à branca. Para que a grande massa mulata (negra, portanto) não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para negros e pardos escravos, abria-se para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade, e, com isto, escamotear o fundamental que era justamente a contradição entre senhores e escravos.

Dentro de uma sociedade poliétnica como o Brasil, em que há o entrecruzamento de “raças”, o colonizador consolidou o constructo ideológico de superioridade que define a hegemonia da cor branca e a partir daí passa a utilizar concepções alienantes, colocando o negro em situação de inferioridade. O modelo ideal estabelecido no Brasil dentro de uma “escala cromática estabelecida” (MOURA, 1983, p. 16) deveria ser a branca ou que se aproximasse ao máximo desta.

O resultado repercutiu na própria identidade daqueles que tinham nas veias o sangue negro. O mulato, para se aproximar dessa escala cromática, tinha que ter um *status quo* definido, ou seja, deveria estar em plena ascensão social, o que o fez negar as suas origens para atingir o objetivo traçado pelo modelo branco. Segundo Moura (1983), isso causou uma desarticulação e fragmentou a consciência étnica desses grupos, empurrando os negros para a marginalidade, sendo estes discriminados pelos membros do próprio grupo, no caso os mestiços, que através de uma política de “peneiramento”, consegue provocar o isolamento inter-grupos. Apesar de estarem submetidos a permanentes cisões, antagonismos e a diferentes modos de instrumentalização política, os negros demonstraram, ao longo da história do Brasil, uma enorme capacidade de resistência contra a subalternidade, principalmente se for levada em consideração que a sua luta se dava num cenário

que se desenrolava também no plano das ideias e representações. A própria literatura nacional dá mostras, como veremos a seguir, de como os estereótipos eram construídos e como serviam para demarcar fronteiras balizadas pelo significado da cor na sociedade brasileira. Saliente-se que não estamos, neste caso, diante de ideias expressas por homens comuns, mas por cidadãos letrados, formados nas mais importantes instituições acadêmicas do país ou do exterior.

3.2.3 Estereótipos sobre os negros na literatura brasileira

O preconceito “racial” ainda está longe de ser definitivamente eliminado. A classe social dominante é obrigada a suportar a ascensão do negro pela posição que ocupa, é o interesse econômico que faz surgir a aceitação de conviver com o diferente.

Minha avó, ela diz que quer casar de novo: casar com um francês para clarear a família. Quando a gente (as netas) está namorando, ela pergunta se é preto ou branco. Diz que tem que clarear a família. O clarear não é só a questão de pele, porque o negro é símbolo de miséria, de fome. De repente, clarear é também a ascensão econômica e social. Se um cara negro que tenha condição econômica e social boa, tudo bem. Tem um lance de cor, mas no sentido de que cor (preta) lembra miséria (SOUZA, 1983, p. 28).

Esse conto narrado pelo autor lembra bem a forma de pensar da maioria do povo brasileiro, quando a questão está atrelada à cor. Se fizermos uma análise minuciosa da literatura brasileira, veremos que a maioria dos escritos estão sempre relacionados ao grupo social do qual o indivíduo faz parte, e neste contexto, os autores retratam seus personagens “negros” mediante as experiências vividas e a própria imposição contida nos anseios da coletividade.

Segundo Roger Bastide (1973, p. 115),

quando um mulato como Machado de Assis evita, parece que sistematicamente, o uso da palavra *mulato* em seus romances ou em seus contos, não temendo entretanto empregar o termo negro ou falar de negros, mostra bem que é antes no sentido de cor do que raça que precisamos buscar no Brasil os estereótipos. Por outro lado as reações contra os estereótipos desfavoráveis (a fabricação de imagens favoráveis ao negro), principalmente carregadas de paixão, provam indiretamente a profundidade a que atingiram os estereótipos no meio social, havendo possibilidade destas imagens terem como ponto de partida os próprios estereótipos para invertê-los, apresentando como qualidade o que os outros julgam defeitos, - constituindo como que os “negativos” desses estereótipos.

Os estereótipos se apresentam na maioria das vezes de forma negativa e está atrelado a um julgamento de valor. O negro forte, robusto, assemelha-se a uma condição atrelada ao trabalhado pesado, às escravas de corpos perfeitos, lábios carnudos e indicadores de um oásis de prazeres.

Em seus romances, Bernardo Guimarães traz uma lista de estereótipos amplamente negativos, através dos quais o negro é tido como feio, mas a mulata, por se aproximar da cor branca, passa a ser bela. Define o negro em dois estágios, o ruim e o bom, sendo este último qualificado nessa dimensão por ser fiel ao seu senhor, ou seja, aponta a submissão do negro que fará tudo por seu senhor, pois este é “benevolente”. O negro é tido como supersticioso e adepto à feitiçaria, o que o torna perigoso e as negras dotadas de sensualidade são adeptas ao vício e a luxúria. Mas o multado, este do sexo masculino, é tido como não confiável e capaz de qualquer coisa para se “dar bem”, afinal ele traz a gota maculada de sangue negro.

Alguns romancistas, como Machado de Assis, colocam o negro como um companheiro, ao lado do seu senhor, durante o decorrer de sua vida, mas não desconhece os traços de perversidades típicas da “raça” negra. Mas é no naturalismo que a depreciação do negro chega à sua forma mais absurda. Em *A Carne* de Júlio Ribeiro (BASTIDE, 1973, p. 125), “o negro é a canalha, a plebe imunda do Brasil, a última expressão do rebaixamento humano, da covardia animal, e a negra é a grande tentação carnal, o poço sombrio da volúpia bestial”.

Clóvis Moura, ao escrever *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976), mostra o quanto os personagens negros são inferiorizados, fortalecendo cada vez mais os estereótipos (negativos) que os colocam em situações vexatórias ao ponto de personificá-los com o próprio diabo. Para Moura (1988), a literatura romântica brasileira, traz em seu bojo, na primeira fase, a exaltação ao branco, e mesmo ao índio, em toda sua plenitude e a negação do negro em todo o seu esplendor.

Com Castro Alves, o negro, em seus poemas, passa a ser valorizado como ser pensante, que luta por seus ideais, que traz em sua cultura a dignidade de um povo que defende sua “raça”. Entretanto, para Moura,

A consciência crítica de nossos intelectuais em relação ao problema étnico do Brasil em geral, e do negro, no particular, ainda não se cristalizou em nível de uma reformulação das categorias ideológicas e estéticas com as

quais manipulam a sua imaginação. Ainda são muito europeus, brancos, o que vale dizer ideologicamente colonizados (MOURA, 1988, p. 118).

A música popular brasileira também traz consigo um comportamento racista. Se analisarmos, por exemplo, a música “Fricote” de Luis Caldas,

Nega do cabelo duro
Que não gosta de pentear
Quando passa na baixa do tubo
O negão começa a gritar
Pega ela aí
pega ela aí
Pra que ?
Pra passar batom
De que cor?
De violeta
Na boca e na bochecha

há uma depreciação da mulher negra, no seu padrão de beleza e uma violação na herança histórico-cultural e biológica, com a qual se pretende ocultar a própria identidade do indivíduo.

O Brasil, tido como uma democracia “racial”, mostra cada vez mais sua cara quanto ao preconceito “racial”. Os estereótipos estão presentes em cada canto do país, seja nas brincadeiras que de certa maneira revelam a força do preconceito, seja nos elogios (que de forma indireta) mostram a depreciação de uma “raça”, seja na ascensão do negro, que ameaça cada vez mais o controle do homem branco na estrutura social, política e econômica.

Dizer que a sociedade brasileira reconhece o negro em toda a sua dimensão, respeitando-o como parte integrante do sistema, é por vezes utópica. Nas decisões que pesam na escolha entre brancos e negros, não é a racionalidade de pensar corretamente que define a escolha, mas a amostragem da cor que se apresenta.

Para Clóvis Moura (1983, p. 43), “[...] nota-se na juventude negra atual uma vontade de reencontrar a dignidade negra que se conjugará à dignidade de todos aqueles que criaram a riqueza nacional, porém que, por uma série de razões, atualmente estão marginalizados”.

3.3 Estratificação social, resistência negra e mobilidade social

Na formação histórica do Brasil, as diferenças “raciais” exerceram papéis preponderantes, em que o colonizador, assumindo explicitamente a condição diferenciadora de “branco”, ao ditar as regras do jogo, subjugou o negro e o reduziu

à condição essencialista de escravo e subalterno. A história, no entanto, está permeada pela luta permanente e pela organização dos negros em prol de sua liberdade, desmistificando, ao longo de sua trajetória, a passividade diante do cativo. Eles reagiram coletivamente, repudiando a escravidão e organizando-se de diferentes modos pelo fim do regime que os submeteu durante três séculos.

Com o fim da escravidão, o negro, historicamente oprimido desde a fundação colonial do Brasil, tornou-se reiterada vítima do preconceito e foi marginalizado social, econômica e politicamente. Como partícipe da sociedade de classes, esteve e continua ainda em condição de desvantagem, tendo muitas das vezes, para sobreviver, que internalizar os valores da sociedade excludente para conquistar o direito à mobilidade social. Somente nas últimas décadas, e neste sentido, não se pode excluir o papel organizador do próprio pensamento de Clovis Moura, é que o movimento negro ganhou uma nova forma de atuação, de modo a se erigir como um grupo específico, em sua luta contra os vários sistemas de exclusão a que estiveram e ainda estão expostos os afro-descendentes.

3.3.1 O negro na sociedade de classes

Clovis Moura, em seus estudos, parte do princípio de que durante o modo de produção escravista implantado no Brasil a polarização de interesses se dava fundamentalmente entre senhores e escravos. Para o autor, o negro já entrou no Brasil com sua marca registrada, a de escravo, e não conseguiu apagar essa marca, mesmo na condição de ex-escravo, o que desembocou no preconceito “racial” que persiste até os dias de hoje.

O negro na sociedade de classes ainda é visto de modo diferenciado, ou seja, a classe dominante já estruturada dentro de seu espaço estabelecem limites, estes no caso brasileiro, dentro de seus padrões de valores rejeitam esse grupo. Nesse contexto, Moura (1988, p. 116), explica que há uma diferença entre grupo diferenciado e grupo específico de tal forma que, “[...] o grupo diferenciado [...] é identificado. O grupo específico, por seu turno, se identifica”.

Para entendermos melhor, o negro, ao longo de sua história, viu-se diferenciado por uma sociedade racista que não era receptiva à idéia de sua inclusão e por isso se utilizou do mecanismo diferenciador. Uma vez consciente

dessa situação, de grupo diferenciado, o negro subverte o processo de negação, passando a construir-se como um grupo específico. Enquanto o caráter diferenciador coloca o poder de definição nas mãos da elite dominante, a construção enquanto grupo específico resulta da apropriação do poder de autodefinir-se:

A formação desses grupos específicos numa sociedade competitiva nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos. Acontece que certos grupos ou segmentos em algumas sociedades se situam inferiorizados cumulativamente por uma determinada marca discriminatória e pela situação de inferioridade socioeconômica que os diferencia perante a sociedade global de acordo com os seus padrões de superioridade. É o caso do negro brasileiro (MOURA, 1988, p. 116).

Nesse caso, o negro procura abandonar o processo de nomeação diferenciadora e excludente de modo a se auto-afirmar a partir da gramática de seus próprios valores, organizando-se de forma específica. Moura (1988) adverte quanto ao cuidado que se deve ter no estudo desses grupos, visto que é preciso compreender bem o que distingue grupos diferenciados de grupos específicos, em torno dos quais se confrontam com ideologias e interesses contraditórios.

O negro ainda não ascendeu de forma abrangente em todas as esferas da sociedade brasileira. No entanto, podemos encontrar alguns grupos específicos, como no campo religioso (rituais africanos), por exemplo, visto por Moura (1988) como um espaço no qual os grupos negros se identificam e se reconhecem, organizando-se a partir de seus próprios valores.

Outros exemplos são fornecidos por Moura. A Frente Negra, por exemplo, fundada em 1931, é outro exemplo de como um grupo específico se organizou e conseguiu penetrar nas estruturas institucionais, ao ponto de transformar-se em partido político, embora tenha sido desarticulado em 1936, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas.

Outro grupo específico, cuja valorização do negro é temporária é a escola de samba, que nasce no morro e é formada preponderantemente por negros, mas que são exaltados pelos brancos no carnaval. Moura, em seu livro “Brasil: as raízes do protesto negro” detalha a funcionalidade das escolas de samba de São Paulo durante todo o ano, tidas “[...] como respiradouros culturais e sociais do negro paulista” (MOURA, 1983, p. 60).

Segundo Moura (1983, p. 72), as várias organizações que se formaram em São Paulo “[...] se articularam em uma série de atividades culturais, sociais e recreativas, tomando, de vez em quando, posições políticas contra o preconceito da cor”. Somente em 1978, após alguns acontecimentos discriminatórios que causaram a morte por tortura de um trabalhador, a expulsão de atletas de um time de futebol e o assassinato de um operário, todos negros, tendo essas mortes partidas do aparato policial da capital é que,

as entidades Jornal Afro-Latino-América, Grupos de Artistas Negros, Associação Brasil Jovem, Grupos de Atletas Negros, jornal “Abertura” e Afro-Latino-América do Rio de Janeiro, lançaram uma carta convocatória para o Ato Público de protesto. O seu texto era muito claro: “Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento do negro, destrói a sua alma e a sua capacidade de realização como ser humano (Idem, *Ibidem*).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial nasce no decorrer do ato público. Era o momento de dizer não à violência da polícia que agredia e perseguia indiscriminadamente pobres e negros. Desse ato público participou como um dos oradores Clóvis Moura, representando o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas.

3.3.2 A sociologia política da guerra camponesa de canudos

O acontecimento trágico de canudos traz um dos episódios mais tristes da história social do Brasil, em que uma comunidade camponesa travou uma luta inglória com a elite dominante pelo acesso a terra, refletindo bem “o grau de antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada, na época” (MOURA, 1983, p. 130).

O messianismo, segundo Moura (1983, p. 132), “representava uma tentativa de mudança social”. Para o autor, o movimento de canudos foi visto pelas autoridades de forma preconceituosa, já que, por ser mestiço, o seu líder Antônio Conselheiro foi classificado como desequilibrado e todos os camponeses igualmente qualificados como loucos.

Para sustentar a ideologia que enquadra o movimento messiânico como um movimento retrógrado, criou-se um conceito de movimento social que só deveria ser reconhecido politicamente se seguisse uma linha de ação nos moldes dos

postulados da Revolução Francesa, o que seria impossível para o líder de Canudos, tido como desprovido de raciocínio lógico para traçar um plano de ação que desse suporte e credibilidade política às suas reivindicações. O que restava era a clandestinidade e a força de uma comunidade contra a máquina administrativa repressora. O conceito de movimento social pré-político estabelecido por Hobsbawm é duramente criticado por Moura (2000, p.24), que o vê como eurocêntrico e elitista em seu modo de analisar e interpretar a dinâmica social. E justifica sua crítica, no sentido de que quando se propõe mudanças sociais, não se pode descaracterizar o seu sentido político, mesmo que não haja por parte de seus integrantes uma consciência plena desse sentido.

O conceito de messianismo, na concepção weberiana, é contestado por Moura, no sentido de que deve ser acompanhado

[...] de uma análise dialética (estrutural) das relações sociais fundamentais (relações de produção), descobrindo-se, assim, o projeto social que cada um representa no processo de mudança social, as causas que os determinaram e, em consequência, a direção que adquiriram no sentido de solucionar os problemas das classes exploradas e/ou excluídas que deles participaram ou colocá-las sob o controle das classes exploradora (MOURA, 1983, p. 134).

Canudos, dentro de sua estrutura sociopolítica, se desenvolveu de forma satisfatória, mediante uma economia comunitária que atendia as expectativas de todos. Dentro de suas relações sociais e na distribuição da produção, superava os latifundiários das demais regiões, o que provocou uma animosidade ao ponto de buscarem sua destruição.

Moura mostra a contradição existente entre estes dois grupos, em que uma comunidade desprovida tecnologicamente de recursos se organiza e consegue, mediante a parceria, suprir as necessidades de seus membros, enquanto que o outro, tecnologicamente avançado, se organiza isoladamente, utilizando meios coercitivos na exploração do trabalho em que apenas um lado é beneficiado. É justamente essa análise, de “inversão de valores”, que deixou de ser feita corretamente e que faz com que haja uma dificuldade de “apresentar a guerra civil de Canudos como política” (MOURA, 2000, p. 49).

Quanto a sua aniquilação, Canudos era comandada por um monarquista e isso representava um perigo para a recém fundada República, eis a justificativa para o massacre. A quem a derrota de Canudos favorecia? Com certeza a classe

dominante em todos os seus segmentos. Viram em canudos todo o atraso, todo o fanatismo, toda a loucura, mas esqueceram de olhar que o espetáculo deprimente e a carnificina que instauraram representava toda a brutalidade e irracionalidade de um grupo que se autodenominava são.

Canudos representa, para Moura, a possibilidade de um caminho alternativo quanto ao problema da terra. Entra no contexto histórico como um movimento que buscou excluir os níveis de exploração que sustenta o embrionário modelo capitalista e se estruturando na direção de uma comunidade igualitária.

A história de canudos foi relatada por Euclides da Cunha, que no afã dos acontecimentos era colaborador de *O Estado de São Paulo*, sendo escalado como correspondente de guerra para cobrir os acontecimentos. Essa sua vivência como correspondente, fez com que colhesse material suficiente para escrever a obra *Os Sertões*.

Nessa época, grande parte da elite cultural brasileira estava ideologicamente impregnada de conteúdos decorrentes da ciência racista produzida na Europa, a tal ponto de entenderem que quanto maior a dosagem de sangue branco na população mais civilizada esta tenderia a ficar, atribuindo o subdesenvolvimento em que se encontrava a sociedade ao elemento negro. Euclides da Cunha comungava deste pensamento de tal modo que

montou o seu esquema teórico e através dele tentou traçar um retrato dos problemas brasileiros. Foi nessa conjuntura de pensamento interessado em explicar o nosso atraso e o nosso processo de subordinação às metrópoles colonizadoras pela presença de “raças inferiores” que ele elaborou o seu livro (MOURA, 1990, p. 185).

Euclides da Cunha se mostrou em toda a obra enredado em ideologias racistas, refletindo nela a suposta inferioridade de uma “raça”. O negro, por ser negro, é visto como débil e incapaz de atos coerentes e o mestiço, como um desequilibrado e, esse pensamento como dito antes, vai ser acompanhado por alguns de seus contemporâneos e refutado por outros. Silvio Romero, por exemplo, deixa claro que “não há sofismas que possam esconder a diferença originária e a desigualdade das raças, por mais que se exaspere a gentalha interessada em negar” (ROMERO *apud* MOURA, 1990, p. 186). Clóvis Moura (1990) identifica esses posicionamentos como frutos do próprio desenvolvimento das ciências, que provocaram teorias alienantes.

Euclides da Cunha condenou de todas as formas os levantes do negro no processo de busca pela própria libertação, apoiando as investidas cruéis da máquina administrativa como fato natural e louvável. Segundo ele (1954), “o escravo negro tem, portanto, um duplo estigma: de ser escravo e ser negro, raça inferior”.

Para Clóvis Moura (1990), a incompreensão de Euclides da Cunha quanto ao processo social revolucionário estava atrelada ao fato de ele a abolição como um “processo histórico-natural” (MOURA, 1990, p. 190). O negro foi totalmente ignorado “enquanto agente dinamizador do movimento” (Idem, p. 194) por Euclides da Cunha, em os Sertões, por não aceitar a possibilidade daquela gente sertaneja por ele idealizada ter recebido influência da cultura negra. Atribuiu a Antônio Conselheiro, enquanto líder do movimento, a pecha de “louco” e de psicologicamente afetado pela própria etnia (mestiço).

A destruição de canudos não pôs fim à luta pela terra e novos movimentos messiânicos começaram a surgir, como o movimento de Contestado (1912-1916); o movimento de Formoso (1948-1964), que por ter sua proposta política bem definida sai da categoria de messiânico, entre outros, que embora tenham tido seus planos interrompidos violentamente pela negação de uma elite que não admitia perder o controle sobre a terra, foram comunidades que enfrentaram a máquina administrativa opressora em busca de mudanças, quanto à estrutura latifundiária vigente.

Dentro deste contexto podemos citar outro movimento cujo comportamento o diferenciou dos anteriormente citados. Segundo Moura (2000), As Ligas Camponesas surgem com a finalidade de fazer valer os direitos inerentes ao homem do campo já positivados na norma vigente, caracterizando-se como um movimento reformista. Entretanto, a repressão que levou à sua extinção e, conseqüentemente, a morte de milhares de camponeses, deixava evidente a fragilidade do setor camponês frente às contradições latentes da sociedade brasileira.

A ditadura militar provocou o terror no campo e conseqüentemente o êxodo de muitos camponeses à procura de melhores condições. Influenciados com a promessa de terras fartas, muitos partiram para colonizar a região amazônica, mas a contradição na luta de classes logo ressurgiu. Os fazendeiros e empresas, através de incentivos fiscais, passaram a comprar títulos de terra na região, que já estavam

ocupadas pelos posseiros, que por sua vez não possuíam o título de propriedade e o resultado foi o confronto entre posseiros, fazendeiros e empresas.

É nesse cenário que surge outro movimento social, denominado de Movimento Sem Terra, considerado “a mais representativa e organizada corrente social e política na dinâmica da sociedade brasileira” (MOURA, 2000, p. 133), que tem como proposta não apenas solucionar o problema dos “sem terra”, mas provocar uma mudança na agricultura brasileira de modo a beneficiar todos os trabalhadores rurais por meio da Reforma Agrária.

Moura (2000) analisa esse movimento dentro de sua dinâmica política, contrapondo-o ao movimento sindical que perdeu sua identidade e função a partir do momento em que se deixou levar pelo oportunismo eleitoral. Entende que a força desse movimento está justamente nessa articulação independente, considerada inovadora na vida política, que adquiriu confiabilidade perante a opinião pública, mas que pode perdê-la se deixar-se influenciar pelas lideranças oportunistas de determinados partidos, transformando-se “em mais uma frustração política do povo” (MOURA, 2000, p. 145).

3.3.3 Resistência e mobilidade social de negros

A sociedade colonial era bem definida, formada por dois segmentos marcados por intensa desigualdade social, os quais, segundo Moura (1989), “se chocavam [...] pela contradição básica que determinava os níveis de conflitos”. Os escravos, como forma de reagirem à situação opressora que lhes eram impostas, buscaram diferentes formas de resistência na luta contra o escravismo. Por outro lado, os senhores, para garantir a estabilidade da ordem que garantia os próprios privilégios, acenderam a chama da inferioridade de uma “raça”, tendo como parâmetro a cor, para justificar e legitimar a sua dominação.

Uma das formas de resistência, já comentadas neste trabalho, foi o quilombo, considerada “a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 1989, p. 14). Extremamente organizados, causaram estes temores aos senhores, que buscaram destruí-los a todo custo. As permanentes rebeliões constituem, para Moura, diferentemente de vários intérpretes que minimizam a força transformadora dos

negros, elementos cruciais para o desencadeamento de mudanças futuras na estrutura da sociedade escravista e que levariam à sua derrocada.

Dentro de sua estrutura política, os quilombos possuíam governantes que tinha como objetivo manter a ordem e a harmonia da comunidade. A economia e a proteção da comunidade contra ataques externos eram a grande preocupação. Com isso, formaram uma sociedade alternativa, formada por homens livres, que tinham obrigações e deveres, sendo respeitadas as regras impostas pela comunidade, sem atingir sua dignidade como ser humano.

Segundo Clóvis Moura (1989, p. 37),

o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas.

O quilombo representou a negação do estado de barbárie que o homem branco implantou para satisfazer suas pretensões. Dentro de sua estrutura, os quilombos desenvolveram uma economia familiar livre, em que cada família produzia para seu sustento e o excedente era destinado ao coletivo, como forma de contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento do sistema. Totalmente inverso ao sistema escravista, que se mantinha operante a partir do monopólio da riqueza e da exclusão daqueles que contribuía para a sua produção, nos quilombos a comunidade conseguia atingir níveis de produção satisfatórios, em que toda uma comunidade era beneficiada pelos frutos do trabalho coletivo:

Com o aumento progressivo da população (nesse caso, estamos falando do quilombo de Palmares), sua diversificação maior em vários segmentos que a compunham, essa economia simples foi paulatinamente substituída pela agricultura intensiva, mas diversificada, ficando apenas como atividade complementar seu setor recoletor e mesmo artesanal (MOURA, 1989, p.50).

A experiência agrícola advinda das fazendas e o conhecimento trazido da África na utilização da técnica de regadio e colheita permitiram uma economia voltada para a agricultura. Contrapondo-se ao sistema escravista, a participação do negro na economia brasileira tem início a partir do momento em que lhe é imposta a condição de escravo, sendo arrancado de sua terra natal para servir ao europeu, cujo trabalho foi fundamental no processo de dinamização do sistema econômico.

As lavouras, o roçado, a mineração, entre outros tipos de atividades, realizadas de forma precária, quando se trata da condição humana para o exercício da labuta, foi árdua, sem nenhum respeito, já que o escravo era semelhante a coisa e como tal deveria ser tratado com desprezo, mas não se pode negar que sem a participação efetiva desses homens seria impossível alcançar o que se pretendia.

Explorado enquanto mera força de trabalho, o negro só era visto como força física pelo branco, cujo objetivo era fortalecer a economia nos setores dinâmicos, nas várias fases de suas atividades. Os negros foram considerados mercadoria, passando a fazer parte de um comércio lucrativo em que as transações de compra e venda eram comuns e fonte de enriquecimento. Marginalizado e inferiorizado, o negro demonstrou, no entanto, ser mais do que mera força física: ele lutou pela liberdade e “contribuiu para a exploração populacional do país, tornando-o um país miscigenado onde já não se percebe mais os descendentes de colonizadores assim dando uma cor marrom as gerações” (BENÍCIO, 2011, p. 56).

Moura (1989) teoriza o preconceito “racial” a partir das desigualdades sociais entre brancos e negros e a importância deste último no processo de transformação social, colocando-o como agente participativo deste sistema. Mesmo sendo tratado como coisa, sua atuação no processo de desenvolvimento econômico foi decisivo. Como peça fundamental desta engrenagem, não só contribuiu com sua força de trabalho para o acúmulo de riquezas, mas sua história está contida na formação da nação brasileira.

Segundo o autor, o negro participou do cenário político, social e econômico do Brasil em vários momentos determinantes de sua história:

Nas lutas pela expulsão dos holandeses, nas lutas pela independência e a sua consolidação, na revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, como a cabanagem, no Pará, no Movimento Cabano, em Alagoas [...]. Também na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana [...]. Após o fim da escravidão e do Império o negro se incorpora aos movimentos da plebe, como em canudos, na Comunidade do Beato Lourenço e, mais destacadamente, na revolta de João Cândido (MOURA, 1989, p. 39).

Não resta dúvidas sobre a capacidade do negro no processo de transformação social, econômico e político que mapeou todo o cenário da história da nação brasileira, em que uma etnia, a negra, explorada e desrespeitada, foi capaz de reagir à negação que lhe foi imposta. Ser negro no Brasil, no contexto de

ideologias e comportamentos de uma classe branca que se considera dominante é um desafio diário. É a busca pelo resgate de uma história que durante muito tempo se buscou ocultar. O negro foi subordinado aos anseios de uma classe considerada superior e que trazia expectativas sob a base de incerteza, inferioridade e submissão com relação a uma raça diferenciada pela cor, cujo tratamento fugia dos padrões de normalidade.

Segundo Souza (1983, p. 20), o Brasil define raça “em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem de valores culturais”, daí o porquê da grande desigualdade social.

Dizer que o negro conquistou seu espaço, mesmo diante das estatísticas apresentadas, em que a população pobre em sua grande maioria é composta por negros, não é uma utopia. A ascensão surge como prova de sua capacidade e possibilidade de sair da marginalidade social, em que muitos ainda se encontram para galgar espaços até antes reprimidos, em que o negro estava aprisionado pelo próprio anseio de lutar, curvando-se diante de uma sociedade altamente preconceituosa.

Apesar de sua ascensão ter sido galgada na própria negação da cor, se assemelhando ao branco para conquistar espaço, houve, de certa forma um resultado positivo, pois transpôs a barreira do comportamento ambíguo de uma sociedade mascarada pelo interesse e corporativismo. Neste sentido, mesmo a todo o momento sendo colocado à prova, pois ainda se busca fragmentar sua posição e identidade dentro do grupo, cumpre o seu papel social ciente de que no Brasil ainda se usa o critério de que quanto mais branco maior a possibilidade de êxito.

Para Souza,

A história da ascensão social do Negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1983, p. 32).

Embora na sua base tenha havido a necessidade de se afirmar dessa maneira, contrapondo a expectativa de autonomia de um povo frente a sua cultura, o negro não perdeu suas raízes, buscou adaptar-se a um momento para chegar a um

determinado fim, entrando em conformidade com o que naquele momento se adequava à sua realidade.

A capacidade de resistência dos negros fica evidente não apenas no bojo de uma sociedade juridicamente cindida, como a colonial, mas no contexto das disputas por espaço num mercado de trabalho altamente racializado, após a abolição, cujas práticas são refratadas por um quadro social determinado por representações altamente negativas, que se espraiam por todo o conjunto da sociedade brasileira. Não causa espanto, pois, que muitos afro-descendentes tenham procurado, nesses espaços racializados, afirmarem-se em sua luta por integração social, valendo-se das regras dominantes e que davam mais oportunidades àqueles que se pautavam pelas estratégias ofuscadoras de suas raízes. A própria literatura nacional dá mostras, como veremos a seguir, de como os estereótipos eram construídos e como serviam para demarcar fronteiras balizadas pelo significado da cor na sociedade brasileira.

3.4 História e transformação social: passado e futuro

A valorização do negro em sua luta contra o cativo e sua contribuição no processo de transformação que o tirou da condição de escravo é vista e revista na obra de Clóvis Moura. Através de suas pesquisas voltadas para o campo histórico-sociológico buscou entender a situação do negro antes e depois do sistema escravista, apoiando-se “nos fatos pretéritos (que lhes proporcionaria) desvelhar melhor as iniquidades de que era vítima o negro no tempo presente, [procurando] pensar o passado dialogando com o presente e vice-versa” (MESQUITA, 2004, p. 341).

Os antagonismos presente na formação do Estado brasileiro lhes permitiu enxergar uma sociedade composta de negros e mulatos em sua maioria, cujas condições de desigualdades conduzia essas camadas sociais a um nível de pobreza e exclusão social em ascendência constante, colocando-os no campo da marginalidade. Dentro desse diagnóstico, Moura traça um paralelo entre o quantitativo de brancos e negros, tomando por base o processo de exclusão social atrelada a luta de classes. Com isso, identifica o racismo enquanto realidade “sócio político e cultural do país”.

Moura propõe como forma de desmarcar o racismo ainda existe na sociedade de classes, a iniciativa da própria sociedade em denunciar os que praticam a intolerância da cor como forma de decadência da humanidade. O resultado dessa prática consciente poderia surtir efeito positivo a ponto de pressionar o Estado a tomar medidas urgentes através de políticas públicas efetivamente atuantes. Como solução possível para esse problema nacional, sugeriu

o resgate pleno dos direitos humanos, civis, sociais [...] (intensificando) a busca da dignidade perdida [...] era uma proposta para fazer a “recomposição do mundo”, que para ele só poderia acontecer nos moldes diferentes do capitalismo (MESQUISTA, 2004, p. 352).

O socialismo, segundo Moura, seria a chave que permitiria o fim da desigualdade social e a conseqüente extinção do preconceito racial. Em seus estudos, cuja análise esteve voltada para o passado em consonância com o presente acreditava em uma revolução que ocorreria a longo prazo, vinda esta da base periférica do capitalismo, ou seja, do levante da classe pobre, oprimida, marginalizada socialmente e racialmente. Essa massa popular, conscientes de seus propósitos, formados por negros é que faria a revolução.

O capitalismo era visto por Moura como um instrumento gerador de desigualdades sociais e para tanto deveria ser eliminado. Acreditava na força que essa camadas populares possuíam, de tal maneira que aos poucos tomariam consciência da necessidade de fato e de direito, de ocuparem seu espaço frente a dominação alienante que os reduzia a condições insignificantes. Embora acreditasse em uma revolução a passos lentos devido a força do capitalismo e a “eficácia de suas ideologias”, os diversos levantes ocorridos através dos movimentos sociais, já sinalizavam que a revolução seria uma questão de tempo.

3.4.1 O negro como agente dinamizador do processo histórico

O regime escravista no Brasil se desenvolveu dentro de uma perspectiva baseada nas relações de produção em que o agente principal – o negro – foi a força motriz que deu impulso a todo esse processo, constituindo com isso, a mola propulsora que elevou o setor agrário economicamente, transformando a terra em fonte de lucro e poder.

Ao reagir aos maus tratos, os negros eram tidos como verdadeiras bestas humanas que agiam pelo instinto e como tal deveriam ser tratados. Considerados incapazes de se organizarem e de montarem uma estrutura própria capaz de direcionar o próprio destino, foram subestimados pelos brancos, ignorados, ridicularizados e hostilizados. Durante muito tempo a história se omitiu em dar a esses homens e mulheres o seu real valor e reconhecer a sua efetiva participação no processo de transformação de uma sociedade erigida sob a égide da escravidão.

A obra *Os Quilombos e a Rebelião Negra*, publicada em 1981, retrata a negatividade do negro quanto à sua condição servil e as mudanças que buscaram para se enquadrarem dentro de um sistema do qual também faziam parte, desmistificando a impotência e a incapacidade que lhe foram atribuídas ao longo da história.

O Quilombo dos Palmares, exemplo aqui a ser analisado, dentre tantos outros que se formaram ao longo de todo o território brasileiro, chegou a reunir cerca de vinte mil habitantes. Sua organização demonstrou não ser apenas defensiva, pois chegavam a manter contatos com escravos cativos e vários segmentos da sociedade que viviam sobre a opressão do sistema escravista, como pequenos proprietários, agricultores, comerciantes, mascates etc., sendo esses contatos de importância vital para a continuidade de suas lutas.

O quilombo constituiu-se, segundo Clóvis Moura (1986, p. 31), “[...] em polo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamentos e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão”. O crescimento do Quilombo dos Palmares se deu sobretudo pelas condições favoráveis de sua localização, solo, organização, diversidade de seus habitantes com relação a vários ofícios e de uma estrutura sólida que lhe possibilitou a formação de uma comunidade com forma de governo bem definida, o que demonstra o senso crítico e a percepção de liderança desses grupos.

Segundo Clóvis Moura (1986, p. 39-40),

a abundância de mão-de-obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social haviam aumentado extraordinariamente a produção. O superproduto social se tornara abundante. Depois de alimentada a população, atendidos os gastos coletivos e guardadas em celeiros as quantidades destinadas às épocas de más colheitas, guerras e festividades, ainda sobrava algo para trocar por produtos essenciais das povoações luso-brasileiras. O caráter

nitidamente antieconômico do sistema escravista é ilustrado por esse contraste entre o rendimento do trabalho do negro quando livre e quando escravo.

Verifica-se nessa contradição que o trabalho forçado e as más condições de vida do escravo faziam com que os mesmos produzissem de maneira não satisfatória. Palmares é exemplo de que eles, considerados incapazes de pensar e de se articularem, implantavam uma economia que superava a do sistema escravista.

As ameaças constantes de invasão fizeram com que os quilombolas se articulassem militarmente e novamente aqui fica registrada a importância de seus habitantes, que contribuíam para o progresso da comunidade. Com o auxílio de um mouro que vivia entre eles, construíram fortificações, montaram um sistema defensivo de modo a dificultar as investidas do exército. Tudo era pensado e articulado em conjunto, dentro de um esquema de organização racional e precisão técnica.

Embora o Quilombo dos Palmares tenha tombado depois de 65 anos de luta, fica evidente o poder de organização e resistência militar dos negros, que abalaram as estruturas do poderio colonial. Não há como compactuar com a ideia de passividade do negro à condição que lhe foi imposta pela escravidão, por isso, não só os quilombos representavam a reação contrária ao sistema, como as revoltas urbanas, principalmente as que ocorreram em 1835. As insurreições ocorridas desde 1807 foram marcadas por violência e muito derramamento de sangue. Embora em todas elas a máquina estatal tenha saído vitoriosa, não se pode negar que o desgaste abalou as estruturas e estas fatalmente contribuíram para a futura dissolução do sistema escravista. O negro, com certeza, deixava claro a cada investida, que tinha condições de reagir e se sobrepor à estrutura social e política dominante.

Como dito antes, o primeiro ciclo de lutas teve início em 1807 com os escravos maometanos, cujo objetivo seria liquidar seus senhores, entretanto o movimento foi denunciado e abortado. Mas os escravos novamente se reorganizaram, agora mais experientes devido ao movimento anterior, para realizarem um novo levante contra as forças opressoras que os mantinham sob a égide do cativo, mas uma vez foram derrotas e tiveram que fugir para a mata,

onde se articularam com a junção de escravos da capital para outra investida que ocorreria em 1809, desta vez permeada por uma violência que levaria à destruição de propriedades e morte dos senhores. As forças da capital, com maior poder ofensivo, venceram reiteradamente os revoltosos.

Apesar de todas as derrotas, a força desse povo em busca de liberdade não os intimidava a ponto de se curvar diante da situação que lhes fora imposta. Quatro anos depois (1813), voltariam com mais força a atacar, destruindo senzalas, engenhos, matando senhores e feitores. Novamente foram derrotados pelas forças locais. Após um lapso de tempo, os escravos, em 1822 se rebelariam novamente, com o objetivo, segundo Clóvis Moura (1959, p. 151) de “instalar um reinado nos moldes dos existentes no Continente Africano”, mas a vigilância das autoridades locais conseguiu impedir que o movimento fosse iniciado.

Outros levantes se seguiram sem cessar, como o de 1823, considerado não intencional. O desfecho se deu por ocasião de um carregamento de negros em que estes se revoltaram jogando a tripulação branca ao mar, sendo a revolta logo sufocada ao chegarem em terra firme. Na sequência ocorreram novas rebeliões: a revolta de 1826, em que os escravos fugidos chegaram a formar um quilombo na Bahia e a Revolta de 1830, ambas aniquiladas pelas forças locais. Nessas revoltas, o que se verifica é a falta de planejamento em suas ações. A vontade, a angústia e o próprio desespero em livrar-se do cativeiro levaram esses homens a aventurar-se nessas investidas em busca da liberdade.

Mas, a experiência adquirida ao longo das lutas fizeram com que se unissem ainda mais, pois uma das particularidades desses movimentos e que permitiu a emergência de todos esses levantes foi a solidariedade entre os escravos. Em 1835, organizaram-se novamente, na chamada “A grande Insurreição”, considerada a última revolta da Capital baiana (Moura, 1959), agora com um maior nível de organização, de modo que, se articularam da seguinte maneira:

[...] dois grupos principais orientavam e dirigiam o movimento. O primeiro era o que se reunia na cidade, com ramificações em diversos lugares [...] e o segundo formado por escravos pertencentes ao “Clube” da Barra (todos) com ligações com outros grupos (MOURA, 1959, p. 177).

Um ponto interessante dessa revolta, salientado por Clóvis Moura, foi justamente o plano organizacional a partir do qual os escravos “criaram um fundo

para as despesas do movimento” (Idem, Ibidem), além de planejarem antecipadamente como iriam executá-lo. O governo conseguiu derrotar o movimento valendo-se de uma “brutal repressão”.

Em todas essas revoltas o que se pretendia era “derrotar militarmente os senhores” (MOURA, 1959, p. 189) de escravos. Foram revoltas que embora sufocadas demonstraram que os escravos vindos do continente africano, antes de serem escravos eram grandes guerreiros e por isso traziam na bagagem a experiência militar, que foi aplicada em sua luta contra o sistema escravista.

Segundo Clóvis Moura (1986), o grau de consciência crítica dos negros em relação às condições de trabalho que lhes eram impostas levaram-nos em algumas revoltas, como a ocorrida em 1789 na Bahia, na Fazenda Santana, a produzirem um documento reivindicando melhores condições de trabalho. Nesse sentido a crítica de Clóvis Moura é com relação aos falsos conceitos que foram construídos com relação ao negro, atribuindo-lhe total alienação, quando a história revela exatamente o contrário. Segundo o autor, o que os escravos da Fazenda Santana pretendiam era transformar “o regime econômico-social escravista” (MOURA, 1986, p. 75). Ainda segundo ele,

[...] esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo de conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais. Era portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho (MOURA, 1986, p. 76).

A defesa dos abolicionistas, em sua maioria, contra a condição de submissão do escravo, não alterou sua concepção com relação ao caráter dos negros vistos como “bárbaros e selvagens” e, portanto, sem condição de assumirem um papel decisivo nas ações políticas contra o Estado. É tanto que nenhum apoio em suas lutas os quilombos e os insurretos tiveram destes. Segundo Clóvis Moura (1986) os abolicionistas intencionavam excluir o negro do processo histórico, pois não reconheciam as lutas como fato político, mas como “simples manifestação de homens que, mantidos até hoje ao nível de animais, jamais poderiam participar do processo de mudança social no qual eram os principais interessados” (MOURA, 1986, p. 81).

Alguns pontos interessantes devem ser observados, à luz do movimento abolicionista. Primeiro, esse movimento surge e se organiza no final do século XIX quando já há um desgaste enorme do sistema escravista, provocado pelas lutas realizadas pelos negros em desfavor desse sistema desde o século XVII. Segundo, seus membros não analisaram ou fingiram não enxergar o óbvio, que esses homens na condição de bárbaros e selvagens jamais poderiam construir uma economia estável como a que foi vista nos quilombos, nem uma organização militar bastante estruturada em defesa de seu território. Terceiro, a rebeldia negra configurou uma reação contra o sistema escravista e teve apoio de vários segmentos da sociedade que também sofria a mesma opressão, como já visto. Nesse sentido, “bárbaros e selvagens” não conseguem conviver pacificamente com quem quer que seja e, portanto, vivem no isolamento próprio, o que não foi o caso dos negros. Quarto, o negro, ao negar sua condição de inferioridade, teve de agir contra a lógica de seus dominadores e estes nunca foram benevolentes.

Neste sentido, Clóvis Moura faz uma crítica ao movimento abolicionista, que ele denomina de tardio e que a si próprio confere o mérito da abolição. Para Moura (1986, p. 80), “se os méritos devem ser computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram”.

3.4.2 A negação do negro como agente ativo do processo de transformação histórico-social

A produção histórica brasileira dos séculos XVIII e XIX, através da qual se pretendeu retratar o período colonial, deixou lacunas com relação à situação do negro enquanto parte integrante do sistema escravista. Já a produção histórica do século XX, busca preencher essas lacunas, colocando o negro nesse processo através de uma “biologização da história” (MOURA, 1990, p. 35), pautada em teorias que pretendiam justificar que na escala piramidal das “raças” o negro ocupava a última posição.

Dentre esses estudiosos que se ocuparam em mostrar a inferioridade do negro, Frei Vicente do Salvador (±1564-1627) ao escrever a *História do Brasil*,

demonstrou total desprezo pelo negro, omitindo em toda a sua obra a figura deste enquanto “agente histórico coletivo” (MOURA, 1990, p. 48).

Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), ao escrever a *História da América Portuguesa*, segue a mesma linha de raciocínio de Frei Vicente. Desconhece o negro enquanto agente histórico, incorporando-o como objeto que compõe o patrimônio do senhor. Segundo Moura (1990), ao retratar a ocupação holandesa ocorrida em 1624, há uma ausência completa em sua obra da participação do negro, é como se ele nunca tivesse existido. Já na segunda invasão holandesa, menciona sua participação, reconhecendo-o apenas como instrumento de defesa que compunha as forças militares em defesa dos interesses da metrópole, mas sempre atribuindo os méritos aos senhores de escravos e portugueses.

Analisa-se, dentro deste contexto, a figura do escravo como peça de uma engrenagem cujo proprietário em dado momento a torna a mais importante e apreciada pela própria necessidade que dela tem, mas nunca deixará de ser parte deste mecanismo, como mero instrumento funcional. Isso pode ser visto nos registros feitos por Rocha Pitta, ao relatar a praga de bexiga que assolou a Bahia em 1666 e que provocou a morte de vários escravos: a preocupação aqui estava vinculada aos prejuízos dos senhores diante da dificuldade financeira em repor essas peças e não com o ser em si vitimado pela doença, ou seja, a categoria de ser humano não é atribuída ao negro.

Clóvis Moura (1990, p. 59) classifica Rocha Pitta como “um intelectual orgânico do sistema escravista e um ideólogo da classe senhorial”, submisso a um sistema no qual manutenção da ordem se coloca acima de tudo, desqualificando a cor negra como sinônimo de inferioridade, vendo o negro como “objeto do processo social, sem interioridade, sem individualidade e sem capacidade de sair da condição de bárbaro e civilizar-se” (Idem, *Ibidem*).

Robert Southey (1774-1843), inglês, escreveu a obra *História do Brasil* sem nunca ter pisado em solo brasileiro, mas retratou o negro com os olhos do colonizador, vendo-o como desordeiro. Segundo Clóvis Moura (1990) a tese levantada por Southey quanto a negatividade dos negros enquanto agente histórico, estava em sua “ferocidade africana”, o que não permitia sua integração na dinâmica social. Exaltou os feitos individuais do branco na luta entre portugueses e

holandeses, desprezando a participação efetiva do negro, que quando reconhecida, estava sempre atrelada a atos de selvageria próprios de sua natureza.

Southey (1949) faz questão de deixar bem nítida a diferença existente entre o negro (selvagem) e os grupos colonizadores (civilizados), este último em rota de colisão (portugueses e holandeses), mas reconhece que os “portugueses e brasileiros aproveitaram-se de negros e escravos e mesmos rebeldes para seus objetivos políticos e militares” (MOURA, 1990, p 71), no entanto representa o negro nesse processo como uma figura anônima.

Um ponto relevante na obra deste historiador, segundo Clóvis Moura, foi sua antecipação no que tange à interpretação dada quanto ao “significado do escravo de ganho (e da) prostituição institucionalizada via direito consuetudinário nas relações dos senhores e senhoras com suas escravas, obrigando-as ao comércio sexual, bem como a “tese da democratização via miscigenação” (MOURA, 1990, p. 81-82).

É de todo sabido o quanto o comércio de seres humanos se tornou uma prática lucrativa durante o período da colonização, levando milhares de pessoas a serem qualificadas como “coisas” e como tais servirem aos objetivos daqueles que se julgavam dominadores. Esse poder conferido aos donos de escravos permitia que os mesmos intervissem e manipulassem a vida social de seus escravos, “obtendo benefícios sócios-sexuais (dos mesmos) como uma forma legítima de retorno de investimento” (BECKLES, 2011, p. 240). Southey conseguiu, nos seus escritos, identificar essa patologia que caracterizava um dos aspectos da escravidão.

Francisco Adolfo Varnhagen também retratou o período colonial em sua obra *História do Brasil*, publicada em 1854. Em seus escritos, defende incondicionalmente o colonizador (detentor do poder) como agente social e histórico responsável pelo processo de transformação da sociedade como um todo, lavando-o a ver os demais segmentos da sociedade, como

[...] a plebe, índios, os negros escravos, forros, caboclos, pobres em geral, e, por extensão, dentro de uma visão da composição étnica dessas populações, negros, índios, mulatos, curibocas, mamelucos e outros segmentos e grupos não-brancos como uma borra desequilibradora, instrumentos passivos que se interpunham ao equilíbrio do conjunto, e, por isto, eram fatores de atraso, desequilíbrio, desordem, contradição e entrave ao seu dinamismo social (MOURA, 1990, p. 94).

Este historiador construiu todo o arcabouço de sua obra desqualificando os agentes acima mencionados, valorizando a classe senhorial como única capaz de poder organizacional para propor mudanças. Considera a escravidão como algo necessário e que não fere moralmente a sociedade, pelo contrário, interpretando-a como necessária e importante componente de garantia de mão-de-obra. Chega a justificar, com base no “poder de fecundidade” muito grande dos escravos e na explosão demográfica, o seu “apresamento”, este devendo ser visto como um bem necessário, pois no cativeiro poderiam melhorar sua sorte ao entrarem em contato com um povo civilizado e voltado ao cristianismo (MOURA 1990).

Varnhagen retrata o negro africano como um trabalhador possuidor de uma força física capaz de suportar as intempéries do litoral brasileiro, além do espírito sempre alegre, que o possibilitaria “suportar a sorte que os esperava” (1956, p. 105). A escravidão seria então um dom ortogado por Deus, no qual o escravo se enquadrava perfeitamente.

Segundo Clóvis Moura (1990), o autor entra em contradição em seus escritos quando retrata o espírito alegre do negro como requisito para a condição que lhe seria imposta e mostra ao mesmo tempo sua rebeldia frente ao cativeiro, além de atribuir todas as mazelas aqui implantadas a seus hábitos e costumes. Procura sempre omitir em seus relatos a atuação mais enérgica do negro frente a negação ao cativeiro “por ser o elemento desagregador do seu projeto” (MOURA, 1990, p. 107).

Um exemplo claro dessa omissão é o relato sobre a ocupação holandesa, ocorrida em Salvador em 1624, em que a participação não só do negro, mas de todos os segmentos da sociedade considerados subalternos, é totalmente posta na “obscuridade”. Verifica-se que a semelhança em omitir a participação do negro nesse episódio é comum também em Southey. A República dos Palmares foi vista por Varnhagen como um “caso de patologia social e étnica” (MOURA, 1990, p. 122), e como tal deveria ser exterminada por considerá-la um mal social em que seus componentes tinham comportamentos criminosos. Neste contexto, os levantes sociais que atingiam a classe senhorial eram vistos por Varnhagen como atos de sublevação e, portanto, deveriam ser combatidos.

Gottfried Heinritch Handelmann (1827-1891) também escreveu *História do Brasil*, publicado na Europa em 1918. Nunca colocou os pés no Brasil e comungou

do mesmo pensamento dos demais em não conhecer a igualdade entre brancos e negros. Identifica-se nos escritos do historiador, segundo Clóvis Moura (1990), uma preocupação constante com o problema étnico “diante da diversificação que se estava operando em nossa sociedade neste nível, além das modificações das nossas condições naturais, fatos que poderiam influir na raça luso-brasileira” (1990, p. 142).

Handelmann, em tese, condena a escravidão, mas a vê economicamente como necessária para o Brasil e levanta um questionamento que foi abordado por Southey sobre o escravo de ganho, contra o qual Clóvis Moura (1990) dá o seu sentido mais completo em contraposição aos historiadores que veem nessa modalidade de relação entre o senhor e o escravo uma relação tipicamente capitalista, descaracterizando a escravista.

Para Clóvis Moura, o fato de o senhor pagar a seu escravo uma determinada quantia pelo serviço avulso, segundo o que acordam entre si, não caracteriza uma mudança de status: o escravo continua sendo propriedade do seu senhor e “a moeda, aí, desde que o escravo a recebe, é propriedade do senhor, porque correspondeu ao pagamento pelo trabalho de seu escravo e o seu trabalho é sua propriedade” (MOURA, 1990, p. 163), ou seja, “ele não recebe pagamento pela sua força de trabalho, porque ela não lhe pertence”(Idem, Ibidem).

O senhor pode utilizar-se de todos os meios que julgue mais conveniente para bonificar um escravo de sua propriedade e, embora as formas sejam variadas, não mudam as circunstâncias do fato, que é a condição imposta ao servo (cativo). O que Clóvis Moura vê nessa forma de transação, vamos assim dizer, é a possibilidade de o escravo entendendo que pode haver uma troca recíproca entre o dar e o receber e isso pode gerar benefícios, aguça o seu pensamento crítico no sentido de buscar sua liberdade.

Handelmann foi adepto da imigração europeia como única forma de se ter uma nação verdadeiramente civilizada. Mas, dentro de sua filosofia étnica, encontrou certa positividade na sociedade, se cada segmento de cor fosse colocado em seu devido lugar, “na escala de estratificação social” (MOURA, 1990, p. 165), o que permitiria “uma harmonia étnica que anularia fricções entre diversas etnias” (Idem, Ibidem). Isso demonstra, segundo Clóvis Moura, que ele pode ser visto como um “precursor da chamada democracia racial” (Idem, Ibidem), no entanto exclui o

escravo de qualquer possibilidade de fazer parte dessa estratificação, e isso conseqüentemente, reconhece o próprio Handelman, levaria estes a responder pela exclusão de “forma radical”.

Em todos os seus posicionamentos, Handelman (1982) insiste que o problema da mão-de-obra no Brasil se resolveria com a imigração: “europeizar a população brasileira” seria a solução encontrada em virtude das supostas qualidades do branco europeu. Nesse sentido, aponta como solução para o problema agrário no Brasil, a imigração, com a distribuição de terras dentro de um modelo de desenvolvimento adequado, já que, para ele “o sistema de parceria era explorador e insuficiente para satisfazer os anseios do trabalhador europeu” (MOURA, 1990, p. 175).

O negro nessa discussão é carta fora do baralho, já que ele designa os escravos como “rebanhos de negros” e não cogita da possibilidade de abolição para estes. Traça um projeto de “desenvolvimento nacional e seleção natural” (MOURA, 1990, p. 177), pela inserção do europeu dentro de um espaço selecionado, no qual se constituiria uma base cidadã voltada para o trabalho livre. No caso dos negros e mulatos, estes seriam deslocados para outra área, no caso o Nordeste, isolados do contato com o branco. Segundo Moura (1990, p. 181),

[...] o modelo econômico de Handelman tinha implícita toda a política racial que incluía não apenas o branqueamento do Brasil, mas a sua arianização, criando dois brasis: um branco, baseado no trabalho livre dos europeus, e um negro e mestiço, no Nordeste, baseado no trabalho escravo. O moderno para os europeus. O arcaico para os negros e mestiços no Brasil.

O desprezo pelo negro exposto de forma simples e natural por Handelman e Southey, que se propuseram escrever sobre o Brasil em seu estagio inicial de formação, caracteriza bem o quanto o preconceito racial impregnou toda uma época a ponto de teorias serem formuladas, projetos serem postos sem nunca se ter visto, sentido ou vivido os problemas de um território em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Oliveira Vianna (1883-1951) escreveu *Evolução do povo brasileiro*, publicado em 1920 e foi um dos mais expressivos estudiosos das questões étnicas no país. O negro em suas análises, a começar pelos aspectos biológicos, era tido como integrante de uma “raça” inferior. Moura (1990, p. 198) afirma que para o autor, “a

civilização era um subproduto das raças. E o tipo ariano deveria ser aquele modelo do qual todos os povos deveriam almejar aproximar-se, pois nesse processo de arianização estava embutida a possibilidade de ascender na escala evolutiva social”. Na visão do historiador a sociedade deve ser composta de “raças” fortes, superiores, tendendo as demais, principalmente a negra, à extinção, isto porque somente uma “raça” tida como superior é capaz de conduzir o processo civilizatório.

Segundo Soares do Bem (2013, p. 32), Oliveira Viana desenvolve uma postura intermediária, se comparado a Silvio Romero e a Nina Rodrigues, mas sua concepção apresenta-se, apesar disso, “equivocada de problemas”, já que ele “tanto compartilha a noção de atavismo de Nina Rodrigues – e, com isso, tende a negativizar o processo de miscigenação – como a noção de branqueamento presente nas formulações de Silvio Romero”. Os mestiços, dependendo do tipo de cruzamento de que resultam, constituiriam uma “raça” de imprestáveis porque trazem no sangue as mesmas deficiências de seus ancestrais e estas são transmitidas de geração a geração.

Oliveira Vianna entende que o Brasil é um país de “vocaçã agrária pois é no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização” (VIANNA, 1956, p. 201). Para ele o Brasil teve início a partir da grande propriedade e coube à “aristocracia rural” comandar o processo de distribuição de terras. Tinha o entendimento de que “houve uma seleção racial e social na escolha dos primeiros sesmeiros, fato que justificaria o seu direito de propriedade” (Idem, *Ibidem*), expondo como ponto negativo a participação das “raças” inferiores no processo civilizatório.

Os negros, tipificados por ele também em superiores e inferiores, dependendo do tipo de cruzamento (SOARES DO BEM, 2013, p. 33), fogem dos padrões de beleza por ele traçados, que se aproximam dos ideais de beleza grega. Quanto mais dóceis e esteticamente apresentáveis, mais aptos estariam ao aperfeiçoamento moral. O sistema classificatório por ele elaborado tende a demarcar os graus de aptidão e funcionalidade de negros e mestiços para a divisão social do trabalho. Por exemplo, o mulato, considerado um elemento intermediário, demonstrava ser cognitivamente mais apto e, nesse caso, as tarefas que lhes eram atribuídas deveriam requerer maior habilidade, como o ofício de sapateiro e alfaiate (VIANNA, 1956).

Oliveira Viana, embora enquadre o negro na escala evolutiva em último estágio, não descaracteriza a sua inteligência, mesmo considerando-a limitada, desde que colocadas em conformidade com o seu grau de conhecimento na estrutura social, sempre em posição de inferioridade. Daí a mestiçagem ser de grande importância para o processo evolutivo porque, segundo ele, além de atuar como elemento branqueador, pela própria seleção natural e social aceleraria o “processo redutor dos elementos bárbaros”(MOURA, 1956, p. 176).

Oliveira Vianna desconsidera o negro e o índio como agentes participantes do processo de formação social por não acrescentarem nenhum elemento de valor. Nesse sentido, a abolição é vista por ele como “um fator desequilibrador da economia agrária” (MOURA, 1990, p. 209), em que se deveria

[...] acompanhar a nossa evolução racial, de acordo com a capacidade de cada raça. De um lado, o branco civilizador, de outro, “a massa amorfa” a “patuleia de mestiços” incapaz de progredir, avançar e civilizar-se em consequência da limitação congênita da sua inteligência e destituída de senso moral pelo mesmo motivo (MOURA, 1990, p. 210).

Segundo Clovis Moura (1990), na concepção de Oliveira Vianna a abolição retardaria o desaparecimento do elemento negro, que uma vez cativo sucumbiria em virtude de três causas principais: “miséria, vício e castigo” (VIANNA, 1956, p. 179). Clóvis Moura (1990) analisa os posicionamentos de Oliveira Vianna como sendo permeados de constructos racistas, colocando o branco no topo da cadeia piramidal e o negro em sua base, como um ser destituído da capacidade de criar valores positivos. Por esse motivo, transpor as barreiras sociais era impossível diante de sua limitação, não só psicológica, mas também moral. A ascendência dessa raça, devido a esses fatores levaria a uma desestruturação de todos os segmentos sociais. Para Clovis Moura (1990, p. 211, 212), a obra de Oliveira Vianna “em nada tem de científica e serve, ainda, para justificar desmandos contra essas camadas populares [...], (e que) deforma e deturpa os fatos para defender as elites e o racismo”.

Diante do exposto podemos observar que os estudos de Clóvis Moura com relação ao processo de formação e transformação da sociedade brasileira possibilitaram a ele uma interpretação que afirma a centralidade da estratificação étnica como componente fundante do processo de desenvolvimento social e histórico brasileiro.

As desigualdades étnicas, de gênero e regionais passaram a fazer parte da estrutura da sociedade brasileira. Toda a história de formação e transformação do Brasil, para ele, está permeada de rupturas parciais e atualizadoras de desigualdades sociais racializadas que se alternam, nos diferentes momentos, nas mãos das elites, reproduzindo relações de poder marcadamente assimétricas.

Nunca uma história foi tão contada e recontada com tantas discrepâncias, contradições e silêncios como a história brasileira que coloca em foco a presença de grupos sociais, como os índios e os negros, em seu território. Os negros, colocados aqui como objeto de nossa investigação, constituem um grupo especialmente vitimado por uma história de brutalidade, rejeição e preconceito que se estendem até os dias atuais. Ser negro na colônia era sinônimo de ser portador de um destino pré-fabricado para o trabalho forçado, visto como necessário e imprescindível para a produção de riquezas em condições de extrema alienação e desumanidade. Ser negro no Brasil independente era visto como um atraso ao desenvolvimento econômico, pois capital e trabalho livre eram tidos como incompatíveis com trabalhadores tão indisciplinados e inaptos à ordem industrial. Ser negro no Brasil democrático é lutar pela dignidade de ser cidadão e fazer com que a história viva na memória de cada brasileiro como exemplo de que uma nação não se forma e nem se constrói pelo estereótipo e sim pela solidariedade, respeito e dignidade de um povo.

3.4.3 As propostas de transformação histórica de Clovis Moura

Clóvis Moura, ao desenvolver seus estudos, fez uma análise dos problemas contemporâneos relacionados às relações “raciais” e sua abordagem foi em grande medida marcada pela análise do passado colonial, visto por ele como uma matriz fundamental para compreender o presente, tendo em vista as continuidades autoritárias e excludentes da formação social brasileira.

O racismo, ainda presente na atualidade, faz com que o passado seja visto por Clovis Moura como um importante e constitutivo momento da análise das relações “raciais” da sociedade brasileira. Para ele, “somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente” (MOURA, 1994, p. 28). Ao

analisar o racismo enquanto forma de dominação que envolve valores éticos, bem como dimensões políticas, econômicas, ideológicas, psicológicas e culturais, Clovis Moura coloca no centro de suas análises a herança escravista, que contribui para recriar os processos discriminatórios no contexto da contraditória modernização brasileira iniciada após o fim do estatuto colonial, no século XIX.

Nesse sentido, Moura aponta a necessidade de decodificar, na base estrutural da sociedade brasileira, as formas da ação dos negros na história, de forma a resgatar a sua condição de sujeito, negada pelas relações instrumentais que os submeteram e bloquearam o seu acesso a uma “cidadania autêntica” (MOURA, 1988, p. 98). Segundo o autor, o fim da escravidão, na realidade, foi visceralmente defendido apenas pelos que sentiram na pele o peso da opressão.

Para Moura, o Brasil, no contexto histórico de suas análises, era um país de capitalismo dependente, que reproduziu internamente mecanismos segregadores de grupos específicos, como os negros, vítimas de uma sociedade competitiva que se modernizou recriando os vícios do passado colonial. Se o negro foi visto por ele no passado como não tendo perdido a condição de sujeito, sua análise do presente e do futuro alicerçam o seu pressuposto de que ele tem também um papel de agente transformador capaz de provocar mudanças futuras.

Nesse sentido, diante do quadro de exclusão social diagnosticada em função da formação do moderno Estado brasileiro alicerçada no preconceito racial, Moura, respaldado pelo método do materialismo dialético, propôs mudanças no sistema econômico e na estrutura organizacional da sociedade. Via no modelo capitalista o responsável pelas desigualdades sociais do presente e acreditava que o caminho viável para a solução do impasse “racial” dar-se-ia pela via revolucionária, a qual deveria resultar de alianças que mobilizassem os grupos social e “racialmente” oprimidos. Somente assim ele via possibilidades para superar, de um lado, as continuidades típicas das relações escravistas e, de outro, as contradições próprias da ordem capitalista, na qual os trabalhadores “livres” organizados politicamente deveriam se solidarizar com os primeiros, constituindo uma ampla frente de oposição à ordem vigente (Cf. MOURA, 1988, p. 245).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o debate sobre a articulação entre “raça” e classe é constitutivo do pensamento social brasileiro e faz-se presente nos autores e correntes de pensamento selecionados para a análise constante do segundo capítulo dessa dissertação – tanto nos autores do século XIX como nos autores do século XX. No entanto, esse debate adquire singularidade no pensamento de Clóvis Moura, como se evidenciou no terceiro capítulo desta dissertação.

Que hajam diferenças consideráveis entre o pensamento de Clovis Moura e os pensadores sociais da primeira geração do século XIX e de pensadores do século XX, como Gilberto Freyre, esta constatação não causa grande surpresa se levarmos em consideração os aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos que orientam a produção desses autores. Entre os pensadores que se enquadram nos esquemas teóricos relacionados à institucionalização da sociologia no Brasil, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Caio Prado Junior, diluem-se muitas das diferenças apontadas e discutidas com relação aos primeiros. Todos estes pensadores desenvolvem análises críticas com relação à primeira geração de pensadores sociais e se posicionam igualmente de modo crítico com relação às interpretações de Gilberto Freyre. No entanto, também em relação a estes, a obra de Clovis Moura contém elementos diferenciais.

Enquanto as análises clássicas de classe e, principalmente aquelas mobilizadas pelo pensamento de esquerda, pautavam-se pelo enfoque das demandas universais das classes trabalhadoras, Clóvis Moura procurava analisar a questão do negro como aspecto privilegiado na dinâmica da luta de classes no Brasil. Desde a primeira obra que o consagrou publicamente, *Rebeliões da senzala* (1959), Clóvis Moura produziu uma obra bastante coerente com seu esforço em demonstrar os vínculos entre exclusão social, “raça” e lutas de classes no Brasil, focalizando tanto aspectos teóricos, com metodológicos e aqueles concentrados na análise histórica.

As discussões em torno do processo histórico-social no qual o negro esteve inserido, visto como ser inferior, teve como justificativa para sua exclusão o seu baixo grau de entendimento e a cor, vista como símbolo de negatividade. Alguns estudiosos buscaram mascarar a dura realidade vivida pelo negro, desde o início da

colonização, de modo a entender que sua condição era aceita dentro dos padrões de normalidade da época, buscando legitimar a ideia de que o colonizador português, por ter habilidades em lidar com a diversidade cultural, teria tratado o negro de forma diferenciada. Neste esquema, a articulação entre “raça” e gênero apresentava-se a partir de elementos harmonizadores, sendo esta tese verificada no pensamento de Gilberto Freyre (mas também, embora de modo ambíguo e contraditório, no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, não focalizado aqui como objeto da análise).

Clóvis Moura contrapõe-se ao pensamento freyreano, desconstruindo o mito da democracia “racial”, por entender que no Brasil nunca houve uma escravidão branda, negando a existência de paternalismo entre os dominadores e docilidade entre os que foram submetidos. Também Florestan Fernandes compartilha com Clovis Moura muitas de suas preocupações. Através de pesquisas realizadas, Florestan Fernandes desmitificou o mito da democracia “racial” e comprovou que na sociedade de classes o negro ainda continua estigmatizado. Mas, embora chegue a essa conclusão, não visualizou o preconceito “racial” como principal fator que dificulta a integração do negro na sociedade de classes e sim sua incapacidade de agir em conformidade com os ditames da sociedade capitalista. Este posicionamento foi claramente refutado por Clóvis Moura, que nega a incapacidade do negro como fator de inclusão na sociedade de classes, colocando o viés “racial” como fator gerador dessa exclusão.

O papel da subjetividade negra na história é outro elemento diferencial entre Clovis Moura, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Caio Prado Junior. Nenhum desses autores considerou que a desarticulação do sistema escravista deveu-se também às potencialidades do negro para reagir à ordem imposta, contribuindo para as mudanças que puseram fim à escravidão. Clovis Moura compartilha muitas das ideias representadas por esses pensadores, seus contemporâneos, que produziram suas obras sob o forte impacto de duas ditaduras e respaldaram suas interpretações, embora com nuances específicas, no instrumental marxista de análise. No entanto, embora todos eles tenham dedicado especial atenção às dinâmicas históricas e à articulação entre “raça” e classe na formação social brasileira, nenhum deles, como Clovis Moura, ele próprio negro, lançou um olhar tão incisivo ao papel transformador do negro, tanto no passado, como no presente e no

futuro. Isso faz dele um pensador que poderia ser considerado um grande intelectual orgânico do movimento negro no Brasil, cuja obra mereceria um lugar de destaque entre os grandes intérpretes do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, JOSÉ JOBSON DE A.; PILETTI, NELSON. **Toda a história: História Geral e História do Brasil**. São Paulo, Ática, 2003.

ARRUDA, MARIA ARMINDA DO NSCIMENTO. **A sociologia no Brasil**. Florestan Fernandes e a escola paulista. História das ciências sociais no Brasil, v. 2. Sergio Miceli (org). São Paulo, Editora Sumaré, FAPESP, 1995.

AMADO, JORGE. **Jubiabá (1931)**. Rio de Janeiro, ed. Record, 1982.

ASSUNÇÃO, PAULO DE. **Negócios Jurídicos: O cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ANDRADE, MANUEL CORREA DE. **Abolição e reforma agrária**. 2.ed. São Paulo, Ática, 1991.

BOSI, ALFREDO. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BORGES, FRAGMON CARLOS. **Origens Históricas da Propriedade da Terra – 1958**. A questão agrária no Brasil, o debate tradicional – 1500 – 1960. João Pedro Stedile (org). 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português (1415 – 1825)**. Lisboa, Edições 70, 1981.

BRASIL. **Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medida pra a repressão do tráfico de africano neste império. Rio de Janeiro, 04 set. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm> Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871**. Rio de Janeiro, 28 set. 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos..... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 13 mai. 1888. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html>>. Acesso em 23 maio 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao34.htm>. Acesso em: 30 nov. 11.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao46.htm>. Acesso em: 30 nov.11.

BRASIL. **Decreto** nº 91.214 de 30 de abril de 1985. Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento agrário – MIRAD, dispõe sobre sua estrutura e dá outras providências. Brasília, 30 abr. 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91214-30-abril-1985-441369-publicacaooriginal-1-pe.htm>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. **Medida Provisória** nº 2.109-48 de 26 de janeiro de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília, 21 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2109-48.htm> Acesso em: 23 maio 2012.

BECKLE, HILARY MCD. **Pleasure Domainis**: The slave woman as a sexual commodity. Dossiê História Atlântica e da Diáspora Afrecana. Revista Outros Tempos, v.8 n. 12, 2011.

BATISTE, ROGER. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

BENÍCIO, ALBERTO DE CARVALHO. **A contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira**. Publicado em 07.04.2011. Disponível em <www.webartigos.com/artigos/a.contribuicao-do-negro-para-a-formacao-da-sociedade-brasileira163126/>. Acesso em: 16 nov. 2012.

CUNHA, EUCLIDES. **Antes dos Versos**. Prefácio ao livro de Vicente de Carvalho, Poemas e Canções, 1954.

COTRIM, GILBERTO. **História Global**: Brasil e Geral. Volume único – 8 ed. São Paulo, Saraiva, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis, Ed, Insular, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Política agrária no Brasil**. Plebiscito popular pelo limite da propriedade da terra. Brasília, 28 agosto 2008. Disponível em: <www.limitedaterra.org.br/imprimenoticia.php?id=65>. Acesso em: 10 jul. 2012.

DA MATA, R. A. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et. al. (orgs.) – **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

FAUSTO, BORIS. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. 3. reimp. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FURTADO, CELSO. **Formação Econômica do Brasil**. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1959.

FELICIANO, CARLOS ALBERTO. **Movimento Camponês Rebelde: a Reforma Agrária no Brasil**– São Paulo, Contexto, 2006.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 1. Tomo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961.

FREYRE, GILBERTO. **Casa Grande e Senzala**. Brasília, UNB, 1963.

FREYRE, GILBERTO. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo/Recife. Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FERNANDES, FLORESTAN. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. V. I. O legado da raça branca. São Paulo: Ed. Dominus, 1965.

FERNANDES, FLORESTAN. **A Integração do Negro da Sociedade de Classes**. 3. ed. São Paulo, Ática, 1978.

FERNANDES, FLORESTAN. **O Mito revelado**. Revista Espaço Acadêmico, Marungá, ano III, n. 26, jul. 2003. Disponível em: <www.espaçoacademico.com.br/026/26hbrasil.htm> Acesso em: 12 março 2011.

FERNANDES, FLORESTAN. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1975.

FERNANDES, FLORESTAN. **A revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Editora Globo, 2005.

GUIMARÃES, ALBERTO PASSOS. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. João Pedro Stedile (org). 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

GUIMARÃES, CARLOS MAGNO. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. Belo Horizonte, EFMG, mimeo, 1 ed. São Paulo, 1988.

HASENBALG, CARLOS. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (Discrimination and inequality in Brazil)**. Rio de Janeiro: Graal 1979 (translation of race relation in post-abolition Brasil: the smooth preservation of racial inequalities, 1978 Ph.D. dissertation.department of sociology, university of California, Berkeley).

HANDELMAN, H. **História do Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

KUBIC, GERARD. **O “Cultural Scientist Gerard Kubic fala ao “vê-cê”**. Luanda, vida e cultura (46), 1982.

IANNI, OCTAVIO. A Questão Social. In: **Octavio Ianni - Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP, EDUSC, 2004.

IANNI, OCTAVIO. **O preconceito racial no Brasil**. Estud. [online] 2004, Vol. 18, n. 50. Disponível em: <<http://dx.dor.org/10.1590/50103-40142004000100002>>. Acesso em, 14 de out. 2012.

IANNI, OCTAVIO. **A dialética da Globalização**. In. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, OCTAVIO. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo, ed. Brasiliense, 2004.

IANNI, OCTAVIO. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1972.

IANNI, OCTAVIO. **Classe e Nação**. Petrópolis, Vozes, 1986.

IANNI, OCTAVIO. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

IANNI, OCTAVIO. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LUHMANN, NIKLAS. **O amor como Paixão para a Codificação da Intimidade**. RJ, Editora Bertrand Brasil S/A, 1991.

MOTA, MYRIAM BRECHO; BRAICK, PATRÍCIA RAMOS. **História: das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2 ed. São Paulo, Moderna, 2008.

MAESTRI, MÁRIO. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In: A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1960-1980. João Pedro Stedile (org). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAIS, CLODOMIR SANTOS DE. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. In: STÉDILE João Pedro. (Org.) História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

MACEDO, JOAQUIM MANOEL DE. **As vítimas Algozes**. Disponível em: <www.slideshare.net/sergioassis/apostila-as-vitimas-algozes-2012>. Acesso em: 22 de maio 2012

MOURA, CLOVIS. **Sociologia Política da Guerra de Camponesa de Canudos**. Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. 1. ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2000.

MOURA, CLOVIS. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

MOURA, CLOVIS. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Brasil, Edufal, 2011.

MOURA, CLOVIS. **Brasil: raízes de protesto negro**. São Paulo, Global, 1983.

MOURA, CLOVIS. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió, Edufal, 2001.

MOURA, CLOVIS. **As injustiças do Clio**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

MOURA, GERSON. **Tio Sam chega ao Brasil** (a penetração cultural americana). São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

MOURA, CLOVIS. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1989.

MOURA, CLOVIS. **O preconceito de cor na literatura de cordel**. São Paulo, Resenha universitária, 1976.

MOURA, CLOVIS. **Os quilombos e a rebelião negra**. 6 ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986.

MOURA, CLOVIS. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo, Edições Zumbi, 1959.

MOURA, CLOVIS. **A Independência: fruto de lutas populares**. In: Notícias de Hoje, São Paulo, 1955.

MOURA, CLOVIS. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Editora Anita, 1994.

MOURA, CLÓVIS. **O racismo como arma de dominação**. São Paulo, Coleções Princípios, 1994.

MUNANGA, KABENGELE. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

MESQUITA, ÉRIKA. **Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira**. Campinas, Unicamp, 2002.

MESQUITA, ÉRIKA.. **Clóvis Moura (1923-2003)**. v.31 Salvador, Afro-Ásia, 2004.

MESQUITA, ÉRIKA. **Clóvis Moura e a sociologia de práxis**. v. 25. Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiáticos, 2003.

NASCIMENTO, ABDIAS DO. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978.

OLIVERA, FÁBIO NOGUEIRA DE. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PUNTES. ROBERTO VALDÉS. **A instrumentalidade cultural da didática jesuítica**: uma análise do rito studiorum: Caderno de história e educação – v.9, n. 2 jul./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#hl=ptBR&bw=163&bih=800&scipyab&q=como+interpretar+A+colinaza%C3%A3O+%C3%A9+um+projeto+totalizante+cuja+for%C3%A>>, acesso em 29 de abr. 2012.

PRADO JR. CAIO . **Evolução Política do Brasil**. Ensaios de interpretação dialética da história brasileira. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1947.

PRADO JR. CAIO. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Martins Editora, 1942.

PRADO JR. CAIO. **A questão agrária e a revolução brasileiro -1960**. In: A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960. João Pedro Stedile (org). 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

PRANDI, REGINALDO. **As religiões negras do Brasil**. Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. São Paulo, Revista USP, 1996.

PROENÇA, WANDER DE LARA. **Escravidão no Brasil**: Debates historiográficos contemporâneos. Anais eletrônicos da XXVI semana de história: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. Disponível em: <www.assis.unesp.br/home/eventos/semanadehistoria/wander. PDF. Acesso em: 22 dez. 2012.

RIBEIRO, MARCOS ABRÃO FERNANDES. **As relações nas obras de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e a dimensão moral do racismo no Sul do Brasil**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307757487_arquivo_a_rtigodoconlab.pdf> . Acesso em 01 de set. 2012 .

RODRIGUES, DIOGO VILANOVA. **Quando a forma altera o conteúdo: A abolição e Reforma Agrária, conflitos e convivências na territorialização do Estado brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em 29 de fev. 2012.

ROMERO, SILVIO apud SKIDMORE, THOMAS E. **Preto no branco**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

ROMERO, SÍLVIO. **História da literatura brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

RODRIGUES, NINA. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957.

RIOS, FLAVIA MATHEUS and GATO, MATHEUS. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. *Tempo soc.* [online]. 2009, vol.21, n.2, pp. 316-319. ISSN 0103-2070.

RABON, ANDRÉ. **Explicando o modelo da família patriarcal**. Disponível em: <<http://acertodecontasblog.br/artigos/explicando-o-modelo-de-familia-patriarcal>>. Acesso em 29 de abr. 2012.

STRAZZACAPPA, CRISTINA. **A luta pelas terras no Brasil: das sesmarias ao MST** – São Paulo, Moderna, 2006.

SILVA, DANIEL ANTÔNIO COELHO; CARVALHO, DANILO DANTAS DE. **A Integração do Negro na sociedade de classes: A resistência negra sob a perspectiva marxista**. Revista Brasileira de Educação e Cultura, Nº 1, jun. 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educaçãocultura>>. Acesso em: 14 de out. d 2012.

STEDILE, JOÃO PEDRO (org.). **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SOARES DO BEM, ARIM. **Dominação da Subjetividade e repressão à Religiosidade Africana: uma práxis transatlântica secular**. In: CAVALCANTI et al. (Orgs.). Religiões Afro-Brasileiras. Maceió, Edufal, 2008, p. 69-86.

SOARES DO BEM, ARIM. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira no século XIX e XX**. Revista Educação e Sociedade, Vol. 27, n. 97. Campinas, Cedes-Unicamp, 2006, p. 1137-1157.

SOARES DO BEM, ARIM. **Autoritarismo e democracia na vida política institucional brasileira: um estudo sobre as rupturas e continuidades**. Projeto PIBIC 2010-2011. Manuscrito. Maceió, UFAL, 2010.

SOARES DO BEM, ARIM. **Paradoxos da diferença. Etnicidade, Inimificação e reconhecimento (Alemanha-Brasil)**. Curitiba, Appris, 2013.

SOMONSEN, ROBERTO C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SKIDMORE, THOMAS. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976.

SCOLESE, EDUARDO. **A Reforma Agrária**- São Paulo, Publifolha, 2005.

SHARTZ, STUART B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**: Tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SOUTHEY, ROBERT. **História do Brasil**. 2 ed. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1949.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos roceiros e rebeldes**. São Paulo, EDUSC, 2001.

SOUZA, N. S. **Torna-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

SANTOS, JUANA ELBEIN DOS. **A percepção ideológica dos fenômenos sincréticos**. Revista de Cultura. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.

TELLES, EDWARD. **Racismo à Brasileira**. Uma nova perspectiva sociológica. 1ed. Rio de Janeiro, Dumará, 2003.

TORRES, ALBERTO. **O problema nacional brasileiro**: Introdução a um programa de organização nacional. 4 ed. Brasília, Editora Nacional/UnB, 1982.

VERGUEIRO, LAURA. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

VAINNER, CARLOS B. **Estado e raça no Brasil**: “Notas exploratórias” Estudos Afro-Asiáticos, 1990.

VINHAS, MOISÉS. **Problemas agrário – Camponeses do Brasil 1968**. In: **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional 1500-1960. João Pedro Stedile (org). 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

VIANNA, FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo, Edições da Revista do Brasil – Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1920.

VIANNA, OLIVEIRA. **Evolução do povo brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

VIANNA, OLIVEIRA. **Instituições políticas do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE: **História Geral do Brasil (1854)**. 5 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1956.

VALENTE, WALDEMAR. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo, Nacional, 1995.